

ROSIRENE MARTINS LIMA

**CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS URBANOS:
O LUGAR COMO CATEGORIA DE ANÁLISE
DA PRODUÇÃO DE CURITIBA/JARDIM ICARAÍ**

**Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Doutor ao Curso
de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento da Universidade Federal
do Paraná.**

**Comitê de Orientação:
Prof.^a Dr.^a Olga Lúcia C. de F. Firkowski
Prof. Dr. Francisco Mendonça
Prof.^a Dr.^a Eleusis Ronconi**

CURITIBA

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSIRENE MARTINS LIMA

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS URBANOS:

O LUGAR ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor ao Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientação: Prof.^a Dr.^a Olga Lúcia C. de F. Firkowski

Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Francisco Mendonça

Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Eleusis Ronconi

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, de de 2007

Aos meus filhos Pedro e João.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores orientadores: à Dr.^a Olga Firkowski, ao Dr. Francisco Mendonça, e à Dra. Eleusis Ronconi, pela atenção e dedicação.

À Professora Olga pelo apoio desde a entrada no doutorado, pela oportunidade das reflexões sobre os processos urbanos ainda durante as suas aulas, mas sobretudo pela compreensão e inestimável contribuição na elaboração desta tese.

Ao Professor Francisco Mendonça, que acreditou e me apoiou desde o mestrado. Agradeço sobremaneira, pela sua prontidão e sensibilidade em ajudar nas horas mais difíceis, além da lúcida contribuição na condução desta tese.

Sou muito grata à Prof.^a Mônica Arroyo, pelas reflexões nas suas aulas, que nos faziam ter orgulho da geografia, mas especialmente pela sensibilidade, presença e apoio em momentos importantes da minha vida acadêmica.

Ao professor Dimas, pela oportunidade de participar de suas aulas, que possibilitaram a ampliação dos horizontes para além da visão disciplinar.

Minha eterna gratidão ao Joaquim, ao Pedro e ao João, meus três amores, por suportarem as minhas crises e ainda pela capacidade de suavizá-las com imensa ternura. Ao Joaquim, agradeço especialmente, por ter lido e relido tantas vezes os meus escritos e ajudado tão de perto; sem o seu apoio esta tese não seria possível. Aos meus pequenos Pedro e João pelos abraços e pelas gargalhadas revigorantes, sem as quais teria sucumbido.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que garantiu a minha liberação das atividades e que concedeu uma bolsa para realização do doutorado.

Aos meus colegas professores do CESI/UEMA pelo total apoio. À profa. Luciléia por sua amizade e empenho em se posicionar a meu favor nas decisões a respeito do doutorado.

À Prof.^a Margarida pela amizade e apoio de longa data.

Ao Prof. Ivaldo no encaminhamento da documentação, obrigada.

À Prof.^a Ana Maria, sou muito grata pela sua colaboração e grande ajuda na agilização das decisões no âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em São Luís.

À Prof.^a Eline, à época vice-reitora da Universidade, pelo incentivo e apoio para a realização desde o mestrado e posteriormente o doutorado, a quem devo enorme gratidão.

Aos meus entrevistados, agradeço a disposição em tirar parte do seu precioso tempo para nos receber em suas casas; sobretudo, pela confiança em falar de suas vidas e pelas informações, sem os quais essa pesquisa não teria se realizado.

À Aparecida, uma carrinheira assumida, alegre exuberante, minha profunda gratidão. Pela ajuda na coleta das informações para a elaboração do Mapa Social e, principalmente, pelo que aprendi sobre generosidade e gratuidade.

À Professora Tarcisa, pelas contribuições durante a qualificação, que ajudaram a reestruturar e dar mais qualidade ao texto.

À Mirtes, tão generosa e sempre por perto, a ajuda inestimável sob diferentes formas desde a nossa mudança para Curitiba, e agora, de forma carinhosa, na correção da redação do meu texto.

Agradeço ao Padre Valmir por ter me apresentado à comunidade e pelo apoio durante todo o período da pesquisa de Campo.

À Rosana, pela confiança e pela companhia durante as visitas no Jardim Icarai, principalmente pela oportunidade de participar das Reuniões Semanais com os Carrinheiros onde foi possível chegar tão próximo deste universo.

Ao Lucas, minha enorme gratidão por sua disposição em percorrer os meandros do Jardim Icarai e perspicácia em apresentar-me às famílias e às pessoas-chave para as entrevistas e ainda, por ter participado de toda a etapa da pesquisa de campo, com generosidade e alegria.

À Cláudia e Fabiano, pela amizade, paciência e grande ajuda na elaboração dos mapas.

Aos amigos Jô e João por sua amizade e companhia, nascida no doutorado, mas certamente muito maior e além dessa experiência.

Ao José Raimundo, por sua presença e amizade.

Agradeço à Prof.^a Ana Fani, por ter me recebido no seu Curso, no qual foi possível verticalizar o estudo sobre a obra de Henri Lefebvre, que muito me auxiliou na elaboração desta tese.

À dona Akiko, que sempre nos apoiou desde o mestrado até o momento; à Mônica e à Márcia, pela força.

Aos colegas do curso, pela convivência que nos fez aprender que a pesquisa interdisciplinar requer muito desprendimento e um instrumental teórico/metodológico claro.

À Léia, pela disposição em fazer a editoração do texto.

À Meire por sua amizade e colaboração com o Eia-Rima da Mineração de areia nas várzes do rio Iguaçu.

À minha família, que mesmo longe, sempre foi solidária e torce pelo sucesso das minhas realizações. Agradeço especialmente à Masé e ao Elias pela ajuda sempre que precisei.

Agradeço a todos que, estando mais próximos ou não, ajudaram de alguma maneira na realização do Doutorado.

*Eu gosto de morar aqui. Tenho uma boa
amizade aqui. Eu gosto de morar aqui. É o
lugar da gente.*

Sr. Antônio

*Disse que vão fazer um tar de parque
aquático aí, porque querem tanto parque?
Será que o parque é mais importante que o
pessoar?*

Sr. Ambrósio

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho inscreve-se na linha de pesquisa "Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano" do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Inicialmente, esta tese de doutorado relaciona-se aos meandros das reflexões realizadas no âmbito dessa linha de pesquisa, em especial, das discussões que foram realizadas com a Turma VI – ingressa em agosto de 2003 – que propôs como tema geral para discussão dos trabalhos de pesquisa "desenvolvimento urbano".

A orientação da linha de pesquisa apontava a necessidade de se identificar um "tema geral", que pudesse ser investigado de forma conjunta por todos os alunos cujas propostas de projetos eram distintas. A importância dessa orientação verificava-se em função de dois critérios que orientavam o trabalho interdisciplinar: agregar todas as propostas de projetos individuais e servir como ponto de partida para as reflexões do grupo da Linha de Pesquisa "Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano".

Nesse sentido, a presente tese de doutorado parte dessa proposta teórico-metodológica, não sem dificuldades para sua operacionalização; dificuldades surgidas em função de uma série de motivos em discussão no âmbito do próprio curso e de ajustes na própria pesquisa.

A despeito da importância da proposta teórico-metodológica que serviu para orientar as reflexões do grupo, há necessidade de refletir sobre o processo que ocorreu e que ensejou diferentes projetos e pesquisas.

Nesse sentido, a própria experiência de trabalhar sob a perspectiva interdisciplinar incitou a necessidade de se pensar essa prática de pesquisa¹ que se coloca como inovadora, exigindo uma outra postura dos pesquisadores, na medida em que

¹Tomo como ponto de partida um pequeno livro de Pierre Bourdieu intitulado "Lições da Aula". Mais do que uma aula inaugural no Collège de France, esse texto chama atenção porque o autor se propõe a fazer uma reflexão sobre a própria aula que está ministrando (BOURDIEU, 2001).

os obriga a "sair" de suas disciplinas para construir um "diálogo" com as demais áreas do conhecimento.

A constatação dessa necessidade de pensar a prática interdisciplinar vai ao encontro daquilo que Pierre Bourdieu (2001) denomina de "sociologia reflexiva", que tem como objetivo refletir sobre a própria prática, inscrita em determinados esquemas do pensamento; por isso, importante colocar em questão a própria interdisciplinaridade. Esta tem sido colocada como ferramenta essencial para se compreender e interpretar as questões do meio ambiente, já que há uma leitura de que os problemas ambientais na sociedade envolvem um leque de questões, não podendo portanto, ser apreendidos e tratados apenas por uma única disciplina. A insuficiência do conhecimento científico fragmentado tem se colocado como problema para a compreensão dos fenômenos atuais.

Mantendo um distanciamento das críticas de Hilton Japiassu a respeito da interdisciplinaridade, de que ela pode ser mais um modismo importado dos grandes centros universitários ou de que seria sintoma de uma patologia do saber (JAPIASSU, 1976, p.41), é possível propor algumas reflexões que servem para orientar a nossa própria prática de pesquisa, no sentido do que foi explicitado acima.

Trata-se de submeter a interdisciplinaridade a uma reflexão, retirá-la do "senso comum", que a coloca como possibilidade de um diálogo de saberes voltados para se pensar as "questões ambientais", colocadas como "públicas" e "universais"; sendo que o que tem caracterizado essa noção é a idéia ou o princípio da "neutralidade técnica", que no meu entendimento, oferece uma ilusão acerca do seu significado. A interdisciplinaridade tem sido entendida como explicativa de uma prática científica, capaz de aglutinar as diferenças, independentemente das convicções e, nesse sentido, capaz de romper com uma série de paradigmas, inclusive os que norteiam a ciência moderna.

A dificuldade inicial de se assumir a prática da interdisciplinaridade ancorava-se na noção tomada pelo "senso comum", pois a própria prática de pesquisa tem se demonstrado em contradição com esse esquema científico, sobretudo porque o

campo científico é o espaço de luta para se dizer a "verdade", inclusive uma luta para se dizer a "verdade" no interior da própria disciplina. Então, seria possível exercitar a interdisciplinaridade, já que as diversas disciplinas concorrem entre si?

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é retomada e, ao mesmo tempo, posta como problema para a reflexão, já que pode se colocar como um "obstáculo epistemológico" às pretensões científicas da presente tese de doutorado.

No entanto, cabe chamar a atenção para alguns elementos que podem estar ligados à essa noção de "senso comum" que norteia a interdisciplinaridade, e que de certa forma podem contribuir para a sua real compreensão: nem sempre o fato de se agruparem conhecimentos diversos sobre um determinado tema tem o significado de interdisciplinaridade; e esta noção deve ser refletida a partir de determinados pressupostos que orientam para a construção do objeto de pesquisa. Aliás, o fato de ser construído enseja diferentes interpretações e análises, ancoradas na forma e na maneira como se deu o aprendizado. Ele relaciona-se a toda experiência e, sobretudo, a uma forma de compreender o mundo.

Essa pequena experiência contudo, permitiu refletir acerca das dificuldades de se fazer um trabalho de caráter interdisciplinar que se deu, sobretudo, nas atividades realizadas em grupo e proporcionadas pela linha de pesquisa. Ademais, não custa afirmar que a capacidade de mobilizar ferramentas diversas para a construção do objeto de pesquisa já pode implicar, talvez, num exercício primeiro, ou seja, numa aproximação do que possa ser compreendido como interdisciplinaridade.

Entende-se que o significado da noção de interdisciplinaridade ocorre, principalmente, na prática da pesquisa. É, sobremaneira no exercício da pesquisa que se verifica a possibilidade interdisciplinar. No entanto, importa salientar que o presente trabalho está inscrito numa compreensão de pesquisa enquanto uma forma de se situar diante dos fenômenos sociais, o que implica numa tomada de posição.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE FIGURAS	xiv
LISTA DE FOTOS	xiv
LISTA DE MAPAS	xiv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - ITINERÁRIO DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	9
1.1 O PROBLEMA E A (RE)DEFINIÇÃO DO OBJETO	9
1.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO	22
CAPÍTULO 2 - REFLEXÕES SOBRE LUGAR, CIDADE, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO	29
2.1 O LUGAR	32
2.2 A CIDADE E O URBANO	37
2.3 URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO	41
2.4 A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	45
CAPÍTULO 3 - A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES.....	53
3.1 CURITIBA NO CONTEXTO GLOBAL	60
3.2 CIDADE DE UM SÓ LUGAR.....	66
3.2.1 A Hierarquia dos Espaços	66
3.2.1.1 Ícones da "beleza"	69
3.2.1.2 Ícones da "pobreza"	75
3.3 O "PANÓPTICO" DO PLANEJAMENTO: FORMAS DE CONTROLE SOCIAL	80
3.3.1 "Do Outro Lado da Linha de trem"	84
CAPÍTULO 4 - OS LUGARES DA CIDADE	92
4.1 ERGUIDO SOBRE CAVAS: O JARDIM ICARAÍ.....	95
4.2 A VIDA NO LIXO: RE-SIGNIFICAÇÃO DA VIDA.....	107

4.3	A COLETA – TRAJETÓRIAS NA CIDADE	112
4.4	OS PACTOS DE SILÊNCIO – SOB O SIGNO DA VIOLÊNCIA.....	129
4.4.1	A Violência.....	131
4.4.2	Uma "Nova" Face da Violência.....	135
CAPÍTULO 5 - OS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM FACE DA AÇÃO		
	DIRETA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL	145
5.1	A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE: O PAPEL DA LEI E DO DIREITO AMBIENTAL	150
5.2	ANÁLISE DOS PLANOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM CURITIBA: JARDIM ICARAÍ	157
CONCLUSÃO.....		178
REFERÊNCIAS		189

LISTA DE TABELAS

1	EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	58
2	PARQUES E BOSQUES MUNICIPAIS.....	70
3	CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL RECICLÁVEL SEGUNDO OS CARRINHEIROS E CARROCEIROS	124

LISTA DE QUADROS

1	CURITIBA E SUAS IMAGENS DE POSITIVIDADE.....	10
2	TERMOS UTILIZADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUE SERVEM PARA EXPRESSAR O ANTAGONISMO VIVENCIADO PELAS FAMÍLIAS DE MORADORES DO JARDIM ICARAÍ	173

LISTA DE FIGURAS

1	CURITIBA/PR – OCUPAÇÕES IRREGULARES	14
2	CURITIBA/PR – ANEL SANITÁRIO AMBIENTAL	31
3	ZONEAMENTO E USO DO SOLO DE CURITIBA DE 2000.....	57
4	CURITIBA/PR – PARQUES E BOSQUES	72
5	LINHÃO DO EMPREGO E LICEUS DE OFÍCIO PRÓXIMOS DO JARDIM ICARAÍ	77
6	BOLSÃO AUDI UNIÃO: RELOCAÇÕES 2003/2006 – IDENTIFICAÇÃO DAS VILAS.....	87
7	RESUMO DAS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO BOLSÃO AUDI UNIÃO	158
8	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CURITIBA - 2005.....	170

LISTA DE FOTOS

1	OCUPAÇÃO VILA AUDIUNIÃO	88
2	JARDIM ICARAÍ - CASAS CONSTRUÍDAS SOBRE AS LAGOAS ATERRADAS.....	89
3	ATERRAMENTO DAS LAGOAS.....	99

LISTA DE MAPAS

1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - JARDIM ICARAÍ - CURITIBA/PR.....	4
2	MAPA SOCIAL DO JARDIM ICARAÍ - 2007	85
3	CURITIBA/PR – JARDIM ICARAÍ: TRAJETÓRIAS DOS CARRINHEIROS E CARROCEIROS PARA A COLETA DO MATERIAL RECICLÁVEL	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMC	- Aglomerado Metropolitano de Curitiba
APA	- Área de Proteção Ambiental
APRECI	- Associação de Preservação da Cultura Cigana
Cf.	- Conforme
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
COHAB-CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ITA	- Instituto Tecnológico da Aeronáutica
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	- Paraná
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
RONE	- Ronda Ostensiva de Natureza Especial
SEHIS	- Setores Especiais de Habitação de Interesse Social
SEMMA	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SUDERSHA	- Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

A realidade das cidades tem se tornado cada vez mais complexa em função das políticas macroeconômicas, bem como de políticas urbanas de planejamento, as quais, orientando-se na produção de uma cidade ideal, acabam por rivalizar com uma que cresce à sua revelia. Se por um lado a expansão da mancha urbana parece unificar e homogeneizar grandes áreas, por outro, esse processo de urbanização e metropolização vem acompanhado de grande fragmentação do espaço urbano. Contudo, a cidade é vivida, nos seus diferentes fragmentos. Os problemas, os conflitos mesmo tendo sua origem na forma como se produz a sociedade e a cidade, são manifestados em determinados fragmentos. Por isso é que se fez a opção por tomar o lugar como categoria de análise para estudar os conflitos sócio-ambientais em Curitiba. Trata-se de construir um instrumento teórico e metodológico que permita refletir sobre esse fenômeno urbano que se evidencia "naturalmente" desigual social e espacialmente. O lugar é aqui compreendido como condição para a realização da vida cotidiana. É no lugar que as particularidades se fazem evidentes, por isso se torna elemento central para a compreensão da própria dinâmica dos conflitos sócio-ambientais urbanos. É no lugar que se verificam diversas práticas sócio-espaciais, que se constituem diferentes formas de representação e de interpretação da cidade e do meio ambiente. O ponto de partida desta análise é o Jardim Icaraí, um fragmento da cidade de Curitiba, cuja condição antagoniza com as imagens criadas e veiculadas sobre a cidade. Além disso, o Jardim Icaraí é compreendido pelo Poder Público local como "área problema", "ocupação irregular"; pois está situado sobre uma Área de Proteção Ambiental, configurando uma situação de conflito sócio-ambiental. É um lugar dentre tantos da cidade de Curitiba, com suas especificidades, seus problemas e suas potencialidades. O lugar, enquanto categoria de análise, permite cercar o problema de modo a por em relevo os seus elementos constitutivos; possibilita explicar a ação do Poder Público em face das formas de construção do Jardim Icaraí por seus moradores, revelando as contradições existentes na cidade que se manifestam no cotidiano. A reflexão proposta parte do microcosmo, importando assinalar, contudo, que o lugar contém uma dimensão explicativa importante, que possibilita compreender os processos de produção do espaço urbano de Curitiba.

Palavras-chave: Cidade, Lugar, Conflitos sócio-ambientais, Políticas Urbanas.

ABSTRACT

The reality of cities has been becoming more and more complex, thanks to the macro economic politics, as well as to city planning politics, which guiding themselves in an idealistic city's production, end up rivaling with one that grows in its absence. If the urban spot's expansion seems to unify and to uniform wide areas, on the other hand this urbanization and metropolization process comes along with great fragmentation of urban areas. However, the city is dwelled in its different fragments. That is why it has been made the choice of taking it as analysis class to study social-environmental conflicts in Curitiba. It is about constructing a theoretical and methodological instrument that allows contemplation over this urban phenomenon which becomes naturally evident social and spatially unequal. The place is here understood as condition for the fulfillment of daily life. It is where peculiarities become evident, and so becomes the main element for the comprehension of the dynamics of social-environmental urban conflicts. It is where several social-spatial practices are checked, where different representation and interpretation forms of the city and the environment are consisted of. The starting point of this analysis is Jardim Icaraí (Icaraí Garden), a fragment of the city of Curitiba, where the condition antagonize with created and directed images about the city. Besides that, Jardim Icaraí is seen by the Local Public Force as a problematic area, an irregular occupation; because it is placed over an Environment Protection Area, forming a social-environmental conflict situation. It is one among many places in the city of Curitiba, with its peculiarities, problems and potentials. The place, as analysis category, allows enclosing the issue, distinguishing its constitutive elements. It enables explaining the Public Force's action according to the constructing forms of Jardim Icaraí by its inhabitants, revealing the existing contradictions in the city, that are evident in the daily routine. The proposed contemplation arises from the microcosmos, pointing out although that the place contains an important explaining dimension, that it enables comprehension of the production processes of Curitiba's urban area.

Key-words: City, Place, Social-environmental conflicts, Urban Politics.

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito a respeito da cidade de Curitiba nas últimas décadas. Os trabalhos daí resultantes, que compõem os diversos olhares sobre a cidade, compreendem as produções e os estudos que objetivam ora enaltece-la, ora refletir a seu respeito, utilizando-se, para isso, de diversos instrumentos analíticos. Os trabalhos mais críticos buscam iluminar os meandros desse processo e de forma distinta procuram problematizar o que tem sido colocado como "verdade" a respeito da cidade, ou seja, as imagens excessivamente positivas criadas sobre ela. O percurso escolhido por esses trabalhos representa um leque de abordagens a respeito da cidade de Curitiba, relacionadas aos mais diferentes aspectos dessa realidade urbana. Realidade que tem se tornado mais e mais complexa em função de políticas macroeconômicas e da orientação das políticas urbanas de planejamento que rivalizam com a cidade que cresce à sua revelia.

Nesse sentido, tem-se a sensação de que quase tudo já foi dito sobre Curitiba. Isto se traduziu numa enorme dificuldade da pesquisadora de se situar nesses debates acadêmicos, na medida em que era necessário tentar identificar e construir um problema que pudesse ser considerado relevante no âmbito da pesquisa científica. Isso implicava na capacidade de transformar objetos de estudo aparentemente insignificantes em objetos significativos.

Por sua vez, as análises que se referem às áreas de "segregação" e "exclusão" nas cidades, as têm denominado indistintamente como "áreas problemas", comumente designadas como "favelas", "vilas", "guetos", "mocambos" ou mesmo "bolsões" e sub-habitações. Estes termos¹ vêm sendo empregados pelo Poder Público local para descrever as áreas onde prevalecem situações de pobreza na cidade de Curitiba.

¹Bourdieu e Wacquant chamam atenção para algo recente, que tem orientando muitas reflexões teóricas: trata-se da "universalização do particularismo", isto é, da apropriação e da utilização indevida de noções, que são construídas em outros contextos para a compreensão de fenômenos localizados (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.209-230).

Contudo, os termos designativos utilizados para explicitá-las apresentam problemas, dentre os quais, pode-se perceber a noção pré-concebida a respeito do fenômeno social da segregação urbana e o tratamento geral que lhe é dado, sem atentar para as especificidades de cada situação.

Noções pré-concebidas têm servido para reforçar os "estigmas" em relação a essas áreas, inclusive dificultando uma outra compreensão que se coloque para além desses esquemas de pensamento de caráter moralista, como afirma Wacquant (2001). Em outras palavras, os próprios termos designativos servem para "impedir" ou mesmo "reduzir" a dimensão e a complexidade das "áreas segregadas da cidade". Afinal, essas noções por si só seriam explicativas dessas realidades.

O moralismo que marca as análises e reforça os estigmas espaciais, também se encontra inscrito em outras situações e pode ser observado em circunstâncias cotidianas, quando se pretende colocar em questão as qualidades da Curitiba que se "inventa"². A noção de "moralismo" é aqui entendida como as pré-noções ou conjunto de pré-noções, ou seja, idéias preconcebidas e preconceitos acerca das coisas e dos fenômenos que não se conseguem compreender.

O discurso oficial produzido e difundido acerca da cidade de Curitiba é fortemente incorporado pela maioria da população, implicando num forte sentimento de orgulho e de pertencimento à cidade e, nesse sentido, tem-se uma recusa em se abstrair desse discurso que se coloca como verdadeiro.

Em função da preocupação de não incorrer no risco de se emaranhar nas noções pré-concebidas e de tentar se "livrar" da carga eivada de preconceitos, é que se fez a opção por tomar o lugar como categoria de análise para estudar os conflitos sócio-ambientais em Curitiba. Contudo, é importante afirmar que não se tem a pretensão de fazer uma revisão ou mesmo uma espécie de balanço a favor ou

²O termo "inventa" utilizado nesta tese, refere-se às imagens produzidas pelas políticas urbanas voltadas para transformar a cidade em uma marca, uma grife.

contra os trabalhos sobre a cidade, que sem dúvida têm seus méritos e muito a contribuir para o contexto das reflexões sobre Curitiba.

Ao tomar o lugar como categoria de análise, busca-se construir um instrumento teórico e metodológico que permita refletir sobre esse fenômeno urbano que se evidencia "naturalmente" desigual, no qual carros de última geração circulam disputando espaços entre as ruas e avenidas com carrinhos e carroças conduzidos por homens. Esse paradoxo revela também as desigualdades espaciais nas quais vive parte da população mais pobre da cidade.

O lugar é aqui compreendido como condição para a realização da vida cotidiana, onde é possível a reprodução física e social do indivíduo. É no lugar que as particularidades se fazem evidentes e, por isso mesmo, ele guarda uma "dimensão prático-sensível, real e concreta" (CARLOS, 2001), que se opõe a uma outra prática tida como homogeneizadora.

O fato de ser o lugar, parte do espaço, entendido como condição, meio e produto da reprodução da sociedade³, apropriada para a realização da vida, torna-o elemento central para a compreensão da própria dinâmica dos conflitos sócio-ambientais urbanos. Estes se manifestam nos lugares pelas possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano.

Os diferentes agentes, os diferentes projetos, bem como as diferentes formas de produzir e de viver na cidade resultam numa gama de situações conflitivas, dentre as quais vêm ganhando corpo os conflitos denominados de sócio-ambientais.

A tese central que se pretende defender baseia-se na compreensão dos conflitos sócio-ambientais como produto das diferentes práticas sócio-espaciais imbuídas de diferentes formas de representação e de interpretação da cidade e do meio ambiente. O ponto de partida desta análise é o Jardim Icarai (mapa 1), um fragmento da cidade de Curitiba, cuja condição antagoniza com as imagens criadas e veiculadas sobre a cidade.

³Ver Lefebvre (1977, p.23).

A escolha do Jardim Icaraí como ponto de partida para a análise deve-se ao fato dele ser compreendido pelo Poder Público local como "área problema", designada como "ocupação irregular"; além disso, o Jardim Icaraí encontra-se sobre uma Área de Proteção Ambiental, configurando uma situação de conflito sócio-ambiental e, por fim, é um lugar dentre tantos da cidade de Curitiba, com suas especificidades, seus problemas e suas potencialidades, cuja análise contribui para a compreensão da produção do espaço urbano de Curitiba. Tudo isso constitui questões importantes para análise, que, contudo, não se revelam por si só. É preciso considerar o Jardim Icaraí no contexto da produção da cidade de Curitiba, sendo por isso necessário encontrar instrumentos analíticos que possam contribuir na apreensão do conflito sócio-ambiental envolvendo o Poder Público e os moradores da área.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a produção da cidade se dá de forma fragmentada e que cada fragmento, muito embora articulado de alguma maneira à dinâmica mais geral da cidade, contém particularidades que lhes confere características próprias, podendo ser compreendidas a partir da noção de lugar. O lugar, enquanto categoria de análise, permite cercar o problema de modo a por em relevo os seus elementos constitutivos.

Mais do que isso, possibilita explicar a dinâmica estabelecida entre a ação do Poder Público em face das formas de construção do Jardim Icaraí, por seus moradores, revelando as contradições existentes na cidade manifestadas no cotidiano. Trata-se de um recurso de análise que busca compreender a cidade, mais especificamente, os conflitos sócio-ambientais a partir do lugar.

A constatação de que seria uma área de "segregação" ou "exclusão" e que apresenta uma situação de conflito sócio-ambiental ganha novos contornos quando se adentra no cotidiano do Jardim Icaraí e se descobre uma face da vida dos moradores que somente um estudo do lugar permite trazer à tona.

Ao tomar como ponto de partida para a análise um lugar, especificamente o Jardim Icaraí, realiza-se um desvio das análises que tem priorizado os aspectos mais gerais do processo de urbanização de Curitiba. A reflexão proposta parte do

microcosmo, importando assinalar, contudo, que o lugar contém uma dimensão explicativa importante, que possibilita compreender os processos de produção do espaço urbano de Curitiba.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

A análise do conflito sócio-ambiental como resultado de uma determinada forma de produzir e de viver a cidade implica em afirmar que a cidade é produto de diferentes projetos que rivalizam entre si.

Sem a intenção de apresentar resultados definitivos acerca deste debate, que é bastante extenso, expõem-se neste trabalho as reflexões surgidas ao longo da pesquisa. Neste sentido, elas expressam um esforço de juntar os elementos empíricos e teóricos no tratamento da referida problemática.

Os argumentos que dão suporte para a demonstração da tese estão estruturados em cinco capítulos, divididos em tópicos interligados. O primeiro capítulo, intitulado "Itinerário da Construção do Objeto de Pesquisa", tem como objetivo percorrer os caminhos da construção do objeto de pesquisa, que foi definido e redefinido ao longo de todo o estudo, sobretudo quando da realização do trabalho de campo.

O trabalho de campo permitiu observar para além das aparências, daquilo que era evidente. Os primeiros esquemas acionados para a compreensão da realidade em questão tiveram que ser relativizados quando se mostrou necessário o deslocamento do foco do conflito sócio-ambiental para outras situações que se encontravam aparentemente encobertas. Ou seja, estavam "invisíveis", como o problema da violência. Neste capítulo, estão apresentados os procedimentos de coleta de informações que ocorreu em diferentes períodos no ano de 2006. O segundo capítulo, intitulado "Reflexões sobre Lugar, Cidade, Urbanização e Metropolização", tem como objetivo realizar uma breve reflexão sobre a relação entre os processos de metropolização e de urbanização e sua relação com a idéia de lugar, dando especial ênfase, embora sucinta, para a revisão desses conceitos.

À medida em que a cidade vai se expandindo, há uma valorização e apropriação dos espaços urbanos, fazendo com que a população mais pobre seja deslocada para outros locais de menor valor de acordo com a lógica de reprodução do capital. No caso específico de Curitiba, há que chamar a atenção para o discurso ambiental, que a todo momento é incorporado e atualizado pelo Poder Público Municipal. O discurso ambiental tem sido um importante aliado no delineamento e na consecução das políticas urbanas. Trata-se de um primeiro exercício que se pode considerar teórico.

O tema "A Cidade e a Construção dos Lugares" compõe o terceiro capítulo e tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da cidade e da produção de seus lugares. Nesse sentido, procura situar Curitiba no contexto dos debates relativos a uma agenda global de cidades.

A inserção de Curitiba nesse processo dá-se por um metódico e sistemático planejamento, arquitetado pelas políticas urbanas, que têm levado à exclusão e ao mesmo tempo ao controle de parcela da população. O capítulo aborda o processo de organização e de controle dos espaços, das coisas, e indiretamente, de parte da população, que se dá pela forma por meio da qual a cidade é pensada e construída.

Tais esquemas muito se aproximam do panóptico descrito por Michel Foucault, aqui utilizado para descrever esse intenso processo de planejamento e controle do espaço urbano que se verifica na cidade de Curitiba. Os instrumentos de planejamento têm servido para organizar e controlar o fluxo de todos aqueles que são tidos como "indesejáveis"; trata-se dos "pobres", que são "descartáveis", pois não há mais que se falar em "exército de mão-de-obra de reserva" e as chamadas "crises" do sistema capitalista não são mais cíclicas e sim estruturais, o que implica na redução e no fim dos postos de trabalho.

O quarto capítulo, nomeado de "Os Lugares da Cidade", ocupa-se em compreender um lugar específico, ou seja, um fragmento urbano excluído da lógica que permeia a construção das imagens positivas de Curitiba. Esse lugar é o Jardim Icarai, um tipo de espaço aparentemente "opaco" em que a cidade se transforma, onde

o lixo e a violência organizada tornam-se elementos que permitem dar um "novo" significado à vida, ou seja, ao viver na e da cidade.

O objetivo é descrever o processo de construção desse lugar específico, ao mesmo tempo, delinear os conflitos sócio-ambientais envolvendo as famílias do Jardim Icarai e seus respectivos antagonistas, que se colocam em face de interesses diversos, nem sempre conciliáveis.

"Os Conflitos Sócio-ambientais em Face da Ação Direta do Poder Público" integram o quinto e último capítulo. Nele, busca-se retomar a compreensão inicial que se tinha em relação ao conflito sócio-ambiental envolvendo os moradores do Jardim Icarai e Poder Público, em direção à sua superação, na medida em que outros elementos foram incorporados àquela primeira compreensão. Neste sentido, procura analisar os projetos de intervenção do Poder Público Municipal na área, os quais têm impedido a continuidade de consolidação da construção daquele lugar.

CAPÍTULO 1

ITINERÁRIO DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

*É preciso mesmo tomar cuidado para que as cores
demasiado vivas da ilustração não façam com que
o ser da imagem perca a sua luz primordial.*

(BACHELARD, 2000, p.236)

1.1 O PROBLEMA E A (RE)DEFINIÇÃO DO OBJETO

Quem conhece a cidade de Curitiba, seguindo a sugestão dos roteiros oferecidos pelos "folders" da Secretaria de Turismo do Município⁴, tem uma ligeira impressão de que não se encontra no Brasil ou de que está num lugar muito especial, diferente de tantos outros que podem ser visitados nesse país de imensos contrastes e antagonismos⁵. Mendonça (2001, 2006) chama atenção para a construção das imagens excessivamente positivas da cidade de Curitiba, que vêm se sucedendo ao longo dos anos como se pode conferir no quadro 1.

⁴É interessante analisar como é elaborado o discurso sobre Curitiba nos encartes turísticos produzidos e divulgados em todo Brasil. Eles se referem a uma cidade como exemplo bem sucedido de planejamento urbano (Ver, por exemplo: "Curitiba. Mais procurada como destino de negócios e eventos, cidade inaugura seu 30.º parque e o primeiro hotel de Santa Felicidade, o bairro dos restaurantes italianos". **Folha de São Paulo**, 17 maio 2004. Folha Turismo).

⁵Este mesmo questionamento é formulado por outros autores nos seguintes termos: "Seria Curitiba, realmente, tão diferente das outras grandes cidades brasileiras, conforme se tenta fazer crer?" (SOUZA, 2003, p.511). Esse pressuposto, marcadamente questionador, é mediado por uma preocupação do referido autor em se colocar em face ao seu objeto de análise, sendo que assim o faz "Não se pretende, de maneira nenhuma, oferecer, aqui, um balanço 'definitivo' de Curitiba: nem isso faz sentido em si, nem, e muito menos, teria o autor, em função de seu limitado envolvimento de pesquisa com a cidade, inclusive em função de sua modesta experiência de campo, condições de arvorar-se em profundo conhecedor da realidade de curitibana. **Não obstante, o sucesso da atividade do moleiro não depende apenas da qualidade do trigo, mas também da qualidade do próprio moinho.** Com elementos de que dispõe, parece válido retomar o esforço anterior do autor (SOUZA, 2000) e evitar tanto uma abordagem acrítica, "chapa branca" (a grande maioria dos trabalhos por sinal), quanto uma crítica tacanha, despida de sutileza ou senso de relativização (SOUZA, 2003, p.511) [grifo nosso].

A impressão que se tem é que Curitiba é de fato uma cidade onde não há contradições. O espaço urbano apresentado revela uma cidade "limpa" e "asséptica", livre de problemas e conflitos, assemelhando-se à metáfora de "Aglaura", cidade descrita por Ítalo Calvino em "As Cidades Invisíveis", onde "os habitantes sempre imaginam habitar numa Aglaura que só cresce em função do nome Aglaura e não se dão conta da Aglaura que cresce sobre o solo" (CALVINO, 2003, p.68).

Esta metáfora mostra, antes de mais nada, que um primeiro olhar sobre a cidade é enganador. As imagens tomadas apressadamente são ilusórias ou sombreadas, pois há uma tendência em se observar somente o que é produzido e difundido com a intenção de se fazer verdadeiro. Produz-se e difunde-se uma única imagem da cidade, tomada e vivida como se verdade o fosse. Entretanto, há várias cidades em uma só, na medida em que a cidade é fragmentada e cada fragmento expressa além das diferenças espaciais, as desigualdades sociais. Essa imagem unívoca veiculada esconde "as várias cidades", que não são várias, mas uma única cidade, onde as "virtudes e os defeitos" são partes de um todo.

A metáfora aqui utilizada serve de alerta e coloca-se contra qualquer olhar apressado sobre Curitiba. Os discursos e as imagens que são produzidos e difundidos sobre a cidade procuram enaltecer os atributos, conforme apontado por Mendonça (2001) no quadro 1 e o "completo sortimento de qualidades" como a "Aglaura" de Calvino e, assim, se sobrepor à cidade real, aquela que "cresce sobre o solo".

QUADRO 1 - CURITIBA E SUAS IMAGENS DE POSITIVIDADE

DECADA	IMAGEM	POSITIVIDADE
1970	Exemplo de planejamento urbano	Cidade planejada: desconcentração urbana Solução sistema transporte urbano
1980/1990	Capital de Primeiro Mundo	Eficácia do planejamento urbano Solução sistema transporte urbano Qualidade de vida urbana
1990	Capital Ecológica	Área verde/habitante Qualidade de vida urbana Eficiência do sistema de transporte urbano
2000	Capital Social	Condições e qualidade de vida urbana

FONTE: Mendonça (2001, p.85)

O fato de Curitiba apresentar-se de forma tão perfeita e acabada não podia deixar de causar um certo incômodo. Para além da Curitiba das virtudes, percebe-se

uma série de contradições, que se encontram "naturalizadas", como, por exemplo, os chamados "carrinheiros" e "carroceiros", que se auto-denominam como "catadores de material reciclável", e já se encontram integrados à paisagem da cidade. O fato de se encontrarem como "parte da paisagem urbana", os torna "invisíveis", dificultando a superação da imagem que se constrói acerca de Curitiba. Trata-se de uma imagem pré-construída, cuja força está no fato de que já se encontra inscrita nas coisas e nos cérebros e que por isso mesmo passa despercebida (BOURDIEU, 1989, p.49).

Em se tratando de algo pré-construído, exige um esforço teórico no sentido de tomar distância do discurso e das imagens a fim de que se possa romper com esses esquemas de pensamento e ter condições para formular questões aparentemente simples, como: se os "carrinheiros" e "carroceiros" circulam pela cidade de dia e de noite, de onde vêm e para onde vão? É normal homens, mulheres e até crianças puxarem carros de lixo que chegam a pesar entre 300 e 400 quilos? Seriam eles uma outra espécie de seres, que considerando a escala da classificação social, teriam nascido para tal fim? Por que essas imagens já não incomodam e sequer causam espanto?

É importante enfatizar que os "problemas", uma vez "naturalizados", perdem força enquanto contradição, alimentando a produção de um discurso e de uma imagem que coloca Curitiba acima de qualquer questionamento que ponha em causa toda a idéia que se tem da cidade (MOURA, 2001, p.216). A imagem veiculada como cidade de Primeiro Mundo, onde se apresentam os locais "limpos" e "assépticos", sem qualquer tipo de contradições, se não revela, pelo menos insinua a "ausência de lugares" no sentido de um espaço em que, quem o habita, não ajudou a criar e cuja história lhe é estranha (SANTOS, 1999, p.263).

Esta "ausência de lugares" a que se refere Milton Santos, em se tratando de Curitiba, é fruto de meticulosas e sistemáticas intervenções por meio do planejamento urbano, produzido pelo Poder Público local (MOURA, 2001, p.203-237), que a destituiu da sua dinâmica natural, marcada por uma sociabilidade que se dá na dimensão do cotidiano, da construção dos lugares e das territorialidades.

A cidade concebida sob essa perspectiva, destituída de lugares e de história, expressa um modelo que foi chamado por Lefebvre (1999, p.142) de cidade mercadoria. Atualizando esse significado para Curitiba, a "cidade produto" (SANCHEZ, 2001, p.170-171), como resultado de uma sistemática e engenhosa "invenção" de planejadores, cujos objetivos são orientados para inseri-la no mercado global de cidades, a fim de que possa ser objeto de consumo.

Assim, Curitiba é pensada pelo Poder Público no contexto das exigências desse "mercado de cidades", que tem como padrão critérios de competitividade e de sustentabilidade difundidos e aceitos internacionalmente (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004, p.134).

A incorporação de um discurso ambiental⁶ faz parte do esforço do Poder Público Municipal em produzir e difundir uma imagem de "cidade sustentável". Segundo Mendonça (2006, p.27), à imagem de "capital ecológica" do início dos anos 1990, somou-se a idéia de "cidades sustentáveis", assimilada pelas administrações curitibanas através de intervenções na cidade, como a criação de áreas verdes, e ações visando a contenção de enchentes e a vanguarda neste projeto de cidade.

O planejamento orientado para esses fins valoriza determinados espaços urbanos ao mesmo tempo em que provoca o deslocamento forçado de uma parte da "população"⁷ para áreas mais periféricas, aqui compreendidas como fora da centralidade, desse modelo de cidade.

⁶Vários autores (FUKE, 2001; ACSELRAD, 2004a e b; LOPES, 2004) vêm elaborando uma crítica acerca do processo de construção do "problema ambiental", isto é, de como a agenda ambiental de preservação e conservação do meio ambiente vem sendo incorporada de forma indistinta por todos, em consonância com os interesses sociais que se encontram encobertos sob um discurso de proteção do meio ambiente.

⁷O termo "população" é aqui utilizado de forma imprópria, pois tem um significado homogeneizante. Todavia, mesmo sendo impróprio, será utilizado nesta tese sempre que a pesquisadora se referir à cidade como um todo, na ausência de um outro termo que possa melhor explicitar as situações vivenciadas pelos diferentes agentes e grupos sociais, que vivem na cidade de Curitiba. Vale lembrar que, longe de uma visão homogeneizante da cidade, há em Curitiba uma diversidade de agentes e de grupos sociais, como é o caso dos "índios urbanos" (a esse respeito, ver "Convívio de indígenas e brancos em Curitiba tem bons resultados". **Gazeta do Povo**, 19 abr. 2006, Paraná, p.3), dos ciganos e das ocupações urbanas, a exemplo do Jardim Icarai.

A essa "população", sobram-lhe como alternativa pedaços da cidade destituídos de quaisquer condições; vê-se obrigada a ocupar determinadas áreas da cidade consideradas pelo próprio Poder Público como inapropriadas para moradia.

Este modelo de planejamento orientado para a competitividade que recorta a cidade em pedaços e lhes atribuem funções e valores, também produz uma ordem de problemas e de conflitos, dado o jogo de interesses sobre esses fragmentos urbanos. Dentre tantos conflitos daí advindos ganha relevância o chamado conflito sócio-ambiental, resultante da expansão das ocupações humanas sobre áreas consideradas de preservação ambiental; portanto, consideradas totalmente impróprias para o uso e a ocupação humana.

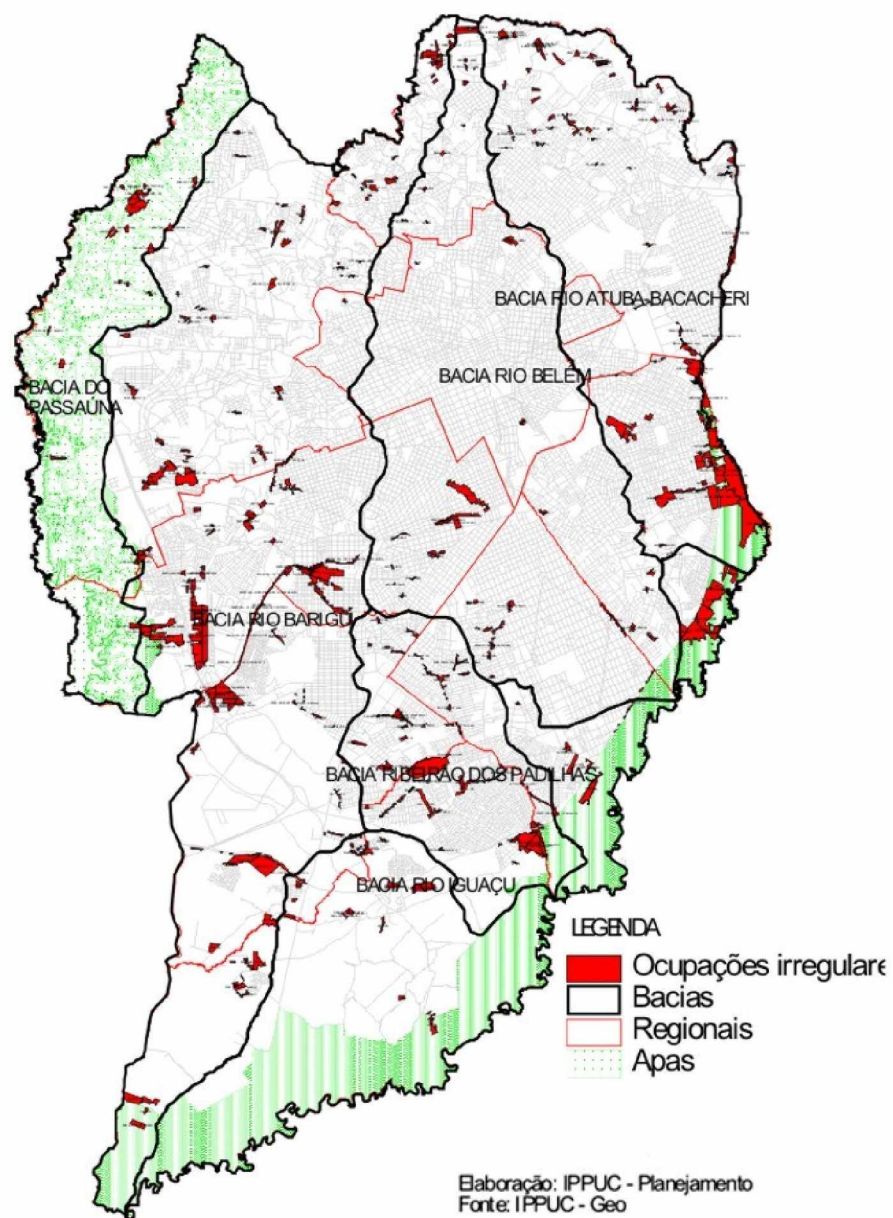
O debate ambiental tem se enviesado de tal forma para a necessidade imperiosa de preservação, que um dos últimos documentos a respeito, assinado de forma conjunta por diversos Países e intitulado "Declaração de Curitiba"⁸, tem chamado a atenção para a urgência em se cumprir a Convenção sobre a Diversidade Biológica no que foi designado de "mundo urbano".

A presente pesquisa tem como objeto de investigação os conflitos sócio-ambientais decorrentes de uma ocupação humana em área de Proteção Ambiental – APA, na cidade de Curitiba⁹, denominada de "ocupações irregulares", como pode ser observado na figura 1. A primeira idéia esboçada na problemática configurava-se como uma situação de conflito, onde havia disputas pelo uso da área, e aparecia a oposição dos interesses em jogo, uma vez que a área em questão foi destinada à preservação ambiental.

⁸Em março de 2006, no âmbito do encontro sobre a Convenção da Diversidade Biológica em Curitiba, foi realizado um encontro sobre "Cidades e Biodiversidade", cujo objetivo era discutir os impactos causados pelas cidades sobre a biodiversidade. Deste encontro foi elaborada a Declaração de Curitiba, que reafirma a necessidade de perseguir os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica no mundo urbano (Ver Notícia. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/NoticiaImprimir.aspx?n=8750>. Acesso em: 02 abr. 2007).

⁹No âmbito do Curso do Doutorado existem alguns trabalhos que buscam focalizar essa problemática do conflito sócio-ambiental urbano. Dentre eles, chama atenção o de Cristina Araújo Lima (Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) pelo fato de se referir a uma temática bastante próxima à analisada, de um conflito numa área de manancial..

Figura 01 - Curitiba / Pr - Ocupações Irregulares



Fonte: COHAB-CT, PMC, IPPUC (2007, Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente)

Uma primeira aproximação da problemática relativa ao conflito sócio-ambiental ultrapassava a noção de luta e de disputa pelos usos dos recursos. Contemplava, além dos usos, as representações e interpretações dos agentes e dos grupos sociais envolvidos na questão acerca daquele espaço específico, ou seja, o que poderia ser designado de meio ambiente. A noção de "representações" é aqui utilizada no sentido conferido por Bourdieu (2002), de imagens mentais e de imagens sociais designadas à manipulação das imagens mentais de outros grupos sociais, portanto compreendida no campo de lutas.

O antagonismo era marcado entre as famílias do Jardim Icarai e o Poder Público Municipal. Trata-se de uma área considerada pelo Poder Público como destinada à preservação, ocupada por diversas famílias, como única alternativa de moradia na cidade. Ali construíram e moldaram as condições para viverem.

Desta forma, o conflito sócio-ambiental que se esboça, segundo o entendimento aqui expresso, é produto das diferentes formas de conceber, representar e interpretar o mundo, onde diferentes percepções sobre o meio ambiente encontram-se em jogo. Esse tipo de análise desliga-se de uma outra comumente utilizada para explicar esses processos, cuja preocupação está focalizada na necessidade de identificar o meio ambiente enquanto "bem universal", "difuso" e expresso, sobretudo nos dispositivos jurídico-ambientais (FUKS, 2001, p.99).

É importante lembrar que a noção de lugar, esboçada inicialmente no pré-projeto de qualificação, estava imbuída dos esquemas de pensamento utilizados quando da elaboração da dissertação de mestrado (LIMA, 2003), cuja preocupação era compreender o processo de formação do que é designado como "cidade média" da Amazônia brasileira.

A noção de lugar, então, era tomada a partir das relações sociais entre as diversas famílias de trabalhadores rurais que, ao se dirigirem para um mesmo bairro na cidade de Imperatriz, no Maranhão, compondo uma enorme rede de relações de amizade e de reciprocidade, servia como forma de garantir a reprodução física e cultural dessas famílias.

A origem comum era um dado importante para compreender as relações e, sobretudo, o lugar, enquanto uma situação específica resultante da forma de viver dessas famílias, cujo princípio era o sentimento de pertença ao grupo social, oriundo de um mesmo processo que destituiu essas famílias de seus lugares de origem. São famílias de trabalhadores rurais, obrigadas por diversos motivos a deixarem suas terras e se dirigirem para as áreas "abertas" da Amazônia brasileira.

Lugar e conflito sócio-ambiental, na perspectiva anteriormente explicitada, foram as duas noções que ajudaram a fazer uma leitura preliminar da situação ora em estudo. Entretanto, a imersão no trabalho de campo, que se realizou durante todo o ano de 2006, acabou suscitando "novos" questionamentos, que nos obrigaram a repensar e a reconstruir o objeto de pesquisa.

A possibilidade de redefinição do objeto de pesquisa encontra-se inscrita no interior de uma prática que reafirma a importância do objeto e da necessidade de construí-lo (BOURDIEU, 1989, p.17-58). O objeto de pesquisa não sendo pré-construído, é produto de um investimento ativo e sistemático do pesquisador que, diante das situações empiricamente observadas, torna-se capaz de sair das armadilhas, na maioria das vezes imposta pelos esquemas teóricos de pensamento que engessam a produção do conhecimento.

O resultado mais visível desse processo, que permitiu a reconstrução do objeto de pesquisa, foi a incorporação de "novas" noções surgidas do trabalho de campo, que ampliou a noção de conflito para além dos esquemas pré-concebidos, expresso pela idéia de uma ocupação humana em unidade de conservação.

Desse modo, as noções de "lixo" e "violência" apareceram com muita força, revelando uma outra dimensão do conflito sócio-ambiental, para além dos primeiros esquemas que foram organizados para pensar aquela realidade. Os dados coletados em outro momento¹⁰ sinalizavam para a existência do conflito sócio-ambiental

¹⁰No segundo semestre de 2003, foi realizado em conjunto com outros doutorandos do Curso, um trabalho de pesquisa que resultou num relatório apresentado às disciplinas de "Fundamentos das Ciências da Natureza" e "Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais", intitulado "Um Olhar sobre os conflitos sócio-ambientais: estudo preliminar a partir da ocupação Vila Audi União (Curitiba/PR)".

envolvendo as famílias, as quais estariam ocupando indevidamente uma área destinada à proteção ambiental.

O lixo ou "material reciclável", no dizer dos moradores do Jardim Icaraí, está intrinsecamente relacionado aos modos de produzir e de viver das famílias, e enquanto atividade principal, comporta um conjunto de situações que extrapolam o estrito espaço físico da moradia. O lixo é um dado fundamental para compreender a noção de lugar porque é dele e sobre ele que se ergue e que se mantém a dinâmica social de produção e reprodução do Jardim Icaraí.

O lugar, então, não pode ser referido estritamente ao local de moradia, mas entendido no contexto das trajetórias e das relações estabelecidas na coleta do material reciclável, que se estende muito além dos espaços circunscritos do Jardim Icaraí. Ele é coletado em diversos locais da cidade de Curitiba, cujo "circuito" é previamente definido por cada família.

A violência, por sua vez, é um conflito explícito porque antagoniza de forma visceral interesses divergentes, e no Jardim Icaraí, é parte do cotidiano das famílias. A violência está presente em várias situações, desde a exposição das famílias a todo tipo de preconceitos e constrangimentos no processo de coleta do lixo, até uma faceta mais agressiva, vivida no próprio Jardim Icaraí a partir da presença de alguns agentes ou grupos que controlam os espaços e a vida dos moradores. Esses podem se assemelhar às organizações criminosas. A pesquisadora não tinha noção desse dado, embora soubesse que se tratava de um lugar perigoso¹¹.

¹¹No decorrer da pesquisa de campo, a pesquisadora passou por diversos momentos difíceis, de muito receio e medo, que fizeram com que chegasse a pensar em desistir da realização do trabalho. Chegou a observar a presença de indivíduos fortemente armados, que circulavam sobre a "linha do trem", vigiando e controlando o fluxo de pessoas no lugar. Enquanto que para a maioria dos moradores do Jardim Icaraí tratava-se de algo absolutamente corriqueiro, normal, importava para a pesquisadora em total insegurança, pois não tinha qualquer controle sobre a situação que se apresentava e que se colocava de forma nova. A partir da leitura de noticiários, tinha informação de facções criminosas em algumas áreas.

As notícias veiculadas pelos jornais são aqui utilizadas para ilustrar uma outra forma de exposição dos problemas da cidade, mesmo porque os meios de comunicação tem grande influencia na formação da opinião pública, seja qual for a sua ideologia. Ultimamente, tem-se observado que o

As famílias têm sua mobilidade circunscrita aos limites da violência, sendo que paradoxalmente, é impossível compreender a constituição da noção de lugar abstraindo a questão da própria violência. Foi possível observar a existência de uma organização criminosa, fortemente armada e temida, que controla o fluxo de pessoas e de carros e que mantém as famílias sob a "lei do silêncio".

A força dessas duas noções, lixo e violência, no contexto da reprodução física e social das famílias do Jardim Icaraí, impôs-se como um dado novo e imprescindível na compreensão do lugar e por consequência, na ampliação da noção de conflito sócio-ambiental, não obstante não tenha afastado a noção do primeiro sentido, atribuído prevalentemente ao conflito. Ao contrário, o trabalho de campo permitiu deslocar o foco, que não se encontrava onde se imaginava estar. O conflito sócio-ambiental apresentava-se de uma outra forma e estendia-se para além do espaço físico determinado pelo Jardim Icaraí.

O trabalho de campo permitiu observar que o conflito sócio-ambiental também estava situado durante a atividade de coleta do material reciclável quando as famílias disputam com outros agentes e com o próprio Poder Público a apropriação do lixo que fica exposto nas ruas e avenidas, quando não jogados nas praças. Permitiu de certa forma "neutralizar" a rigidez dos esquemas pré-concebidos que tivéssemos e que poderiam nos impedir de alcançar outros aspectos do problema, que não se encontram visíveis.

É importante enfatizar que esse deslocamento não implicou num abandono da primeira formulação acerca do conflito, mas sim numa relativização de sua

problema da violência urbana é crônico em Curitiba (Ver, "Estudo coloca Curitiba no topo da lista de crimes contra a vida". **Gazeta do Povo**, 23 set. 2006, Paraná, p.3). Neste estudo, Curitiba é apontada como a capital com maior número de crimes contra a vida proporcionalmente ao número de habitantes, sendo que essa situação se encontra coadunada com a realidade vivenciada pela maioria das pessoas que moram e vivem na RMC. Pelo visto, o problema de pobreza e da "favelização" é recorrente na região (Conferir reportagens: "Pobreza é o maior desafio dos prefeitos da RMC". **Gazeta do Povo**, 8 dez. 2004, Paraná, p.9; "Favela é lar de 200 mil em Curitiba". **Gazeta do Povo**, 15 maio 2004, Paraná, p.4; RMC tem 136 mil famílias morando em favelas". **Gazeta do Povo**, 28 dez. 2005, Paraná Política, p.10).

importância à luz das situações observadas, que se impuseram com força à pesquisadora. Entretanto, observou-se que esse conflito ambiental, na perspectiva das diferentes formas de conceber e representar o que seja a questão ambiental, encontra-se evidente, pois as famílias, apesar de não explicitarem a todo momento, demonstram temor e insegurança na medida em que se encontram sob ameaça de serem "removidas" dos seus lugares.

Contudo, como já afirmado anteriormente, o lixo e a violência são as situações mais agudas, vividas e experimentadas no dia-a-dia. São aspectos de um conjunto de problemas vivenciados pelas famílias do Jardim Icarai, e como tais, constituem-se em conflitos sócio-ambientais; isto resultou para a pesquisa numa redefinição do objetivo primeiro.

Trata-se aqui de analisar o conflito sócio-ambiental como resultado de uma determinada forma de produzir e de viver a cidade, onde rivalizam distintos sujeitos e projetos, que se colocam em face de seus interesses¹². Neste sentido, a noção de lugar tomada de forma prevalente serve para explicitar esse antagonismo e por isso mesmo, torna-se elemento central da análise.

O delineamento do problema e a redefinição do objeto de pesquisa anteriormente descrito estão inscritos na trajetória desta pesquisa. As sucessivas visitas de campo que consistiam em técnicas de observação direta e entrevistas com as famílias informaram, reformularam e reorientaram tanto a problemática quanto o objeto de pesquisa, razão pela qual é necessário explicitar os procedimentos, as técnicas e

¹²A propósito dessa discussão pela qual diferentes interesses ambientais encontram-se em jogo, ver a pesquisa de Mario Fuks intitulada "Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro" (FUKS, 2001). A partir de uma análise de um banco de dados de processos judiciais envolvendo questões ambientais no município do Rio de Janeiro, o autor consegue identificar os diferentes agentes sociais envolvidos nos litígios ao mesmo tempo, a forma como é elaborado o discurso de proteção do meio ambiente, que tem servido para "esconder" ou mesmo "camuflar" os reais interesses relativos à renda do imóvel. Na verdade, esses moradores não querem que seus imóveis sejam desvalorizados frente a uma possibilidade de "ocupação ilegal" de determinadas áreas verdes que ficam próximas as suas residências.

a metodologia que orientaram todo o trabalho de campo, cujos resultados estão colocados neste trabalho.

O trabalho de campo também foi responsável pela opção em priorizar os aspectos qualitativos da pesquisa, uma vez que as noções de lugar e conflito sócio-ambiental a partir das representações e interpretações sociais, tomadas nesta tese para explicar o conflito sócio-ambiental, não poderiam ser apreendidas apenas com os dados quantitativos.

Os limites dos dados quantitativos ficam evidentes quando se procura compreender tanto o conflito quanto o lugar, uma vez que a constituição dessas noções faz-se, sobretudo, pelas relações sociais, nas quais os elementos mais significativos são subjetivos, fluidos e portanto, não passíveis de serem aprendidos e retratados pelas séries estatísticas ou outros procedimentos quantitativos.

A oportunidade de realizar o trabalho de campo a partir de uma "observação participante", com entrevistas abertas, semi-estruturadas, permitiu atentar para as pistas que surgiram derivadas, muitas vezes de uma primeira questão. E, assim, organizar e valorizar determinados detalhes, certas sutilezas, já que um questionário fechado, com perguntas previamente formuladas, não permitiria nem suscitar desdobramentos, nem enxergar certas nuances.

É necessário reafirmar que, em se tratando de uma análise em que o lugar é a categoria central, uma pesquisa qualitativa possibilita abarcar e apreender as subjetividades e as sutilezas nas entrelinhas das falas, que muitas vezes ao se restringirem, mais revelam do que escondem.

Esta foi sem dúvida uma forte razão para que se optasse pelos aspectos qualitativos. Esta escolha possibilita ainda fornecer um instrumental para capturar e explicar os processos da produção da moradia, de constituição das relações sociais, da atividade de coleta do lixo, da ação da violência e do crime organizado, enfim, todo um emaranhado de relações que produzem o Jardim Icaraí, enquanto um lugar.

Então, como apreender os significados, a importância dos eventos, dos fatos, senão deixando os envolvidos falarem? Como enquadrar sentidos e significados em

quadros e representações gráficas? Aqui faz sentido a observação de Nöbert Elias: "sem o uso das palavras como instrumento de pesquisa, os números ficam mudos." (ELIAS, 2000, p.59).

A necessidade de se explicitarem, portanto, os procedimentos da pesquisa, torna-se imprescindível, em se tratando de uma pesquisa qualitativa. Pois a forma, o tempo e as condições em que as informações foram obtidas, bem como o tipo de informação coletada, relacionada a um conjunto de informantes determinados pela mediação, ajudam a compreender e situar os "achados", e a reflexão que será apresentada nesta tese.

Foi necessário procurar uma perspectiva de observação que permitisse à pesquisadora ver, ouvir e "tocar" de perto a realidade do Jardim Icarai. Também foi imprescindível o esforço para despir-se de todo tipo de "pré-conceito" que se tem acerca de um bairro periférico onde os estigmas estão em evidência e são reforçados constantemente por meio de um conjunto de práticas discursivas¹³.

Preconceitos acerca dos bairros periféricos tornam-se visíveis em Curitiba, principalmente quando se observa e conversa com moradores de determinados bairros, que a todo momento estão preocupados em criar "barreiras físicas" que possam inibir de forma efetiva ou mesmo proibir o acesso de determinadas pessoas aos espaços da cidade¹⁴. Assiste-se, em diversos locais da cidade, a uma espécie de

¹³Há alguns trabalhos que descrevem o processo meticuloso de construção e uso social de determinadas categorias, utilizadas indistintamente para se pensar determinados espaços da cidade, como a noção de favela no Brasil. Essa noção, como a de "underclass" ou "gueto" na paisagem urbana americana encontra-se eivada de pré-noções que têm servido para estigmatizar o lugar e as pessoas que se ali se encontram, atraindo atenção negativa de todos. A respeito dessa discussão, consultar Loic Wacquant (2001, p.93-107).

¹⁴A construção de uma cerca de arame que se estende do Jardim Botânico à fábrica da Coca-Cola na Rodovia 227 para separar as vias, impedindo que as pessoas atravessassem a rodovia fora das passarelas. Além disso a instalação da cerca serviu também como muro para separar fisicamente o bairro Cajuru do bairro Jardim das Américas o que, segundo alguns relatos de moradores, prestou-se para reduzir o número de ocorrências policiais na região, o que leva a crer que os furtos eram cometidos pelos moradores do Cajuru. O fato de o bairro Cajuru ser um bairro muito populoso, onde as moradias são consideradas de "baixo padrão", faz com que comumente seja associado a abrigo de delinquentes.

privatização do espaço urbano, numa tentativa esperançosa de proteção contra essa população indesejada por uma população que imagina uma cidade livre das mazelas da pobreza.

Por isso, a fidedignidade da pesquisa está em conseguir explicitar os procedimentos adotados para obter as informações e o esforço para se relativizar os dados, que representam uma leitura daquela realidade. O trabalho metódico e sistemático da coleta das informações, que permitiu o registro e a classificação dos dados, capaz de capturar a realidade e traduzi-la a partir da existência das famílias lá residentes, foi de extrema importância na reorientação e na redefinição do objeto de pesquisa que estava centrado numa pré-condição.

1.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo foi desenvolvido de forma lenta e gradual por duas razões: a primeira, em função da grande dificuldade de entrar e circular na área; e a segunda, devido aos propósitos da pesquisa, cujos objetivos se relacionavam com a necessidade de apreender as subjetividades a fim de que se pudesse compreender a visão de mundo dos moradores do Jardim Icarai. Os cuidados teórico-metodológicos da pesquisa, conforme objetivos acima mencionados, implicavam no estabelecimento de laços de confiança, o que demandou uma permanência mais demorada no campo. Era importante que esse trabalho conseguisse evidenciar os processos para uma análise objetiva¹⁵.

¹⁵Para Bourdieu, essa forma de trabalho que privilegia as entrevistas gravadas pode incorrer num risco e se afastar dos propósitos iniciais da pesquisa, qual seja: apresentar a visão do entrevistado, pois o processo de transcrição literal já é uma verdadeira tradução ou mesmo interpretação do que foi relatado. Chama atenção o autor que para essas situações, o rigor reside no controle permanente do ponto de vista que ocorre nos detalhes da escrita (BOURDIEU, 2003, p.709-713).

Diante disso, a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de fevereiro e novembro de 2006, sendo que ao longo deste período, a pesquisa foi feita de forma sistemática, ou seja, toda semana a pesquisadora reservava um ou dois dias para visitar a área e acompanhar as reuniões de um grupo, dedicado à constituição de uma Associação de "Catadores de Lixo".

Ao longo do trabalho de campo foram mantidas diversas conversas informais e entrevistas, tendo sido entrevistadas dez pessoas. Destas, quatro foram escolhidas por serem os primeiros ocupantes da área e assim, puderam descrever todo o processo de ocupação e suas transformações ao longo do tempo. As demais, apesar de terem entrado posteriormente na ocupação, tiveram igualmente importância, por representarem um leque de informações a respeito da área que contempla diferentes histórias individuais, mas também do próprio Jardim Icaraí.

Outro critério considerado para a escolha dos informantes foi sua condição em relação ao projeto de intervenção do Poder Público local na área, sendo que o universo dizia respeito àqueles que seriam atingidos ou não pela "relocação". Assim, dos dez entrevistados, seis encontravam-se nessa condição. Além do critério que priorizou os moradores "atingidos", era fundamental saber como os outros moradores que se encontravam na parte da área em processo de regularização percebiam o processo, até porque, também viveram insegurança parecida. Nessa situação, são quatro pessoas do total de dez entrevistados. Importa ressaltar, ainda, que dos dez entrevistados, apenas dois não exerciam a atividade de carrinheiro ou carroceiro ou nem mesmo estavam ligados à ela, sendo que trabalhavam como diaristas.

Além dessas entrevistas, realizadas de forma sistemática, com roteiro de perguntas pré-estruturado, aconteceram diversas conversas informais, em momentos distintos, com as mais diferentes pessoas que moravam ou tinham algum tipo de relação com o Jardim Icaraí. As conversas, como são aqui designadas, foram feitas de forma que se pudesse registrar aspectos relevantes do contexto da área de estudo, atentando para o cotidiano das famílias; e o fato de terem sido realizadas com diferentes pessoas (seminaristas, sacerdotes, assistentes sociais, professores,

moradores) permitiu um amplo arsenal de informações que talvez se coloquem no mesmo patamar das entrevistas formalmente realizadas¹⁶.

A dificuldade em entrar e circular no Jardim Icarai, por si só, prolongou em muito o trabalho de campo. O fato de ser a área uma ocupação irregular, caracterizada por uma ordem de estigmas, impôs receios e temores já que não se conhecia a realidade local, sobretudo os dados relativos à violência organizada, que a todo instante eram acionados e reafirmados pelas pessoas com as quais se manteve contato. De forma indistinta, todas as pessoas com quem se teve contato enfatizavam nas suas falas o problema da violência, que somente foi sentido por ocasião do trabalho de campo.

Neste sentido, uma série de questões eram recorrentes: como fazer para entrar e circular na área? Havia necessidade de se fazer acompanhar por alguém? Onde encontrar um mediador conhecedor da área e com disponibilidade para esse trabalho? Como escolher os informantes? Qual o tempo necessário para a realização do campo?

Os estigmas se constituíram numa barreira quase intransponível num primeiro momento. Depois de muito refletir sobre todas as estratégias possíveis para iniciar e realizar o trabalho de campo, retomou-se o contato com um grupo de seminaristas da Congregação Rogacionista da Igreja Católica, feito por ocasião de um trabalho de pesquisa realizado durante o Curso.

Essa dificuldade inicial pôde ser contornada na medida em que foi possível construir um leque de relações com esse grupo de seminaristas e com uma assistente social que trabalha na área apoiando pequenos projetos relacionados ao atendimento mais imediato das famílias que moram e vivem no lugar.

¹⁶Aqui também é importante registrar as conversas e informações que foram obtidas junto aos órgãos públicos municipais, entre os quais, destacam-se: a Administração Regional do Cajuru, responsável pela área e a COHAB. Outros órgãos públicos foram visitados para complemento de informações: a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, IPPUC e Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERSHA).

As primeiras visitas seguiram o cronograma de atividade realizada por esse grupo de seminaristas, razão pela qual se participou de vários eventos e atividades relacionadas ao trabalho específico da pastoral como missas, visitas às casas, reunião com o grupo de mulheres, dentre outras atividades. É importante ressaltar que esses primeiros encontros ocorreram na Vila União, "ocupação consolidada", vizinha ao Jardim Icaraí, onde esse grupo mantém um trabalho pastoral e assistencial mais sistemático.

Esta estratégia foi a mais adequada e possível naquele momento, sendo de extrema importância, uma vez que fui apresentada como pesquisadora da UFPR à comunidade pelo Pároco e à assistente social citada¹⁷. Participar das atividades acima relacionada permitiu os primeiros contatos com algumas pessoas da Vila União. Após dois meses destes primeiros contatos visitando a Vila União, é que foi possível chegar ao Jardim Icaraí.

O primeiro contato direto com as famílias do Jardim Icaraí deu-se em companhia de um seminarista, numa de suas atividades de pastoral, onde foi possível percorrer toda a extensão do Jardim Icaraí. Foi um dos momentos mais significativos e decisivos na demarcação das estratégias posteriores da investigação, pois várias dificuldades já se fizeram sentir nesse momento, como a própria definição das pessoas que pudessem relatar a experiência vivida no Jardim Icaraí.

Após este contato foi possível perceber a necessidade de certos cuidados para poder circular na área, devido aos problemas de segurança. Assim, o cronograma da pesquisa ficou condicionado ao tempo das atividades pastorais desenvolvidas pelo mediador. Ou melhor, todo o trabalho de pesquisa na área ficou na dependência desse mediador e segundo a disponibilidade dos informantes, o que geralmente ocorria nos finais de semana.

Assim, as entrevistas foram realizadas, de forma descontínua, durante o período de junho a novembro de 2006. Contudo, outras atividades da pesquisa

¹⁷É importante ressaltar que essa minha inserção no Jardim Icaraí por meio da igreja católica direcionou de certa forma o trabalho de campo.

continuaram sendo realizadas, a exemplo da participação semanal nas reuniões organizadas por um grupo de moradores, que visavam a criação de uma associação de "catadores de lixo".

Tratava-se de ficar o mais próximo possível das famílias a fim de poder observar de perto as rotinas que se cadenciavam entre as atividades de coleta, separação e venda do lixo nos depósitos encontrados no Jardim Icaraí. Foi possível observar que essa atividade é realizada indistintamente por todos os membros da família, cada qual executando uma atividade em consonância com o sexo e com a faixa etária. Enquanto os homens, as mulheres e os filhos maiores saem para a coleta, percorrendo os "caminhos do lixo", os filhos menores ficam envolvidos na separação do lixo que é amontoado no interior ou na porta das moradias. Em todos os lugares do bairro existem amontoados de lixo.

É pelo fato da atividade envolver todos os membros da família que no presente trabalho utiliza-se o termo "família" ao invés de se fazer referência à expressão "catadores de lixo", utilizada para designar todas as pessoas que vivem da coleta do material reciclável.

As atividades realizadas pelos informantes seguem uma rotina desgastante, pois além de saírem para a coleta do lixo, na qual utilizam carrinhos puxados por eles próprios ou por animais, são obrigados a separar o material coletado quando chegam da "rua", já que necessitam comercializá-lo de imediato.

Vale ressaltar que, como toda escolha, essa entrada para o trabalho de campo implicou em fazer determinadas opções. As escolhas orientam e definem todo o processo da pesquisa, que consiste na escolha dos mediadores, dos informantes e o tipo de informação cuja implicação se vê nos resultados da própria pesquisa.

Foi possível observar que os informantes posicionavam-se de forma muito parecida à do mediador, devido às relações estabelecidas previamente entre eles. É importante salientar que o mediador representa ali no Jardim Icaraí a presença da Igreja Católica, o que implica uma leitura condicionada pelos princípios de visão e divisão do mundo social (BOURDIEU, 1989, p.113).

Em decorrência disso, todos os informantes escolhidos para a pesquisa são católicos e de certa maneira ligados às atividades desenvolvidas pela igreja católica no local. A associação da presente pesquisa ao trabalho por ela desenvolvido era quase que automática, a despeito do cuidado que se teve de manter a separação, explicando-lhes que atividade de pesquisa não estava ligada à Igreja e sim à Universidade.

Em determinados momentos, ficou muito difícil a dissociação desta pesquisa das atividades desempenhadas pelo mediador, pois este nos acompanhou em quase todas as entrevistas e visitas ao Jardim Icaraí. Se por um lado a presença, a companhia do mediador possibilitaram adentrar nos meandros do Jardim Icaraí, de modo a criar uma certa confiança na pesquisadora por parte dos informantes, permitindo-a adentrar em suas casas e locais de trabalho, por outro lado, essa escolha implicou num acesso restrito a uma rede de informantes, balizados numa forma de compreender o mundo, ou seja, os princípios construídos nos limites das mentalidades católicas.

Isto pode se constituir numa fraqueza do trabalho de campo se levado em consideração o universo dos informantes, mas de outra forma, numa força, na medida em que os informantes sentiam-se seguros e confiantes para confidenciar determinados assuntos relacionados às suas vidas, que dizem respeito à própria dificuldade de viver face aos problemas relacionados com a violência. A relação de confiança que a pesquisa exige somente foi possível em razão dessas relações que foram sendo construídas. O desafio consistia em obter todos os elementos necessários para uma análise daquela realidade, sem instaurar uma distância que pudesse simplificá-la ou mesmo reduzi-la ao estado de curiosidade (BOURDIEU, 2003, p.10).

Os informantes com os quais se fez contato estão sujeitos a todo tipo de constrangimentos, no local de moradia e na atividade da coleta de material reciclável, quando passam grande parte do tempo na rua. Além disso, vivem sob a ameaça de perderem seus locais de moradia e em consequência, os locais de coleta de material reciclável.

Tornar público suas vidas privadas poderia colocar em risco o seu destino, sobretudo por não terem controle sobre a forma como essas informações poderiam ser usadas. Embora tendo conhecimento dos limites impostos pelas escolhas para a realização do trabalho de campo, foi uma opção consciente, pois nenhum instrumento, nenhuma metodologia pode garantir a absoluta "neutralidade", tampouco ser tão abrangente e ampla que pudesse capturar e apreender toda a realidade.

Neste sentido, independentemente das restrições impostas, acima mencionadas, foi possível acessar um leque de informações bastante significativas sobre o Jardim Icarai. Uma vez que o resultado da pesquisa científica é sempre parcial, não se tem a pretensão, nem a ilusão de esgotar o real, mas de apresentá-lo a partir de uma leitura, de um olhar, sendo que esse olhar toma como ponto de partida a visão do mundo dos moradores do Jardim Icarai. Vale ressaltar, portanto, que a opção pela pesquisa qualitativa e pelo número reduzido de entrevistas tem caráter ilustrativo.

Muito embora tomando o lugar como partida para a análise, é importante frisar que a proposta do presente trabalho de pesquisa é fazer uma leitura dos conflitos sócio-ambientais urbanos, situados no contexto mais amplo de produção da cidade. O lugar, enquanto fragmento urbano onde os conflitos se particularizam, mas situados na dinâmica dos processos de urbanização.

Por isso, entende-se a necessidade de fazer uma breve reflexão do debate sobre a urbanização e metropolização, cujas implicações fazem-se presentes no crescimento e expansão da cidade, importando salientar que essas leituras que buscam compreender os fenômenos urbanos tentam apresentar as dinâmicas sociais e econômicas como parte desse processo.

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE LUGAR, CIDADE, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO

*O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se
este pode se esconder pela sua essência, não
pode fazê-lo pela sua existência.*

(SANTOS, 2005, p.163)

Atualmente, muitas análises têm priorizado temas abrangentes como a "globalização", "mudanças climáticas", "metropolização", enfim, uma série de debates que se encontram inscritos numa forma de compreender os fenômenos para além das situações localizadas. Tais estudos são relevantes pois apresentam uma visão macro e têm um alcance de questões mais abrangentes. Contudo, os fenômenos, mesmo estes de ordem mais geral, manifestam-se em pontos específicos, materializam-se em localidades específicas, dentre as quais as cidades e as metrópoles.

Diante disso, questiona-se sobre a possibilidade de se apreender o mundo tomando como ponto de partida objetos de estudo situados numa escala menor, cuja força e importância talvez não se façam sentir de imediato, ou cuja repercussão não atinja outros níveis mais abrangentes, mas que de certo modo farão sentido em seus devidos contextos.

Assim, surgem perguntas como: qual a importância de se tomar uma unidade de um contexto como ponto de partida para compreender uma problemática mais ampla? Essa pergunta surge como questão, mas ao mesmo tempo traz em si uma afirmação, na medida em que a proposta da presente investigação toma como ponto de partida para a análise em questão, o lugar. Mas, por que partir do lugar? E o que é o lugar?

Num primeiro momento, é necessário responder à pergunta “por que se tomar o lugar como objeto de estudo” e “qual a relação desta escolha com a presente proposta de pesquisa”. Ao mesmo tempo, para se responder à primeira questão, faz-se necessário também esclarecer o que se entende sobre a segunda pergunta, ou seja, sobre o que vem a ser o lugar. Assim, as duas questões estão intimamente relacionadas, de modo que é possível falar das duas ao mesmo tempo.

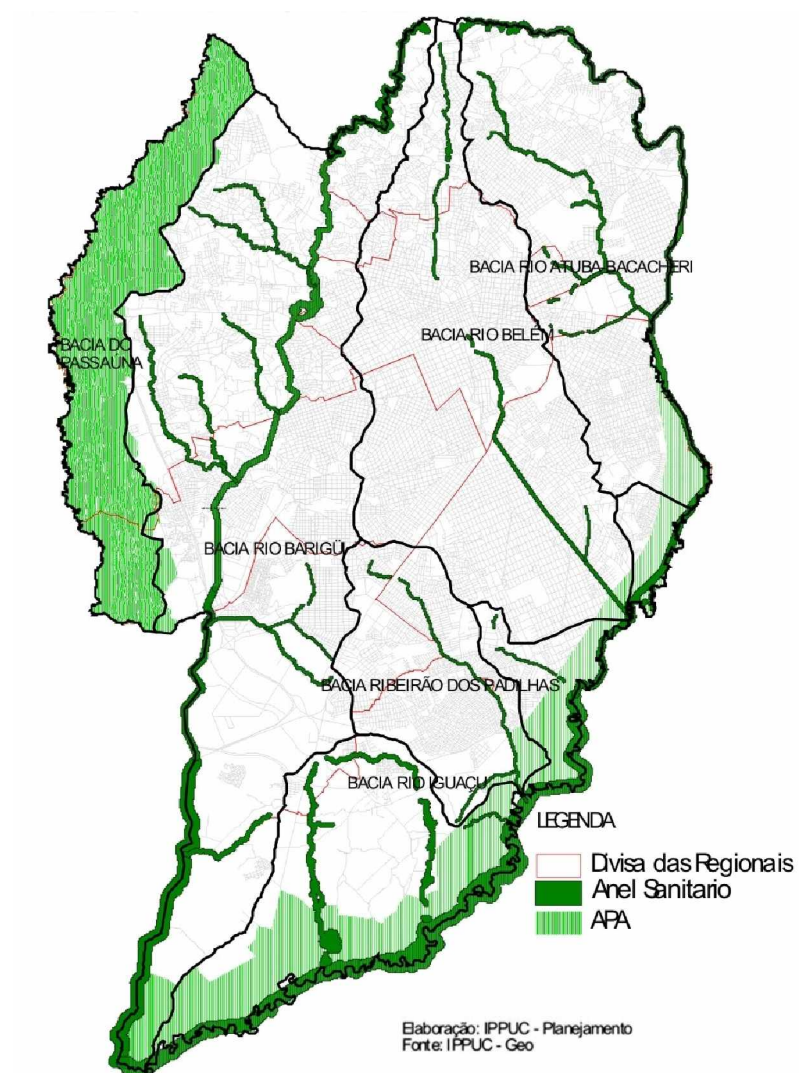
Independentemente disso, é importante, num primeiro momento, apontar brevemente as razões da escolha do lugar como categoria de análise para esta pesquisa. A investigação aqui proposta objetiva compreender a produção da cidade, mais especificamente da cidade de Curitiba, cujo processo de metropolização vem se acentuando e trazendo consigo problemas de várias ordens. Dentre eles, pode-se apontar a expansão da mancha urbana, onde as fronteiras entre os municípios que fazem parte do aglomerado metropolitano já se tornam imperceptíveis do ponto de vista da ocupação do solo urbano, apesar do Poder Público Municipal de Curitiba insistir em edificar barreiras formais que tentam estabelecer a separação do município de Curitiba dos demais da região metropolitana, a exemplo da Lei n.º 9.805, de 03 de janeiro de 2002, que "cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental e dá outras providências" (ver figura 2).

As dificuldades de planejar a cidade somente do ponto de vista formal explicitam a insuficiência desse modelo, na medida em que a dinâmica urbana impõe-se à forma, obrigando a pensar a cidade para além dos limites físicos e político-administrativos, incorporando elementos do processo de metropolização e considerando as especificidades que se dão no nível intra-urbano.

Se por um lado a expansão da mancha urbana parece unificar e homogeneizar grandes áreas, por outro, esse processo de urbanização e metropolização vem acompanhado de grande fragmentação do espaço, o que aponta para a pertinência de uma análise do lugar.

A cidade é vivida, experienciada nos lugares, em um bairro, em determinados fragmentos, tanto que se poderia afirmar que a cidade é o conjunto de seus diferentes lugares. Os problemas, os conflitos, mesmo tendo sua origem na forma como se produz a sociedade e a cidade, são manifestados em determinados locais, áreas, ou fragmentos da cidade. Os conflitos sócio-ambientais geralmente estão situados e se manifestam em determinadas áreas, envolvendo agentes determinados, configurando especificidades, o que remete também à noção de lugar.

Figura 02 - Curitiba / Pr - Anel Sanitário Ambiental



Fonte: COHAB-CT, PMC, IPPUC (2007, Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente)

2.1 O LUGAR

Um primeiro esboço sobre lugar pode ser feito a partir do "senso comum" que associa a noção de lugar à de localização. Localização dos objetos, dos eventos, dos acontecimentos. Também é comum a associação da noção de lugar à idéia de pertencimento: minha casa, meu bairro, meu lugar.

A noção de lugar explicitada a partir do "senso comum" é importante no contexto das experiências humanas, contudo insuficiente para explicações que se pretendem científicas. Por isso é que se buscam outras formulações acerca da noção de lugar que permitam contribuir para a explicação dos conflitos sócio-ambientais urbanos, uma vez que estes são determinados por um modo de se produzir e viver a cidade, logo, são resultantes de um modo de produção da sociedade.

Os conflitos sócio-ambientais manifestam-se em determinados lugares da cidade, situados, ou seja, circunscritos, envolvendo determinados agentes e interesses, pois como aponta Lefebvre (1977, p.26), as práticas sociais são espaciais, o espaço vivido tem estreita relação com as práticas sociais que são espacializadas, e ocorrem em determinado lugar.

A noção de lugar aparece sob diversas perspectivas, por isso é importante explicitar as diferentes abordagens no sentido de se extraírem os elementos teóricos que contribuam na interpretação dos fenômenos que se pretende estudar.

O lugar não existe "per si": "o lugar se cria", se constitui através dos significados e da relação que as pessoas estabelecem com determinados atributos materiais e/ou subjetivos, que podem variar em relação aos valores (TUAN, 1983, p.157). A compreensão de Tuan sobre a noção de lugar tem como base o pensamento de Santo Agostinho, que afirmava que o "valor do lugar" resultava de uma relação particular de intimidade que o ser humano estabelecia com determinado lugar. Assim, os sentimentos, as emoções e as experiências íntimas de cada pessoa é que têm peso na determinação da sua relação com o lugar. É através dessas sensações, portanto,

que se estabelecem a relação ou elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Tuan denomina essa relação de topofilia (TUAN, 1983, p.5).

Para o autor, o conceito de topofilia, embora difuso, é concreto e vivido enquanto experiência pessoal que é dada pela vivência e percepção de uma forma de ver o mundo. Para esse tipo de análise, o mundo é apreendido por meio de todos os sentidos, expressos em consonância com as diferentes culturas; por isto a importância do corpo, uma vez que este é a referência, pois os objetos são percebidos proporcionalmente ao corpo.

Em Tuan (1983, p.5), o lugar aparece como uma parada no movimento. A pausa permite que determinada localidade se transforme em um centro de reconhecido valor, na medida em que o indivíduo estabelece uma relação de intimidade através da permanência em um local. A permanência propicia o acompanhamento da dinâmica, da vida e do movimento da localidade, tornando possível a participação nos eventos. A participação e a permanência no local favorecem o estabelecimento de laços, pois se experimenta a vida na dimensão do corpo, das sensações e das emoções. Portanto, a permanência associada à localidade é um importante elemento na constituição do lugar.

Dessa forma, as experiências imprimem-se na subjetividade e o lugar passa a ser o centro. "Toda pessoa está no centro do mundo, e o espaço circundante é diferenciado de acordo com o esquema de seu corpo" (TUAN, 1983, p.44). Nessa perspectiva, é a partir do corpo humano que se processam certas divisões e valores espaciais. Daí a importância da relação do corpo com o espaço, pois segundo esse autor, o espaço torna-se lugar.

A transformação do espaço em lugar acontece pela relação de familiaridade com o espaço, como já mencionado anteriormente, sendo que a relação de familiaridade implica relação afetiva, de conhecimento e de satisfação de determinados desejos e interesses. Quando essas necessidades são satisfeitas, valoram-se os atributos que a localidade lhes oferece. É com base nesse entendimento que, para

Tuan, "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado" (TUAN, 1983, p.151).

O lugar portanto, constitui-se pelo significado, pelo valor que se atribui a algo. Ele não possui valor em si mesmo, o que o define é exatamente o valor que lhe é atribuído, pela centralidade que o objeto representa para o sujeito. Para tornar mais clara sua visão, Tuan utiliza-se do exemplo da experiência em relação ao lar, como um elemento importante na construção da referência em torno do lugar, pois "o lar é um ponto focal de uma estrutura cósmica" (TUAN, 1983, p.166). Essa forma de conceber o lugar manifesta um valor, que se orienta por uma visão mítica, já que o "centro", no caso, não é apenas um ponto particular no espaço, mas diz respeito ao pensamento, à fonte de inspiração para os valores.

A leitura de Tuan acerca do lugar tem certas vantagens quando põe em relevo o ser humano com suas experiências emocionais, seus sentimentos, lembrando, sobretudo, que a sociedade é feita de indivíduos. É importante lembrar que esses elementos acionados pelo autor podem auxiliar na compreensão e na definição do lugar, contudo são insuficientes pelo fato de se restringirem à apenas uma dimensão da experiência, ou seja, uma dimensão individual, sem se ocupar com o plano das relações sociais que se estabelecem no cotidiano. Nesse sentido, importa afirmar que o indivíduo tem uma dimensão social, coletiva, que não pode ser descuidada. É preciso avançar noutras direções da experiência humana para além dos aspectos puramente individuais.

Para Claval (1999, p.75), essa leitura centrada apenas no indivíduo ignora as relações deste com a sociedade, por isso corre o risco de ser excessivamente restritiva. Os indivíduos não são apenas passivos diante dos processos sociais e culturais, mas os reelaboram e os põem em ação de acordo com suas experiências, como pode ser observado na presente pesquisa, onde foram identificadas duas situações que se colocam como imprescindíveis para a compreensão do lugar. Por isso, é necessário ir além desta visão que se pauta no indivíduo, pois os indivíduos que constituem as sociedades não estão isolados, ilhados, ou melhor, não se tratam

de entidades independentes. Deve-se, assim, levar em consideração a relação entre indivíduo e sociedade e a maneira como se inscrevem as relações que os indivíduos estabelecem com o meio ambiente - aqui entendido como natureza e sociedade.

Desta forma, a definição de lugar comporta outros aspectos que vão além dos elaborados por Tuan. A idéia de lugar defendida por Santos (1999, p.253) aparece como categoria da existência. O lugar aqui é entendido como o espaço de exercício da existência plena. Observa-se que Santos introduz outros elementos na definição de lugar, pois ao concebê-lo como espaço do exercício da cidadania plena, incluindo a garantia de participação nas decisões e rumos da existência, contempla assim, aspectos políticos, das lutas, dos conflitos, dos sonhos e da realização da vida, apontando para a dimensão do cotidiano.

Para o autor, lugar não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, ou seja, o espaço da experiência que se transforma, pois não é estática. Visto desta perspectiva, o lugar se constitui num intermediário entre o mundo e o indivíduo, fazendo com que a sua abordagem sobre o lugar vá além da abordagem elaborada por Tuan. Santos estabelece a relação do indivíduo com a sociedade, ou seja, busca compreender o lugar como referência onde os eventos se materializam. Isso remete ao debate sobre a importância e a centralidade do lugar, num mundo que espacialmente se globaliza.

A leitura de Santos tem como preocupação central descobrir, pôr em relevo o papel do lugar diante das forças homogeneizantes da globalização. Busca situar a centralidade do lugar, ou seja, o lugar dos lugares, no contexto mais geral. O autor opõe-se a outros estudos que têm se preocupado exclusivamente com o aumento vertiginoso dos intercâmbios, da fluidez e dos universalismos. Opõe argumentos teóricos às teorias sobre o fim da geografia, da história, do trabalho, do Estado-nação, dos territórios e dos lugares.

Portanto, a leitura de Santos busca explicitar essa relação dialética entre o lugar e mundo. Para ele, os processos de "globalização", ou de "mundialização" não destroem as especificidades, mas ao contrário, reafirma-as: "Cada lugar é, à sua

maneira, o mundo. Mas também cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais" (SANTOS, 1999, p.252).

Na visão desse autor, a história concreta atual recoloca a questão do lugar numa posição central. Por isso, propõe revisitar o debate sobre o lugar a partir da dimensão do cotidiano. Se o mundo é nosso estranho, ele se nos dá a conhecer através do lugar, porque é no lugar que as coisas acontecem, onde tudo se funde, observa Santos. Mais do que isto, o cotidiano, as experiências compartilhadas, o vivido, encontram-se no lugar. É no lugar, enquanto um cotidiano compartilhado por uma gama enorme de pessoas, pelas empresas e pelas instituições, onde o conflito e a cooperação são a base da vida em comum. O lugar é, por um lado, uma referência no mundo; por outro, é o teatro insubstituível das paixões humanas que, por meio das ações comunicativas, são responsáveis pela espontaneidade e criatividade (SANTOS, 1999, p.258).

A abordagem de Santos acerca da relação dialética entre o mundo e o lugar, entre o indivíduo e sociedade através do lugar é esclarecedora da importância que o lugar ocupa no contexto das transformações que vêm ocorrendo na sociedade. Ajuda também na compreensão da centralidade do lugar, não só enquanto fenômeno, mas também enquanto uma categoria geográfica de análise importante e atual.

Carlos (2001, p.34), indo na mesma direção de Santos afirma que o lugar contém as mesmas determinações da totalidade, contudo mantendo as particularidades. Aqui aparece um elemento importante, que ajuda a compreender a constituição do lugar: as particularidades diferenciam um lugar de outro porque cada grupo social elabora e constrói as condições necessárias a sua reprodução de formas diferentes. Assim, para a autora: "o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala" (CARLOS, 2001, p.35).

Na sua análise, destaca que a apropriação do espaço só é possível através dos sentidos; portanto, do corpo. Assim, a corporeidade é um elemento importante para a constituição do lugar, na medida em que é por meio do corpo que o indivíduo "usa o espaço". É por meio do corpo que se cria e se percebe o mundo, que se

criam as referências e que se lhes conferem sentido. A autora define assim, uma base importante para a compreensão da constituição do lugar. Desse modo, afirma que a rua, o bairro, a praça, podem se constituir em lugares na cidade, pois facilitam a aproximação, os contatos, as experiências de apropriação e uso e portanto, experiência de construção do lugar.

Das leituras sobre o lugar, acima mencionadas, depreendem-se os elementos que se considera fundamentais para a constituição do lugar, quais sejam: as particularidades que servem para estabelecer as diferenças; a relação de familiaridade, afetividade que o indivíduo estabelece com determinadas porções dos espaços; a apropriação e uso do espaço por meio do corpo, o que implica na criação das condições para a reprodução do indivíduo e do grupo.

A cidade como o mais significativo dos lugares, tem na sua concepção a sociedade atual. Assim, mesmo para se compreender um lugar na cidade, é necessário situá-lo na dinâmica das transformações, que se processam no fenômeno da urbanização e da metropolização. Isto é, seja qual for a dimensão do lugar, importa compreendê-lo na sua relação dialética com outros espaços.

2.2 A CIDADE E O URBANO

Para se explicitar a importância atual da cidade e dos fenômenos da urbanização e da metropolização, é imprescindível estabelecer as devidas diferenças teóricas entre o fato urbano e a cidade, assim como sobre as noções de urbanização e de metropolização, pois observa-se que a utilização desses termos vem se dando de forma equivocada, não raro, são tratadas como sinônimos. Ademais, ressalta-se que os processos de urbanização e metropolização vêm sendo tratados como "naturais", inerentes à própria expansão das cidades.

A necessidade de definição do que seja a cidade e o urbano advém do fato de comumente se confundir o conceito "urbano" com o conceito de "cidade", cuja história e relações de produção são bem diferentes entre si. Para Lefebvre, cada modo

de produção tem a sua cidade, assim cada cidade se produz "pari passu" às formas como a sociedade se organiza e se reproduz (LEFEBVRE, 1999, p.9).

A cidade de cada momento histórico possui conteúdo e sentido próprios, muito embora, mantendo algumas formas ao longo do tempo, estas adquirem novos significados conforme os processos em curso. É importante assinalar que para Lefebvre esta confusão resultante da comparação entre cidades somente serve para favorecer certas ideologias, como o "organicismo", o "continuismo" e o "evolucionismo". Por isso é necessário distinguir a cidade do urbano, pois quando o processo de industrialização/urbanização é desencadeado, a cidade já "é uma poderosa realidade" (LEFEBVRE, 1991c, p.4).

Acompanhando essa idéia, Seabra chega a afirmar que mesmo parecendo uma afirmação banal dizer que a cidade é anterior à industrialização, é necessário fazê-lo, para confirmar que o processo de urbanização como motor da indústria reorienta e confere uma nova estrutura ao espaço das cidades (SEABRA, 2001, p.70a). A cidade atual apresenta uma rede intrincada de processos, como decorrência dos novos arranjos produtivos e de novas formas de organização do espaço que requer também revisão das categorias operacionais e teóricas no sentido de verificar a sua adequação e atualização.

Embora a cidade, passando por diversas transformações ao longo da sua história, mantenha certos elementos que a caracterizam, este é um dos elementos importantes quando se trata da conceituação. O conceito "cidade" está relacionado à materialidade resultante das práticas sociais: é a "realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico, a ordem próxima" (LEFEBVRE, 1991c p.49). A cidade é o construído, o palpável. É o lugar, conforme Santos, o particular, o concreto, o interno (SANTOS, 1988, p.55).

Por outro lado, o conceito de "urbano" não se refere à cidade propriamente dita, ou seja, a sua materialidade simplesmente, mas ao contrário disso, surge com a "explosão" da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana (LEFEBVRE, 1986, p.159). Dito de outra maneira, o "urbano", sem excluir a "cidade

antiga" e a "cidade medieval" enquanto momento histórico, abarca-as. Assim, o urbano "é uma *forma* (grifo do autor) geral: a da reunião, a simultaneidade, a do espaço temporal nas sociedades, forma que se afirma de todos os lados no curso da história e quaisquer que sejam as peripécias dessa história" (LEFEBVRE, 1986, p.159).

O "urbano", para esse autor, diz respeito à realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Portanto, quando se refere ao "urbano", a alusão está diretamente ligada a algo que vai além da cidade, que ultrapassa os limites do espaço construído, do aspecto material das cidades. Entretanto, é importante ressaltar que o urbano não dispensa a materialidade.

Embora a urbanização seja desencadeada a partir do processo da industrialização, conforme apontam os estudos sobre o tema, é necessário atentar para o fato de que o uso da noção de urbano é bastante antigo, mas guardava outro sentido e significado.

Gomes ao analisar a noção de cidade, afirma que a expressão "condição urbana" já era de uso corrente na época do Império Romano, indicando os adensamentos populacionais que apresentavam formas relacionadas à organização urbana, tais como: arruamentos, fóruns, templos (GOMES, 2002, p.23). Advertindo sobre a temática, Lefebvre lembra que o urbano como forma e conteúdos diversos, vem se confirmando desde as origens das sociedades (LEFEBVRE, 1986, p.160). É importante salientar sobre essa diferenciação entre o urbano enquanto uma forma de produção da sociedade e o urbano enquanto conceito explicativo da manifestação desse fenômeno. Em se tratando da análise é preciso atentar para esse detalhe, a fim de que se evite confundir os conceitos com os processos que se dão no real.

Como afirma o autor, o "urbano", como conceito, somente há pouco entrou nos vocábulos da ciência e também na prática. Vale ressaltar que, embora o termo não sendo novo, como conceito traz o novo, porque ele surge a partir da transformação da cidade, ou seja, daquilo que eleva ao conhecimento. O "urbano" possibilita ao mesmo tempo descrever e gerar um duplo processo de implosão-explosão da cidade (LEFEBVRE, 1986, p.4).

Assim,

o tecido urbano é o suporte de um modo de viver que comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os sistemas de objetos relacionam-se aos equipamentos urbanos, enquanto os sistemas de valores está relacionado a lazer, costumes... (LEFEBVRE, 1991c, p.49).

Em outras palavras, o urbano como conceito abarcando temática e problemática correspondente, é mais amplo, indicando o "território onde se desenvolve a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno" (LEFEBVRE, 1986, p.160). O urbano está em nível abstrato, mas se concretiza por meio das relações de produção e da divisão social do trabalho. É o conteúdo que orienta e se traduz no modo de produção e na forma como a sociedade se produz e reproduz.

Além disso, o urbano também engloba o sistema de produção, uma rede complexa de condições necessárias ao funcionamento da indústria, mas também o que acontece fora do alcance das empresas, embora estando ligado por diferentes aspectos. Contudo, nesta noção "lefebvreviana", o acento é posto no cotidiano da vida nas cidades, que tem como pressuposto um conceito de espaço. No dizer de Souza, é o conjunto dessas histórias que constituem a teoria da urbanização (SOUZA, 1995, p.66).

Portanto, quando nos referimos à cidade, pensamos no sentido da sua intrínseca articulação com o urbano como uma forma própria de produção e organização da sociedade, isto é, a relação dialética entre a materialidade e forma/conteúdo. É importante lembrar que não se pode tratar a cidade separadamente do seu conteúdo – o urbano. Por isso, ao nos referirmos ao processo de urbanização da sociedade, falamos tanto do conteúdo relativo às relações que atravessam inclusive espaços agrícolas, mas, sobretudo, da cidade, da metrópole enquanto forma construída que articula de forma substantiva o conteúdo da urbanização.

Neste sentido, a urbanização é compreendida como o processo onde os conteúdos do urbano se potencializam e se espacializam. A urbanização e o urbano, conforme Souza, devem ser vistos sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho

(SOUZA, 1995, p.69). Portanto, o urbano não se restringe meramente ao espaço físico da cidade, mas atravessa inclusive espaços agrícolas e remete à discussão sobre a urbanização em grande escala ou do planeta.

2.3 URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO

Dentre as características da sociedade contemporânea, a urbanização em grande escala, baseada na rapidez dos fluxos eletrônicos e de informação, parece se impor. Vive-se no tempo das "grandes cidades" ou mais especificamente, no tempo das metrópoles. Além disso, vive-se numa sociedade urbana, não somente porque aproximadamente, em 2007 a população mundial vivendo nas cidades, ultrapassará 50%, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas também porque os processos de urbanização ultrapassam os limites físicos da cidade e alcançam as áreas onde se realizam as atividades agrícolas e aquelas áreas específicas de preservação ambiental.

Assim, assiste-se no momento atual a um vigoroso processo, que se caracteriza por provocar grandes e profundas transformações não só na morfologia urbana, mas também nos modos de vida.

Essas transformações já eram observadas e anunciadas por vários autores desde a década de 1960. Mumford chamava a atenção para o fato de que muitos países estariam passando por um processo vertiginoso de urbanização e que a área real ocupada ou invadida por esse processo se rivalizaria com aquela dedicada à agricultura (MUMFORD, 1998, p.567). Outros estudos apontavam que tal tendência não se restringia a apenas alguns países, mas que estaria indicando para uma urbanização generalizada. Lefebvre também chamava a atenção para o fato de que a urbanização em grandes proporções prosseguia irresistivelmente e que ao final do século XX alcançaria patamares altíssimos: perto de 80% da população do planeta estaria residindo nas cidades (LEFEBVRE, 1986, p.180).

Entretanto, mesmo reconhecendo essa tendência em curso de uma urbanização generalizada, havia também posicionamentos contrários à crença de que as cidades viessem a dominar o mundo. Essas posições mais cautelosas relativas ao tema tomavam como referência para por em dúvida o domínio das cidades, a própria história das mesmas, que já tiveram seus momentos de auge e decadência e um posterior renascimento.

Assim, para aqueles que acreditam no futuro da proliferação do tecido metropolitano e da urbanização generalizada, lembra Mumford que é preciso levar em consideração o resultado histórico dessa concentração do poder urbano. As cidades, repetidas vezes, têm "assinalado a fase final do ciclo clássico da civilização, antes da sua derrocada e decadência" (MUMFORD, 1998, p.587).

Para esse autor, a evidência desse fato pode ser confirmada quando se observa uma civilização cuja instabilidade se manifesta por meio de destruição em massa provocada pelas guerras ou pelo surgimento de compulsões bárbaras. Aliás, a própria civilização traz dentro de si mesma as forças explosivas capazes de eliminá-la.

Nesse sentido, é fundamental levar em consideração a capacidade que a sociedade possui, tanto de construção quanto de destruição de tudo aquilo que a constitui. Dessa forma, é fundamental, ao se projetar e planejar o futuro, levar em consideração esse dado a fim de que não se incorra no erro de negar as contradições existentes na própria realidade.

As contradições do processo de urbanização manifestam-se sob vários aspectos e em diferentes graus em todos os lugares. Nos dias de hoje, vale ressaltar que um dos grandes problemas derivados da urbanização é a violência e o meio ambiente que apresenta diferentes faces e se encontram relacionados às práticas discursivas.

Os debates sobre a violência e o meio ambiente vêm ganhando força, tanto no âmbito da academia quanto no âmbito das discussões políticas devido à dimensão que têm tomado no interior da sociedade, como pode ser observado ao longo desta pesquisa. Nesse sentido, o alerta feito por Mumford serve como um sinal no sentido

de se olhar com mais atenção a esses problemas, em função de sua gravidade presente e futura.

Entretanto, a despeito de toda a gama de problemas derivados da urbanização e da metropolização, esses processos seguem seu curso ininterruptamente, tendo nas cidades o seu apogeu, o que dá margem para alguns estudos afirmarem o seu protagonismo. Ou seja, o período atual de desenvolvimento das forças produtivas e grande expansão do mercado, das finanças e do consumo, têm nas grandes cidades a sua condição para evoluir e se consolidar, o que implica afirmar que o mercado é o grande motor da expansão das cidades e da urbanização.

Nessa perspectiva, Mumford ao analisar a economia urbana, afirma que a cidade é produto; portanto, resulta de intenções e projetos (MUMFORD, 1998, p.568). A economia metropolitana e seu êxito têm sido produzidos por fatores que embora parecendo cegos e espontâneos, revelam-se esforços conscientes e calculados para estimular um crescimento e concentrar funções e poderes.

A cidade tanto se constitui em condição para o desenvolvimento econômico, como também é resultado do desenvolvimento. Sobre o papel das cidades na expansão da economia, Veltz lembra que "em toda parte – com notáveis exceções como o caso da China –, o poder e a economia dos Estados nasceram do poder e da economia das cidades" (VELTZ, 2001, p.141). A economia das cidades dominou por muito tempo ou pelo menos, até meados do século XVIII, pelo fato de serem "mais ágeis, mais vivas, mais 'reativas' e hoje, mais aptas a apreender as novidades assim como a suportar as crises" (VELTZ, 2001, p.141).

Para esse autor, a economia urbana perde sua força com o advento do capitalismo industrial, onde a economia ganha uma dimensão nacional e internacional. Entretanto, lembra Veltz, a cidade ganha uma enorme importância no momento atual do desenvolvimento das forças produtivas (VELTZ, 2001, p.142-143).

A "força das cidades" manifesta-se de forma contundente, de onde partem os comandos da economia mundial. As grandes cidades, sobretudo as metrópoles atuais, constituem-se em "sistemas extremamente abertos, nós de cruzamento e

pontos de comutação de inúmeros fluxos, de inúmeras redes de produção e de troca, muito mais do que conjuntos autocentrados" (VELTZ, 2001, p.144).

Diante da emergência da metropolização da sociedade, da centralidade da grande cidade, vários autores afirmam que a cidade assume papel de "ator". Entretanto, embora seja inquestionável a "força da urbanização", a cidade somente poderia ser concebida como ator coletivo econômico enquanto metáfora.

Assim, a cidade, em especial, a metrópole, é por sua vez o espaço onde os processos de urbanização são mais intensos, razão pela qual iniciamos o debate, explicitando de forma sucinta o processo de urbanização expresso pela metrópole. Mas o que é a metrópole? E o termo metropolização, o que indica?

Segundo Ascher, não existe uma definição precisa acerca do termo metrópole e assim atualmente, a noção é utilizada abundantemente, geralmente para qualificar as principais aglomerações urbanas de um país, que comportam algumas centenas de milhares de habitantes, que são multifuncionais e que estabelecem relações econômicas com outras aglomerações (ASCHER, 1995, p.14).

Já o fenômeno da metropolização ultrapassa a idéia de crescimento e multiplicação das grandes aglomerações e indica, sobretudo, a grande concentração no seio das grandes aglomerações das populações, das atividades e das riquezas e do seu inverso, também da pobreza. É importante lembrar que o autor faz a distinção entre metropolização e urbanização, de forma a evitar confusão, pois conforme referido autor, o fenômeno da metropolização não torna obsoletas as outras manifestações do fenômeno urbano.

Essa concepção de metrópole leva em consideração aspectos demográficos, expressos pela quantidade de população, aspectos econômicos, expressos por meio da multiplicidade de atividades, e ainda por uma relação de hierarquias, que mantêm com outras cidades. Mas seria isso suficiente para explicar a noção metrópole? E qual a relação entre a cidade e metrópole, como conceitos? Continuam sendo termos idênticos, que expressam o mesmo sentido? Ou metrópole seria apenas mais

uma adjetivação da cidade no sentido de que essa teria seus atributos elevados a níveis superlativos?

Para Ascher a análise das formas do crescimento metropolitano deve distinguir os fenômenos físicos – no caso, as superfícies construídas – os fenômenos demográficos e sócio-econômicos (ASCHER, 1995, p.14). No que se refere aos aspectos físicos, relaciona-se à maneira como a mancha urbana se expande. Então, que elementos além do tamanho estariam acionados para definir e diferenciar a cidade da metrópole? Será que bastaria, além da dimensão física, saber como são e funcionam as dinâmicas econômicas e sociais?

Ainda quanto à conceituação, há áreas de sombras, muito embora as tentativas nesse sentido tenham apontado determinados elementos que servem para compor a noção de metrópole. Ela tem servido de certa maneira para compreender o fato urbano atual.

Para esse autor, as metrópoles caracterizam-se por diferenciações sócio-espaciais marcantes, ou seja, mais acentuadas do que em outras cidades. Assim, a metropolização é acompanhada de transformações significativas das grandes cidades, de seus arredores e de seu ambiente. Essa caracterização feita pelo autor pode permitir uma aproximação conceitual, pois o conjunto dessas mudanças ocorridas na cidade, tendo como propulsão os conteúdos do urbano, pode constituir uma teoria da metropolização.

2.4 A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

No bojo da urbanização e metropolização, chama atenção o processo de fragmentação que se dá tanto em nível espacial, como social. As análises vêm focalizando as diferenciações, que se manifestam enquanto rupturas do processo de urbanização e metropolização. Trata-se da manifestação dos diferentes lugares, que se expressam como dotados de tempos e espaços distintos. No dizer de Santos, "tempos longos" e "tempos curtos" (SANTOS, 1999, p.260).

Enquanto os "tempos longos" são expressos pelas tradições, costumes e pela língua, os "tempos curtos" são os constituídos pelo enfrentamento da cidade em todos os seus constrangimentos, pela labuta cotidiana. São traços da fragmentação da urbanização e da metrópole.

Ao analisar a dimensão espacial da cidade, Carlos, referindo-se ao processo de produção, diz que se pode perceber que há uma indissociabilidade entre espaço e sociedade, quando da materialização das relações sociais num determinado território real e concreto (CARLOS, 2004, p.24). É através da prática sócio-espacial que o mundo se revela em suas contradições.

Na cidade, tais contradições manifestam-se pela apropriação privada dos espaços e dos territórios¹⁸, onde se colocam diferentes agentes sociais que se antagonizam entre si. Para essa autora, a existência da propriedade privada da terra urbana resulta na divisão e parcelização da cidade, produzindo um desenvolvimento urbano baseado nas assimetrias de todas as ordens, manifestada com as diferenças sociais e econômicas.

Neste sentido, o espaço transformado em mercadoria, passa a fazer parte do circuito da troca e dessa forma a "constituição da sociedade urbana, revela-se, ao mesmo tempo que, uma tendência a homogeneização, e um processo de fragmentação tanto do espaço, quanto do indivíduo" (CARLOS, 2004, p.27).

De sorte que Santos trata de uma urbanização corporativa, no sentido de que as cidades, sobretudo as metrópoles, são corporativas porque criam as facilidades para as grandes empresas, para as corporações econômicas e também porque recriam a segmentação, onde diferentes grupos entram em conflito (SANTOS, 1993, p.111). Para o autor, é nessa cidade corporativa que todos os esforços são direcionados para atender às necessidades das empresas hegemônicas, sendo que somente o residual chega ao restante da população: "O processo da urbanização corporativa se

¹⁸O conceito de território é aqui utilizado, no sentido apontado por Santos, de território usado, composto de "objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (SANTOS, 1999, p.16).

impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida e comportamentos" (SANTOS, 1993, p.111).

O problema das desigualdades tanto no nível dos territórios, quanto no nível social é também apontado por esses autores, como decorrência de um modelo perverso de desenvolvimento urbano.

Ao analisar o caso brasileiro, Santos afirma que no século XX se chegou à urbanização da sociedade e do território, o que implica em considerá-la quase generalizada, evidenciando uma fase caracterizada pela "macrourbanização" e "metropolização" (SANTOS, 1993, p.9). O autor aponta como elementos propulsores desse processo o significativo crescimento demográfico e a terceirização, compreendendo o processo de industrialização, na sua mais ampla significação, ou seja, a formação de um mercado nacional, como também abrangendo equipamento do território no sentido de garantir a sua integração e da formação de um mercado de consumo.

Nesse processo de urbanização e metropolização, as cidades em geral são gigantescas, resultando do seu crescimento expandido, que segundo o autor é tanto causa como resultado da especulação. Assim, o "perfil urbano se torna complexo, com a tendência a onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõe aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos" (SANTOS, 1993, p.9).

Para esse tipo de análise, há uma economia apoiada em uma rede-arquipélago de grandes metrópoles. Essa rede, por sua vez, atrai e concentra uma parcela enorme tanto da riqueza, quanto do poder e do saber, e cuja emergência é acompanhada também de assimetrias cada vez mais crescentes entre territórios e se manifesta em todas as escalas (VELTZ, 2001, p.141).

Conforme aponta Ascher (1995, p.9), a metropolização vem concentrando de maneira cada vez mais crescente os homens, as atividades e as riquezas em grandes aglomerações de milhões de habitantes, cuja característica é a multifuncionalidade, fortemente integrada à economia internacional. Para o autor, o processo de metropo-

lização é acompanhado de significativa expansão das grandes cidades, de seus arredores e de seu ambiente, constituindo espaços cada vez mais urbanizados e mais vastos, heterogêneos, descontínuos, formados a partir de grandes cidades, que estão inseridas cada vez mais no circuito da economia mundial¹⁹. O que isso significa para a criação de um novo ambiente urbano? Do ponto de vista da espacialidade da cidade, importa dizer que territórios diversos são constituídos em função do processo de crescimento da cidade.

Por sua vez, Mattos aponta a persistência e o aumento das desigualdades sociais urbanas como uma das características comuns a todas as metrópoles (MATTOS, 2004, p.190). Ao estudar as transformações ocorridas nas metrópoles Latinoamericanas, afirma que as desigualdades e a polarização social aparecem como uma tendência dominante no plano intrametropolitano. Ela seria fruto das transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, como a reestruturação e flexibilização dos mercados de trabalho, que não conseguiram diminuir as assimetrias sociais já existentes, mas ao contrário, conseguiram aprofundá-las e se expressam através de novas modalidades de segregação e exclusão territorial.

Nesse sentido, Santos aponta a planificação urbana como um dos elementos a serem considerados, na medida em que está direcionada, sobretudo para os aspectos da cidade, que não solucionaram os problemas, mas os agravaram, uma vez que a denominada "planificação técnica" não abarca a gama de situações apresentadas (SANTOS, 1993, p.113). Mais do que isso, nesse contexto de "cidades globais", as técnicas urbanísticas têm se preocupado em privilegiar elementos que possam servir como "atrativos", independentemente das suas conseqüências que podem ser danosas aos cidadãos. No âmbito da planificação, haveria necessidade

¹⁹Para Mumford "Megalópolis está se tornando uma força universal e a economia dominante é uma economia metropolitana, na qual não é possível qualquer empreendimento eficiente que não se ache firmemente ligado à grande-cidade" (MUMFORD, 1998, p.567).

de um tratamento que pudesse se ocupar com os elementos sociais e que assegurasse a cidadania plena.

Maricato, retomando essa idéia esboçada por Santos, lembra que o urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanística) não tem se comprometido com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade. "As idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios" (MARICATO, 2000, p.122).

A autora reafirma sua posição quando assevera que para a "cidade ilegal" não há planos, nem ordem. Aliás, não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. Dessa forma, a exclusão urbana, materializada pela gigantesca ocupação "ilegal" do solo urbano, é ignorada na representação da "cidade oficial".

Nesse sentido, a "ilegalidade é oficial – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor" (MARICATO, 2001, p.123). Por outro lado, a "ilegalidade", conforme esta autora, é muito disfuncional para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida na cidade.

A fragmentação urbana é generalizada em se tratando da urbanização brasileira, contudo é nas grandes cidades que ela se mostra mais dramática. Maricato, ao discutir o padrão de urbanização brasileiro na década de 1980, destaca as mudanças ocorridas, no sentido de apontar o crescimento das "cidades de porte médio" (MARICATO, 2001, p.25).

Entretanto, mostra que apesar deste crescimento expressivo das "cidades médias", ainda há várias metrópoles que mantêm altas taxas de crescimento, dentre elas, Curitiba, cuja taxa de crescimento anual entre 1991 e 1996, foi de 3,43%. e entre 1996 e 2000, foi de 1,83%. A autora também chama a atenção para o crescimento expressivo das periferias metropolitanas, que cresceram mais do que os núcleos centrais, o que implica em um aumento relativo das regiões pobres. Na década de

1990, considerando as metrópoles, as que mais expandiram as suas periferias foram Belém (157,9%) e Curitiba (28,2%).

O crescimento de Curitiba manifesta-se pela emergência do fenômeno da metropolização que, segundo Firkowski (2002, p.18-19), foi impulsionado pela entrada de capitais industriais que se localizaram predominantemente no aglomerado metropolitano. É importante aqui ressaltar que do total de indústrias que se instalaram no aglomerado metropolitano, o município de São José dos Pinhais abrigou o maior número de indústrias, o que explica o adensamento urbano na direção daquele município.

Em sua análise, a autora destaca o "novo papel" do município de Curitiba, que passa a abrigar as atividades terciárias, com maior grau de especialização e a mudança da dinâmica espacial uma vez que os espaços urbanos, principalmente aqueles destinados à habitação, passam por um processo de valorização, resultando na expulsão dos segmentos mais pobres para os "vazios urbanos", notadamente para as áreas de mananciais a leste do município de Curitiba e nos municípios vizinhos.

Além disso, como decorrência da inserção de Curitiba, no processo de reestruturação sócio-espacial, como afirma a autora, um "novo conteúdo" espacial de Curitiba surge da relação entre a desconcentração e a "nova dinâmica" industrial e se expressa pela recomposição funcional da cidade. Ela passa a ter novas funções, capazes de transformá-la de fato, em metrópole. A partir desta "nova configuração", o processo de desconcentração metropolitana tem uma produção expandida do seu território.

Para Firkowski, a despeito da consolidação da estrutura produtiva, alterações significativas se apresentam, como a emergência de um novo padrão de localização da atividade industrial, com acento para a região leste, como já foi apontado anteriormente, o que desencadeou importantes conflitos relativos à ocupação e uso do solo, sobretudo por se localizarem ali, os principais mananciais de Curitiba e de parte do aglomerado metropolitano (FIRKOWSKI, 2002, p.22).

Esses processos, como os observados em Curitiba, de fragmentação e periferização social, são caudatários da urbanização corporativa mencionada por

Milton Santos e que têm no planejamento urbano um aliado importante, conforme esclarece Maricato:

a matriz de planejamento modernista e mais tarde funcionalista – esse modelo definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado 'primeiro mundo', aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente (MARICATO, 2001, p.122).

Nessa perspectiva, Rodrigues lembra que o urbano é ao mesmo tempo o lugar da libertação e da opressão; se por um lado, a cidade e o urbano são obras do homem e servem para relevar as conquistas e os avanços científicos, tecnológicos e financeiros, por outro lado,

mostram-se também como o lugar da opressão para os que estão à margem da 'urbanidade', com fragmentação de sua vida cotidiana, expressas pelas rupturas, violência, pobreza, miséria, falta de habitação, de saneamento básico, de segurança, transportes coletivos, pela poluição do ar, da água e dos alimentos (RODRIGUES, 2001, p.212).

Isso serve para expressar também a fragmentação vivida pelo contraste de sua cotidianidade com a riqueza que aparece na publicidade veiculada nos meios de comunicação. De outra parte, Lefebvre lembra que a sociedade urbana já traz em seu seio o potencial de sua transformação e que esta transformação se dará no cotidiano, através do lugar:

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, no uso dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais (HARVEY, 2004, p.110).

Quanto maior a complexidade dos sistemas produtivos, onde a divisão social do trabalho também se acentua, maiores as diferenciações sócio-espaciais. Por isso, a noção de lugar aqui tomada tem sua importância, pois é no lugar que é possível compreender as dinâmicas reveladas nos processos econômicos e sociais.

No capítulo seguinte, a preocupação é situar a discussão em torno da construção do lugar no âmbito das cidades, mais especificamente da cidade de Curitiba, que vem apresentando intenso processo de urbanização e metropolização. Também objetiva contextualizar Curitiba nos debates atuais sobre cidade, sobretudo porque suas políticas urbanas vêm sendo formuladas no sentido de torná-la cada vez mais atrativa ao capital e, assim, inseri-la no mercado global de cidades.

CAPÍTULO 3

A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES

Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que deve parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu Império...

(CALVINO, 2003, p.175)

Uma das características mais marcantes apontada pelos estudos sobre as cidades é a intensificação das desigualdades sócio-espaciais (SANTOS, 1993; HARVEY, 2004). A intensificação dessas desigualdades é fruto de processos internos, inerentes às cidades, mas também dos processos externos.

Assim a produção da cidade é resultado de um complexo e contínuo processo, que envolve diferentes forças e projetos e uma diversidade de agentes. As políticas públicas urbanas traçadas em consonância com o que Henri Lefebvre denomina de "atores hegemônicos" refletem e impõem princípios de visão e de divisão de mundo sobre a cidade. As políticas urbanas, portanto, moldam e criam formas espaciais de acordo com os interesses que se encontram em jogo, muitas vezes, para além dos interesses da maioria dos diversos agentes e grupos sociais que moram e vivem na cidade.

Essa lógica que orienta as dinâmicas urbanas está contida em princípios norteadores de um urbanismo, seja qual for sua orientação, que se institui como o "poder" de dizer e fazer a cidade. Lefebvre, ao analisar a ação do urbanismo de orientação modernista, refere-se a ele como uma "atividade que traça a ordenação dos estabelecimentos humanos no território com traços de pedra, de cimento e de metal." (LEFEBVRE, 1999, p.140).

Para Lefebvre o urbanismo seja qual for a sua concepção traduz e se materializa nas diferentes formas de intervenção sobre o espaço construído, modificando, transformando e conferindo novos conteúdos e significados. Trata-se de uma dentre tantas formas de urbanismo, que submete as dinâmicas e práticas urbanas a uma lógica, e a uma ordem concebida nos estreitos limites do seu próprio pensamento.

A influência das diversas concepções de urbanismo confere à produção da cidade, diferentes formas e orientações para o espaço construído. Assim, o urbanismo dito pós-moderno, segundo Harvey, propõe-se a romper com a rigidez e a austeridade das formas e da concepção de planejamento e desenvolvimento urbano do modernismo.

Se para os modernistas o espaço era algo a ser moldado de acordo com projetos sociais mais amplos, para os urbanistas ditos pós-modernos, o espaço é concebido como alguma coisa independente e autônoma e como tal pode ser moldada em conformidade com os propósitos e princípios estéticos. Assim, o espaço não precisa ter nenhum tipo de vinculação com objetivos e projetos sociais mais amplos, a não ser com uma estética desinteressada e cujas finalidades se esgotam em si mesmas (HARVEY, 2000, p.89).

Por isso é importante compreender a relação existente entre o que se tem denominado de políticas urbanas e a cidade. As políticas urbanas representam, portanto, uma concepção de projeto de cidade. Lojkine concebe a política urbana "como produto de contradições urbanas, de relações entre diversas forças sociais opostas quanto ao modo de ocupação ou de produção do espaço urbano" (LOJKINE, 1997, p.202).

Para esse autor, o conceito de política urbana apresenta na sua constituição três dimensões: uma planificadora, uma operacional e uma outra propriamente urbanística, que tem a capacidade de condensar, materializar e mensurar os efeitos sociais no espaço, as operações do urbanismo e a planificação urbana. A política urbana é uma ação do Estado orientada para organização e ordenamento do território, tendo em vista a manutenção das condições para a reprodução das forças produtivas e das relações de trabalho (LOJKINE, 1997, p.202).

Tal tipo de análise, que centraliza a questão da política urbana como uma política capitalista, tem como corolário uma lógica que diferencia os lugares, apartando os agentes e os grupos sociais.

Ademais, essa leitura aponta para um aspecto importante, que serve como instrumento para se refletir as questões relativas à fragmentação urbana, ou mais especificamente, sobre o lugar, enquanto um fragmento da cidade. Tratam-se das conseqüências da "planificação urbana" sobre os processos urbanos. As políticas urbanas promovem a valorização de certos pedaços da cidade através da determinação das coisas e dos lugares, promovendo uma rigidez na cidade, conforme aponta Milton Santos, que

...**cada coisa tem o seu lugar** e a reprodução do espaço que responde à reprodução da sociedade se dá de uma maneira muito mais determinada discreta e localizada no espaço urbano, e onde aquela noção de plasticidade, se ausenta (SANTOS, 1996, p.116). [grifo nosso]

Partindo dessa ótica, é possível afirmar que a cidade se presta para servir ao mercado, cujas regras são definidas *a priori*, por critérios estabelecidos pela lógica da produção e da troca.

Nesse sentido é que se situam os processos de transformação e de criação de espaços que são tidos como homogêneos. Estes rivalizam com as possibilidades de criação de espaços diversos, onde tudo que não é necessário, é empurrado para as "bordas" ou para outros espaços, que se encontram "fora" da centralidade.

Em Curitiba, esses esquemas de pensar a cidade vêm sendo muito aceitos, sobretudo porque traduzem as necessidades mais imediatas de uma parcela da "população", aquela que possui um poder aquisitivo maior e que de certo modo usufrui o que a cidade tem de melhor a oferecer. Até porque é essa parcela da população que se reveza no poder, portanto, quem elabora as políticas públicas urbanas para cidade de Curitiba.

Por outro lado, a outra parcela da população que foi excluída dos benefícios da cidade passa a ocupar os espaços destituídos de equipamentos e serviços urbanos. Tais espaços são designados como área de "invasões" ou de "ocupações irregulares", que se esparramam pela cidade, avançando sobre as áreas de preservação ambiental encontradas sobre a borda do município²⁰.

Ao mesmo tempo em que a população excluída vai sendo "empurrada" para os espaços mais periféricos, o Poder Público Municipal de Curitiba cria o "Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental"²¹ conforme figura 3, confinando essa população que fica entre a cidade que se inventa e o anel sanitário²².

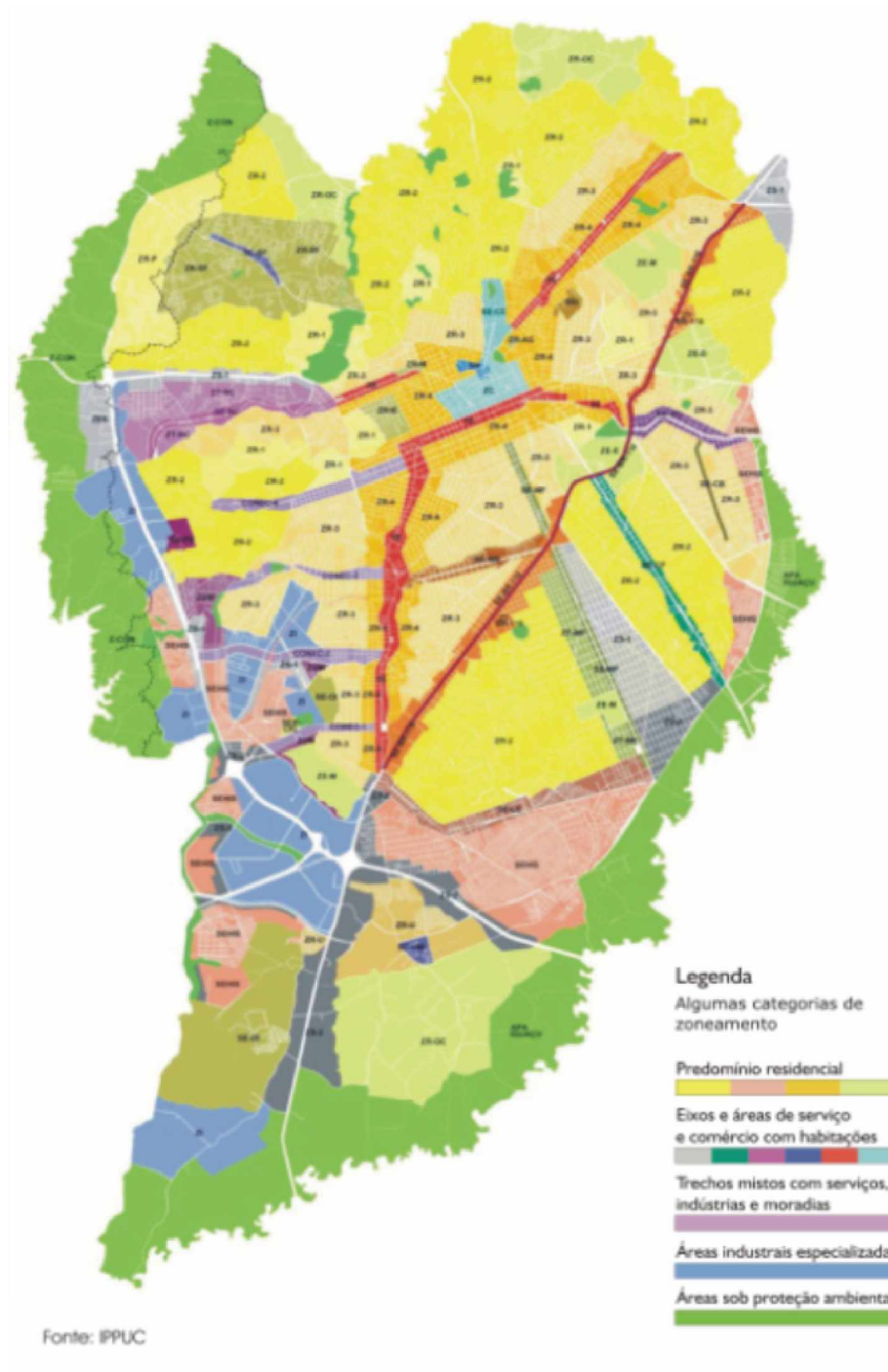
Na tabela 1, é possível verificar que em Curitiba o processo de exclusão tem se manifestado por meio do aumento das ocupações a cada década, conforme dados estatísticos do próprio Poder Público local e, por isso mesmo, deve ser relativizado, pois certamente o processo é muito mais intenso e conflituoso do que se pretende apresentar. No entanto, vale ressaltar que não há outros dados estatísticos confiáveis em que se possa basear. Por outro lado, a ausência de outros dados tem sido um fator limitante nas reflexões que envolvem os processos tidos como de "invasões" ou "ocupações irregulares".

²⁰Para maiores detalhes sobre as implicações do planejamento urbano sobre a expulsão da população de baixa renda para as áreas periféricas da cidade de Curitiba, ver Pereira (2002).

²¹Lei n.º 9.805, de 03 de janeiro de 2000, que "Cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental e dá outras providências".

²²Essas medidas adotadas de forma unilateral pelo Poder Público Municipal de Curitiba são um dado importante que merece reflexão. A despeito de Curitiba encontrar-se na região metropolitana, suas ações e estratégias não se coadunam com os interesses das demais cidades que compõem essa região, pois se observa que o Poder Público de Curitiba tem se ocupado muito mais com a eficácia de suas políticas urbanas, que se encontram diretamente ligadas a uma rede de cidades mundiais. A preocupação está voltada para eficácia de suas políticas em conformidade com os objetivos em pauta. Nesses, a criação de parques e áreas verdes em Curitiba está intimamente relacionada à publicidade da Cidade associada à idéia de qualidade de vida. Para maiores detalhes sobre a relação entre a criação dos Parques em Curitiba e o city marketing, conferir Castelnou Neto (2005).

Figura 03 - Zoneamento e Uso do Solo em Curitiba - 2000



Fonte: IPPUC (2007)

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

ANO	N.º DE OCUPAÇÕES	N.º DE DOMICÍLIOS
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1996	167	33.778
2000	301	57.333
2005	341	62.267

FONTE: COHAB/IPPUC

A situação acima mencionada é fruto de um "modelo" de cidade, resultante de um urbanismo funcionalista moderno que produziu espaços diferenciados, valorizando determinadas partes em detrimento de outras, ou seja, diferenciando os lugares. Daí a importância de se pensar criticamente a construção dos lugares.

A diferenciação dos lugares, expressa uma forma de apartamento físico e social de parcela da "população", que é levada a viver "confinada" em determinados espaços urbanos meticulosamente planejados²³ para tal fim, onde as formas de controle social podem ser evidenciadas.

O forte controle social, exercido pelos instrumentos do planejamento, guarda um significado próprio, bastante peculiar, que deve ser definido à luz do modelo de cidade que insiste em se inserir no mercado global de cidades, onde o que conta é aquilo que se quer mostrar.

O significado da noção de controle social consiste em manter as aparências daquilo que se quer difundir e, para isso, é importante afastar tudo o que é indesejável e, que não pode compor com o tipo de cidade que se projeta. Por isso, são utilizadas estratégias organizadas num conjunto de práticas espaciais urbanas, como instrumentos de contenção de todas as situações que possam colocar em risco o projeto de cidade que se pretende. Wacquant considera que os bairros, ou os

²³Esses processos inscrevem-se no contexto contemporâneo de produção do espaço urbano, conforme Diniz Filho e Vicentini resultante da redefinição de uma estratégia 'neoconservadora', pela qual as políticas públicas reforçam sobremaneira o poder político de determinados grupos e lugares. Em se tratando das cidades latino-americanas aparecem como um darwinismo social (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004, p.132).

lugares de exílio das populações indesejáveis, são formas de confinamento e de controle dessas populações. E, como tais "são criaturas das políticas públicas e habitacionais urbanas e do planejamento" (WACQUANT, 2001, p.192).

Os espaços resultantes das práticas urbanísticas orientadas sob tais princípios, tendem à restrição do trânsito dos pobres pela cidade. As diversas políticas que trazem a marca do social acabam, pelo que vem sendo observado em Curitiba, por reforçar a hierarquia dos espaços urbanos. Isto faz com que uma espécie de "muro invisível", sedimento com traços nitidamente marcantes, a linha divisória entre os lugares e, conseqüentemente, dos agentes e dos grupos sociais indesejáveis.

É neste contexto, que a idéia de "planejamento urbano" ganha força. Enquanto instrumento urbanístico, o planejamento urbano, deve ser submetido a uma reflexão, pois vem sendo tomado como se fosse "natural", desprovido de qualquer interesse que possa orientá-lo. Aliás, o planejamento urbano, encontra sua legitimidade no fato de trazer embutida a idéia de que é possível transformar a realidade e, que esse processo pode ser promovido a partir da utilização de conhecimentos técnico-científicos.

No caso específico do planejamento urbano, está inscrita a "opinião", de que por meio dele, é possível assentar mudanças sociais dirigidas e projetadas para atendimento de todos os cidadãos. O fato de se associar a capacidade técnico-científica à idéia de desenvolvimento urbano, faz com que esse instrumento não seja colocado em questão ou de que precise ser demonstrado. Trata-se de uma verdade indiscutível para os planejadores. Contudo, é importante ressaltar, a necessidade de refletir sobre esse instrumento, para além do esquema das relações de produção e reprodução do capital e, adicionar a dimensão política e a dimensão simbólica, contida no cotidiano (SANTOS, 1997, p.131). Trata-se de observar, segundo Santos, que o cotidiano possibilita uma ruptura com as regulações de toda espécie, favorecendo a criação.

Sem perder de vista a idéia exposta acima, que será retomada em momento oportuno, no presente capítulo, pretende-se refletir, inicialmente, sobre a construção de Curitiba a partir das suas iniciativas de se incluir no circuito da economia global de

idades, por meio das suas políticas públicas. Tais instrumentos, têm servido para organizar os espaços e ordenar o território, criando situações de apartamento físico e social de uma parcela da população que mora e vive na cidade.

3.1 CURITIBA NO CONTEXTO GLOBAL

Existe a Curitiba oficial e uma outra, aquela que se descobre no dia-dia, "fora" dos circuitos e dos discursos oficiais. Entretanto, a oficial é a que parece se impor e que vai ganhando força, estabelecendo-se nas mentes e vive sob a égide do nome, como a cidade de Aglaura, em que, "não resta alternativa a não ser falar de uma delas, porque a lembrança da outra, na ausência de palavras para fixá-la, perde-se" (CALVINO, 2003, p.68).

Para a Curitiba que cresce sobre o solo, não há palavras para fixá-la, e assim, se esvai e perde-se. Mas para a outra, há a escolha cuidadosa de palavras, que são articuladas na construção permanente de um discurso, cujos propósitos servem para enaltecer as suas qualidades e virtudes, impregnando as mentes e ampliando os discursos.

À medida em que esse discurso é produzido e difundido, passa a ser incorporado e aceito como verdade. Essa verdade "desmobiliza" a capacidade de se criar um discurso contrário a este que é ostensivamente veiculado. Neste contexto, torna-se quase impossível perceber qualquer elemento que possa por em questão o que é dito. Quando não há condições para fixar outros discursos, eles se perdem diante da força de um "discurso oficial". Curitiba, como bem referiu Rosa Moura, traz no seu currículo uma longa história de "construção simbólica de um cenário de eficácia e perfeição" (MOURA, 2001, p.203).

Esta imagem que vem sendo construída tem como objetivo a instituição de um "modelo de cidade" que possa ser tomado enquanto tal, ou seja, que possa ingressar num seleto rol de "cidades-modelo" (MOURA, 2001, p.217), utilizadas por um grupo seleto de pessoas e empresas, as quais dispõem de recursos e podem

consumir esse tipo de cidade, colocada no mercado global de cidades. É a transformação da cidade enquanto um valor de "uso civilizatório", em "mercadorização integral" (ARANTES, 2000, p.17). Para Arantes, tem-se com a retomada da hegemonia americana ou da "globalização", a generalização da idéia da cidade como máquina de crescimento.

Com as mudanças ocorridas no capitalismo a partir da década de 1980, ou seja, com a reestruturação da economia em nível mundial, houve um aumento da revalorização do papel das regiões metropolitanas, conferindo um novo impulso de crescimento dos grandes centros urbanos, afirma (MATTOS, 2004, p.158). Em outras palavras, a valorização das grandes cidades foi acompanhada de uma vertiginosa recuperação e do crescimento de muitas cidades que passaram, assim, a ganhar o *status* de cidades globais (MATTOS, 2004, p.158). Nesse sentido, muitas cidades iniciam uma corrida, premidas pela urgência, buscando se integrar nesse novo cenário econômico mundial. Nesse sentido, para Diniz Filho e Vicentini, o planejamento é adaptado e orientado para a criação de uma rede de infra-estrutura e com enfoque ambiental, de modo que possa reservar às cidades capitais o papel do Projeto de Cidade (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004, p.133).

A partir dessas mudanças no cenário econômico e do retorno das cidades enquanto *locus* para o processo de alavancagem das economias, começam a surgir do interior das instituições, dos fóruns de debates e discussões, receitas, pacotes e modelos a serem adotados pelas cidades (OLIVEIRA, 2000, p.178), construídos em torno de consensos de "um pensamento único sobre as cidades" (ARANTES, 2000, p.30).

O aparente consenso que abarca o pensamento sobre a cidade, como também sobre o planejamento urbano, tem servido para fabricar e divulgar receitas para as cidades. Para Sanchez (2001), as prescrições daí derivadas, anunciadas e incorporadas nas políticas urbanas, são reunidas em torno de um discurso que procura mesclar as noções de sustentabilidade e de competitividade a despeito de seus reais significados.

Por causa disto, as diversas recomendações que compõem parte deste receituário foram sendo incorporadas às práticas urbanas pelos poderes públicos.

As recomendações vão desde o planejamento estratégico, utilizado para gerenciar as cidades tal qual as empresas (VAINER, 2000, p.76), à cultura, entendida como âncora identitária, ou mais especificamente, um culturalismo de mercado (ARANTES, 2000, p.16).

A noção de sustentabilidade urbana compreendida como "qualidade de vida", "eficiência eco-ambiental" e "boa governança", por sua vez, também tem sua relevância nesse conjunto de recomendações, já que contém elementos necessários ao desenvolvimento econômico propagado, por isso, equiparado à noção de competitividade (SANCHEZ, 2001). Para Sanchez, a inserção da idéia de sustentabilidade na agenda urbana, objetiva responder de certa forma, à estratégia de legitimação das cidades, na disputa por investimentos e participação na economia globalizada (SANCHEZ, 2001, p.199).

A necessidade de dotar a cidade de condições que possam incluí-la no ranking das cidades consideradas modelo, faz parte das estratégias adotadas pelo Poder Público, para inseri-la no mercado de cidades. Nesta perspectiva, a cidade é transformada, e a exigência de transformá-la ou de administrá-la como uma empresa, (VAINER, 2000, p.76) encontra-se inscrita no cenário competitivo e dos desafios da globalização (ARANTES, 2000, p.13). Arantes chama atenção ainda, para o fato de que esse "modelo", embora, muito mais próximo da gestão urbana empresarial, de matriz americana, se generalizou e se esparramou pelo mundo ganhando seus simulacros nas periferias do capitalismo.

Corroborando com esta análise, Diniz Filho e Vicentini, afirmam que o apelo ambiental, do qual surge as definições de sustentabilidade, aliado à transferência economicista do termo competitividade, entende que o desenvolvimento deve ser orientado para a qualidade de vida, em consonâncias com os indicadores internacionais. Contudo, o mesmo discurso e temáticas, pensadas para realidades das grandes capitais mundializados, é incorporado e posto em prática nas cidades e regiões metropolitanas pobres do terceiro mundo (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004, p.133).

No Brasil, várias cidades, assumiram e encamparam essas recomendações que fazem parte desse receituário de modelo de cidade. Para isso, passaram a investir de forma intensa e sistemática, no preenchimento dos elementos para alçarem o nível exigido pelo modelo. É neste contexto que se procura discutir e compreender a cidade de Curitiba, que na sua busca incessante por se incluir no seleto circuito, passa a seguir um rol de recomendações e, assim, reconstitui e reelabora seus discursos e práticas, objetivando ser reconhecida enquanto tal.

Dentre as cidades brasileiras, Curitiba é uma das que mais tem se debruçado sobre si mesma para atender à demanda dos modelos acima preconizados. Para isso, tem investido sistematicamente nas intervenções urbanas e no que alguns autores chamam de *city marketing*. Trata-se de criar uma logomarca para a cidade e essa deve sempre aparecer intimamente ligada à idéia de inovação, qualidade de vida e criatividade (SANCHEZ, 2001, p.158).

No caso de Curitiba, semelhante à Aglaura de Calvino, é esta imagem que se fixa, pois é criteriosamente produzida e tem a firme intenção de mantê-la na memória e varrer tudo aquilo que porventura possa comprometer essa trajetória em ascensão.

Manter-se buscando alcançar níveis cada vez melhores para se tornar competitiva e sustentável, é imprescindível que várias das recomendações da agenda para cidades globais sejam efetivadas no espaço urbano. Assim, é necessária a adoção de critérios de eficácia e de um bom desempenho no que diz respeito às relações externas (SANCHEZ, 2001, p.198). Para isso, o Poder Público local deve buscar se adequar às recomendações a fim de garantir a sua inserção no mundo globalizado, onde é visível a competição entre as cidades por recursos e investimentos.

Os pressupostos que prevalecem e comandam as políticas urbanas, têm suas raízes, nas recomendações que são retiradas das agências multilaterais. Esses "projetos de cidade" estão mais interessados na "qualidade" dos visitantes do que na quantidade, pois a preocupação primeira refere-se à capacidade econômica de cada visitante, ou seja, a solvência dos usuários (VAINER, 2000, p.80). A cidade é tratada e vista como mercadoria, onde o que conta é o valor de troca.

Nesse sentido, o Poder Público, no caso específico de Curitiba, tem se ocupado sistematicamente em encontrar mecanismos de aperfeiçoamento da infraestrutura, do embelezamento e do que pode ser acrescido com o propósito de atender, sobretudo, às demandas desse tipo de usuário da cidade. A esse usuário não importa o lugar onde esteja²⁴, mas sim, que suas exigências possam ser prontamente atendidas.

O esforço do Poder Público traduz-se, desta forma, na implantação de um rol de serviços e de infra-estrutura, visando atender a esse seleto grupo de consumidores da cidade, incluindo os que vivem na própria cidade, não importando qual seja o custo social de cada operação.

A infra-estrutura e a rede de serviços que é organizada no interior da cidade, importa na adoção de uma série de medidas, que encontram-se em consonância com a agenda imposta pelo capital transnacional. É nesse contexto de diversos interesses, como observa Arroyo (2001, p.41) "que se definem as relações de cooperação e conflito no território". Para a autora, os governos utilizam-se de várias estratégias com o objetivo de atrair investimentos, e que se expressa pela guerra dos lugares (ARROYO, 2001, p.41).

Assim, a cada "nova" onda, a cidade é re-significada, ou seja, incorpora no seu discurso e na sua rede de serviços e de infra-estrutura, elementos que possam mantê-la em sintonia com o que ocorre na efervescência desse mercado. Isso confere uma imagem que conjuga elementos de eficiência e modernidade, tal como pode ser observado em Curitiba: o sistema de transporte urbano diferenciado, a preocupação ecológica, materializada na criação de áreas verdes e parques, bem como numa agenda social a exemplo das denominadas "ruas da cidadania" e "linhão do emprego".

²⁴A respeito dessa discussão da homogeneização dos lugares, onde as identidades são sistematicamente destruídas, há uma literatura que procura analisar esse fenômeno que reproduz as qualidades dos lugares (AUGÉ, 1994).

No âmbito das discussões sobre a noção de cidade tratada nesta tese, Otília Arantes chega a mencionar a existência de cidades idênticas entre si, pois construídas para atender os mesmos imperativos (ARANTES, 2000, p.67).

A esses elementos, soma-se no caso de Curitiba, o dado cultural, que tem servido como uma espécie de senha para facilitar o ingresso nesse universo de negócios. Curitiba foi eleita como capital cultural das Américas no ano de 2003. A cultura²⁵ é agora a "nova grife do mundo *fashion* da sociedade afluenta dos altos serviços a que todos aspiram." (ARANTES, 2000, p.31).

Diante de tão intenso processo de manipulação e intervenção no espaço urbano de Curitiba, sob a perspectiva econômica, não seria de se perguntar, quais as implicações no âmbito do território? A implementação das políticas urbanas em voga, ao homogeneizarem os espaços urbanos, desconsiderando as diferenças, eliminam consigo ou aprofundam as contradições e problemas já existentes? Será que o discurso, as imagens, têm força para amortizar e enevoar os conflitos e dissipar as inquietações?

Embora haja tentativas no sentido de dissuadir as oposições a esse discurso, há vozes dissonantes, que resistem e insistem em questionar a hegemonia dessas práticas discursivas, ao trazerem à cena as contradições urbanas de Curitiba, percebida no seu cotidiano.

Neste sentido, serão apresentadas na próxima parte do trabalho, as leituras e as observações realizadas sobre a cidade de Curitiba, no âmbito da presente pesquisa. Elas apresentam-se coadunadas com a cidade que "cresce sob o solo", em contraste com aquela que povoa o imaginário.

É nesta direção que discorreremos a seguir, buscando explicitar as implicações desse processo sobre a cidade de Curitiba, que produz espaços diferenciados e hierarquizados. Embora não parecendo tão evidentes, pelo fato de serem enevoadas

²⁵Nesta última década, esse elemento cultural vem ganhando uma enorme importância que não pode ser descartada. Tanto é verdade que o Relatório Anual de 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado "Liberdade Cultural num Mundo Diversificado" afirma como forma de combate à pobreza e à redução das desigualdades, o reconhecimento das diferenças culturais. Ver, também, entre tantas medidas legais adotadas a "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural", de 2001, aprovada pela UNESCO.

pelo discurso oficial, aparecem com muita força, configurando um dinamismo que liga a cidade aos seus mais diferentes fragmentos.

Neste sentido, será explicitada a relação das determinações de ordem mais global, relativas às mudanças do capitalismo e sua influência sobre as dinâmicas urbanas, às mudanças de ordem local, que dizem respeito à própria dinâmica interna da cidade. Essas facetas encontram-se sempre articuladas e não podem ser compreendidas separadamente, sob pena de se perder a possibilidade de análise.

3.2 CIDADE DE UM SÓ LUGAR

Conforme exposto no item anterior, a cidade de Curitiba é pensada e projetada sob a perspectiva de atender as demandas oriundas do mercado global de cidades. No entanto, são as próprias contradições vivenciadas no contexto da cidade de Curitiba, que destroem e implodem essa imagem da cidade de um só lugar, ou seja, de uma cidade homogênea e sem contradições, construindo, o que Henri Lefebvre chama de seu avesso. Aqui, o objetivo é fazer uma breve reflexão sobre a cidade de Curitiba, estabelecendo a relação entre o debate teórico e os dados de observação da pesquisa de campo.

3.2.1 A Hierarquia dos Espaços

Para um modelo, no qual a cidade é entendida como uma máquina de produzir riquezas, os investimentos são imprecindíveis, e por isso é preciso preparar a cidade, para recebê-los. Embora, aparentemente contrariando os princípios orientadores das políticas urbanas, os interesses confluem para objetivos que podem ser considerados comuns.

As políticas urbanas, orientadas para a execução dos objetivos, que pretendem inserir a cidade de Curitiba no seleto mercado de cidades, têm acirrado o processo de contradição na ocupação dos espaços urbanos. Neste sentido, o plane-

jamento tem sido responsável por um processo que recorta a cidade, valorizando e desvalorizando determinados espaços, conforme os interesses em jogo do momento.

O planejamento pôde organizar, em Curitiba, o impacto do crescimento populacional e o respectivo uso do solo (ver figura 3), uma vez que detinha a norma e o mercado imobiliário ao seu favor, induzindo o crescimento da ocupação para áreas periféricas internas e principalmente para além dos seus limites administrativos (MOURA, 2001, p.208).

Para Rosa Moura, o planejamento urbano foi extremamente eficaz na aplicação das políticas urbanas, de modo a manter afastada de Curitiba a "pobreza". Ele funcionou como uma espécie de barreira, impedindo ou mesmo inibindo²⁶ as pessoas de usufruírem dos benefícios conquistados que se relacionam com o modelo de cidade que se busca construir. O planejamento de Curitiba hierarquizou os espaços urbanos, funcionando como indutor de uma ocupação que se coloca ao mesmo tempo "seletiva" e "segregadora" dos espaços.

Prosperam os ícones criados para produzir e difundir uma idéia de cidade que enaltece e valoriza a população, harmonizando os conflitos latentes, vivenciados no cotidiano da cidade. Eles têm servido para manter os espaços hierarquizados e, assim, permitir que se mantenha afastado o que é indesejável aos olhos.

Os ícones representam assim, duas faces de uma mesma moeda, a qual, concorde com as conveniências do Poder Público Municipal, produz e difunde uma idéia. Tal idéia revela-se, na prática, completamente destituidora de direitos, pois cinge o acesso a alguns serviços colocados à disposição de forma criteriosa. O discurso

²⁶Logo após a posse do prefeito Beto Richa, a tarifa do ônibus urbano passou ao valor de R\$ 1,00 nos domingos. O "baixo custo" da tarifa fez com que muitas famílias passassem a ir aos Shoppings da cidade, levando a um aumento de freqüentadores nesses espaços antes reservados a uma seleta população detentora de poder aquisitivo. O fato deles não se comportarem e vestirem de "forma adequada", acabou provocando um grau de animosidade por parte dos "antigos" freqüentadores e de alguns comerciantes que, acostumados a um certo conforto e privacidade, passaram a agir de forma discriminadora, inclusive no sentido de impedir a entrada de determinadas pessoas no Shopping (**Gazeta do Povo**, 12 fev. 2006, p.4).

de que essas práticas permitem facilitar o acesso aos serviços públicos, descentralizando-os, é enganador, na medida em que uma parcela de agentes e de grupos sociais ficam mais distantes da cidade, e de certo modo, "fechada" sobre si. Essa estratégia, portanto, impõe uma "barreira invisível" que controla o fluxo das pessoas e das coisas, no interior da cidade.

Observa-se que, ao invés de garantir e de promover direitos aos cidadãos, como é frequentemente anunciado, inclusive nos *slogans* difundidos, tais como: "rua da cidadania", "linhão do emprego", esse modelo, acaba restringindo direitos, pois determina e seleciona os tipos de usuários, ou mais especificamente, de consumidores da cidade.

O fato de facilitar acesso a determinados tipos de serviços públicos, não implica no uso e apropriação do espaço urbano, que se estende para além desses lugares fronteiriços, localizados entre a cidade que se imagina e a que cresce de forma indistinta sob os olhares atentos do planejador.

Desta forma, os ícones aqui utilizados como metáfora explicativa, servem para descrever o processo que molda e hierarquiza os lugares na cidade. Eles são instrumentos poderosos nas mãos dos planejadores, pois têm sido utilizados como pretexto de inclusão dos cidadãos, mas na verdade, organizam o território e exercem forte controle dos usos da cidade, numa tentativa de impedir que determinados agentes e grupos sociais se desloquem e se movimentem por toda a cidade de Curitiba.

A cidade globalizada é atravessada por uma hierarquia e controle dos espaços urbanos. Tudo isso leva a pensar que os "ícones da beleza", assim como os "ícones da pobreza", longe de serem espaços democráticos, são antes de tudo parte de um pensamento estratégico, que pensa a cidade de Curitiba.

A descrição desses lugares permite analisar seus efeitos, inscritos nas relações de poder que produzem e difundem esses espaços, os quais tem servido para demarcar, delimitar, recortar e classificar os agentes e os grupos sociais. A análise de Foucault em torno do discurso geográfico, em especial, de conceitos, os quais designa como

"metáforas geográficas", é um importante instrumento analítico para compreender a construção dos ícones em Curitiba.

No sentido das "metáforas" é que devem ser compreendidos os "ícones da beleza" e os "ícones da pobreza", pois ambos são parte de um pensamento "estratégico", que trata o espaço como elemento de uma prática política (FOUCAULT, 1988, p.159). Trata-se de instrumentos estratégicos ligados às relações de poder (FOUCAULT, 1988, p.153-165) e, por isso mesmo, é importante tentar decifra-los, a fim de perceber os discursos que se transformam a partir dessas relações.

3.2.1.1 Ícones da beleza

O Jardim Botânico, ou mais especificamente, a estufa do Jardim Botânico, é um dos ícones preferenciais utilizados pelo Poder Público para difundir uma imagem estética de Curitiba. Ele está impresso nos encartes, "folders", isto é, em vários meios de divulgação da cidade. Quanto às áreas verdes, há todo um discurso de que o Poder Público Municipal tomou os espaços urbanos vazios, evitando todo e qualquer tipo de especulação imobiliária e mesmo as enchentes em determinadas áreas. Sobre a preocupação e os investimentos que têm sido feitos em Curitiba, relativos à questão ambiental, existem vários estudos sobre outras perspectivas e abordando aspectos diferenciados²⁷.

A quantidade de áreas verdes, como pode ser conferido na figura 4, é utilizada como um indicador de sustentabilidade. Além disso, o discurso de proteção e preservação ambiental é recorrente e a cada momento, "atualizado" pelo Poder Público (LIMA, 2000; PEREIRA, 2002), que postula Curitiba como modelo de cidade ambientalmente sustentável (ULTRAMARI, 2001).

²⁷Ver Meio Ambiente. **Prefeitura Municipal de Curitiba** (Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Cidades.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2007).

TABELA 2 - PARQUES E BOSQUES MUNICIPAIS

PARQUES			BOSQUES		
Nome	Inauguração	Área (m ²)	Nome	Inauguração	Área (m ²)
Barreirinha	1972	275.380	Boa Vista	1974	11.682
Barigui	1972	1.400.000	João Paulo II	1978	48.000
São Lourenço	1972	203.918	Pilarzinho	1992	28.146
Iguaçu	1978	8.264.316	Capão da Imbuia	1981	42.417
Iberê de Mattos	1988	152.000	Gutierrez	1986	35.586
Pedreiras	2000	103.500	Reinhard Maack	1989	78.000
Passaúna	1991	6.5000.000	Zaninelli	1992	36.794
Botânico	1991	278.000	Italiano	—	23.540
Passeio Público	1886	69.285	Portugal	1994	20.850
Tropeiros	1994	173.474	Fazendinha	1995	72.851
Diadema	1994	112.000	Alemão	1996	40.000
Caiuá	1994	46.000	Trabalhador	1996	192.015
Tinguí	1994	380.000	São Nicolau	2000	20.520
Tanguá	1996	235.000	—	—	—
Nascentes do Belém	2001	11.178	—	—	—
Linear Cajuru	2003	104.000	—	—	—
Atuba	2004	173.265	—	—	—

FONTE: SMMA/ 2006 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2007, p.27)

Assim como o Jardim Botânico, há outros espaços em Curitiba igualmente acionados, e que também servem para a formação da imagem que se tem da cidade²⁸ conforme se pode verificar na figura 4. Eles compõem um conjunto de espaços

²⁸Entre os espaços que servem para retratar o que se tem denominado de grupos étnicos, tem-se o Memorial da Imigração Polonesa, o Memorial Ucraniano, o Memorial Japonês, o Memorial Árabe, o Memorial da Cultura Cigana já referido. Além desses memoriais, o Bosque Alemão e o Bosque Italiano. Esses espaços servem para ressaltar o que se tem denominado de diversidade étnica e sua influência na definição de Curitiba, sendo que um dos traços mais destacados diz respeito aos "restaurantes étnicos" que servem a culinária de cada grupo social/étnico. A propósito dessa discussão sobre a construção das paisagens étnicas em Curitiba, ver Tese de Doutorado de Milena Kanashiro intitulada "Paisagens Étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial para a busca de entopia" defendida no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, 2006.

Sobre a criação das áreas verdes e parques temáticos conferir, Castelnou Neto (2005).

É importante relativizar esse dado da nacionalidade como elemento de identificação, pois no interior do Estado do Paraná, comunidades tradicionais, que também poderiam igualmente acionar esse atributo da nacionalidade para a sua identificação, vem dando menor importância a esse dado. As comunidades utilizam-se de outros elementos que julgam mais significativos para sua identidade, como por exemplo, quando acionam a condição de faxinalenses, como critério para sua autodefinição.

No período do trabalho de campo, pôde-se voltar a esses espaços por diversas vezes, a fim de observar a organização, a arborização, a limpeza e os frequentadores desses espaços. Uma visita mais atenta aos locais acima mencionados, tinha como preocupação observar o seu uso, isto é, os beneficiários desse serviço de recreação e de lazer. Sem a pretensão de aplicar questionários aos

urbanos, criados especialmente, com o propósito de proporcionar lazer a uma parcela da população e seus visitantes. Alguns "memoriais" e "bosques", além de serem "áreas verdes", têm o sentido de homenagear as culturas dos imigrantes que construíram a cidade"²⁹.

A criação das áreas, que se encontram associadas à "qualidade de vida", faz parte das recomendações, para as cidades voltadas ao mercado global de cidades, onde o elemento da preservação ambiental, como apontado por Diniz Filho e Vicentini (2004) e mais recentemente da cultura, aparecem como dado importante, a ser considerado como critério quantitativo e qualitativo, para inserção das cidades no mercado global.

Em todas as cidades, que seguem as recomendações de inserção no mercado global, há um processo de retomar as coisas "velhas" ou mesmo "esquecidas", haja visto, que o termo "revitalização", aparece como elemento recorrente em todas as políticas urbanas de melhoria da qualidade de vida. É importante ressaltar que o elemento cultural vem sendo incorporado ao discurso do Poder Público, que tinha como elemento central; as questões relacionadas ao meio ambiente.

Há pouco tempo, tal discurso tinha como preocupação, divulgar a quantidade de "áreas verdes" e a relação desses espaços com a população, a exemplo de: "Curitiba tem um dos melhores índices de áreas verdes do País: 52 metros quadrados por habitante, totalizando aproximadamente 82 milhões de m²", como pode ser conferido na figura 4.

freqüentadores, centrou-se o trabalho na observação das pessoas que ali se encontravam. Chamou atenção o tipo de público, na sua maioria constituído de moradores das proximidades ou de turistas, que chegavam de ônibus ou vans fretadas pelas empresas de turismo. De uma forma bastante resumida, pode-se afirmar que a maioria dos parques e memoriais de Curitiba são freqüentados por brancos e turistas.

Em relação ao Memorial da Cultura Cigana, o presidente da APRECI revelou que o Decreto assinado pelo então Prefeito Municipal de Curitiba, que concedeu o uso da área por um período de 90 (noventa) dias. Esse tipo de contrato bem releva, de certa forma como é percebido o povo cigano. Eles são vistos, ainda, de forma preconceituosa, como objeto de curiosidade.

²⁹Ver o site da Prefeitura Municipal de Curitiba [Meio Ambiente. **Prefeitura Municipal de Curitiba** (Disponível em: <<http://curitiba.pr.gov.br/Cidade.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2007)].

[illegible]

Fonte: IPPUC (2003)

Como já mencionado anteriormente, foram criados vários parques e bosques em Curitiba, ao que Castelnou Neto (2005, p.402) denominou de parquismo curitibano. Eles servem para atrair um determinado tipo de público, alinhado ao que se pode chamar de consumidores da cidade, no sentido de que visitam esses espaços, se extasiam diante da sua arquitetura, da ousadia da sua construção, da sua estética.

Assim, os parques, bosques e monumentos, uma vez transformados pela propaganda, apresentam-se como imagens puras, em ícones da estética, da beleza, porém, totalmente destituídos de sentidos, porque gerados a partir da abstração e transformados em objetos de consumo, tal como a mercadoria, portanto, fetichizados.

Os ícones da beleza têm a firme intenção de espetacularização da natureza, e uma vez associados à idéia de cidade asséptica, limpa, de primeiro mundo, sustentável, são parte do conjunto de elementos que compõem a "grife Curitiba". Representam dessa forma, atrativos singulares para um tipo de público específico.

É, portanto, para o público que as "estórias" ou histórias que são relatadas de forma pitoresca e agradável nos encartes sobre a cidade, não raro, exaltando a bravura dos pioneiros e suas origens, que deram a feição à cidade, como por exemplo a história dos imigrantes europeus. Vale ressaltar que esse aspecto da ascendência européia está tão enraizado na consciência das pessoas que vivem em Curitiba, que é praticamente impossível ser apresentado a alguém, sem que esse se apresente como originário do que se tem denominado de etnia³⁰.

³⁰A despeito dessa posição, que tenta associar o indivíduo a uma determinada cultura, é interessante observar as discussões em torno da relação entre a cultura e as trajetórias social e econômica de diversos grupos sociais nos EUA. O que parece é que não há como identificar o que faz parte das tradições, pois é muito difícil determinar o que na cultura faz a diferença (GLAZER, 2002, p.307-320). Então, o que é acionado como elemento identificador daquela cultura, enquanto elemento de distinção do grupo, tem que ser relativizado e não pode ser tomado como verdade absoluta.

No âmbito da UFPR existem alguns trabalhos de pesquisa que se dedicam ao processo de integração de grupos sociais portadores de identidade nacional, à sociedade, dentre os quais destacamos o trabalho de Altiva Pilatti Balhana (1958). Esse estudo compõe o repertório dos chamados estudos de comunidade, que foram realizados no final da década de 1950 e início da década de 1960 no Brasil.

Entre os grupos étnicos, destacam-se os poloneses, os italianos, os ucranianos, os japoneses e os sírio-libaneses que, segundo essa interpretação, foram fundamentais para a definição do perfil de Curitiba³¹. Nesse sentido, os parques "étnicos" foram criados segundo Kanashiro (2006, p.251), como forma de destacar algumas etnias, e convenientemente, encobrir outras.

Enquanto esse dado serve como atributo de legitimidade a essas pessoas, serve também como (des)legitimação daquele que, não sendo intrínseco aos grupos formadores, tem a pretensão de descrever a história da cidade. Há toda uma política, que tenta reforçar os critérios pretensamente científicos, de classificação racial que se encontram datados, e cuja objetividade científica é duvidosa.

Neste contexto, esses elementos que se referem à origem e à composição étnica da cidade, têm servido como forma de atrativo singular. Ademais, é importante enfatizar que toda essa gama de atrativos, é destinada à composição e à transformação da cidade em uma grife, ou seja, à mercadorização de Curitiba.

Esta é, portanto, uma maneira de pensar, de projetar a cidade, que utiliza de tal expediente para inibir o uso desses espaços por agentes e grupos sociais, que não estão coadunados com essa proposta de cidade. Quem não pode pagar por essa "grife", tem sua mobilidade orientada para outros circuitos, dispostos em locais mais periféricos em relação à centralidade, como pode ser atestado pelos espaços, que prestam determinados tipos de serviços para a população de baixa renda, como os liceus de ofícios, o linhão do emprego entre outros.

Sendo ícones, signos transformados em uma imagem, derivada de um processo de interpretação, os "ícones da beleza", representam a imagem que o poder público e as classes dirigentes pretendem de Curitiba. Uma imagem desprovida de qualquer tipo de elemento que possa questionar essa própria imagem.

³¹A esse respeito, ver a história da imigração no site da Prefeitura Municipal de Curitiba [Imigração. **Prefeitura Municipal de Curitiba** (Disponível em: <<http://curitiba.pr.gov.br/Cidades.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2007)].

Neste modelo, não se admite maculação da imagem. A imagem por si só, mesmo desprendida do objeto, possui a força de se impor e de se fazer verdadeira. Um ícone se caracteriza por uma associação de semelhança, independentemente do objeto que lhe deu origem – quer se trate de uma coisa real ou não. Assim, os objetos de embelezamento da cidade de Curitiba, passam a exercer uma espécie de síntese das qualidades do que se quer oferecer a um consumidor exigente e, sobretudo, que tem poder de compra dessa mercadoria, cidade.

Ao lado dos "ícones da beleza", tem-se também, por contraste, o que se denomina neste trabalho, de "ícones da pobreza". Os "ícones da pobreza" associam-se a uma noção cara à cidade de Curitiba, a de "capital social"³², que vem sendo produzida e difundida nos últimos anos pelo Poder Público Municipal. Nesta noção de "capital social", está embutida a de "cidade justa", o que leva a crer, que os problemas sociais e econômicos existentes, são levados em consideração e "tratados" em tempo pelo Poder Público.

3.2.1.2 Ícones da pobreza

Orientados pela mesma lógica que conduz à criação dos "ícones da beleza", tem-se os "ícones da pobreza", que são os espaços urbanos destinados a determinados agentes e grupos sociais (tais como os "moradores de rua"³³, os favelados, os pobres, os negros, os índios, os ciganos, dentre tantos outros), que se precisa mantê-los afas-

³²Maiores detalhes sobre as intervenções urbanas relativas à composição da imagem de "Capital Social" Ver Castelnou Neto (2005).

³³Muito embora qualquer tipo de jornal não seja uma fonte oficial, tampouco confiável, já que sempre está vinculado ideologicamente a determinado grupo político/econômico, vale ressaltar que a utilização da notícia serve aqui neste caso específico, apenas como ilustração e não como fonte de confirmação de nenhum fato. Nessa perspectiva, a notícia veiculada A propósito desse problema, ver "A 'chácara' dos moradores de rua". **Gazeta do Povo**, 04 abr. 2006, Paraná, p.4. Algumas cidades do Estado do Paraná vêm adotando atitudes extremadas discriminatórias em relação aos "moradores de rua" (Ver a reportagem Paranaguá expulsa moradores de rua. **Gazeta do Povo**, 23 abr. 2006, Paraná, p.4; "Secretaria pede providências para caso de expulsão de mendigos". **Gazeta do Povo**, 27 mar. 2007, Paraná, p.5).

tados de determinados circuitos de consumo da cidade, longe dos objetos projetados para uma "população solvente", que se encanta com o que vê.

Para esses, são inventados os chamados "linhão do emprego", "liceus de ofício"³⁴, "faróis do saber", "vilas de ofícios" e as "ruas da cidadania" dentre outros, que compõem um repertório de programas e de ações destinadas à população de baixa renda, de Curitiba, conforme figura 5. Observa-se que são inventados e criados tantos espaços quanto forem necessários, para a eficácia de uma política urbana seletiva, onde cada indivíduo fica no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo.

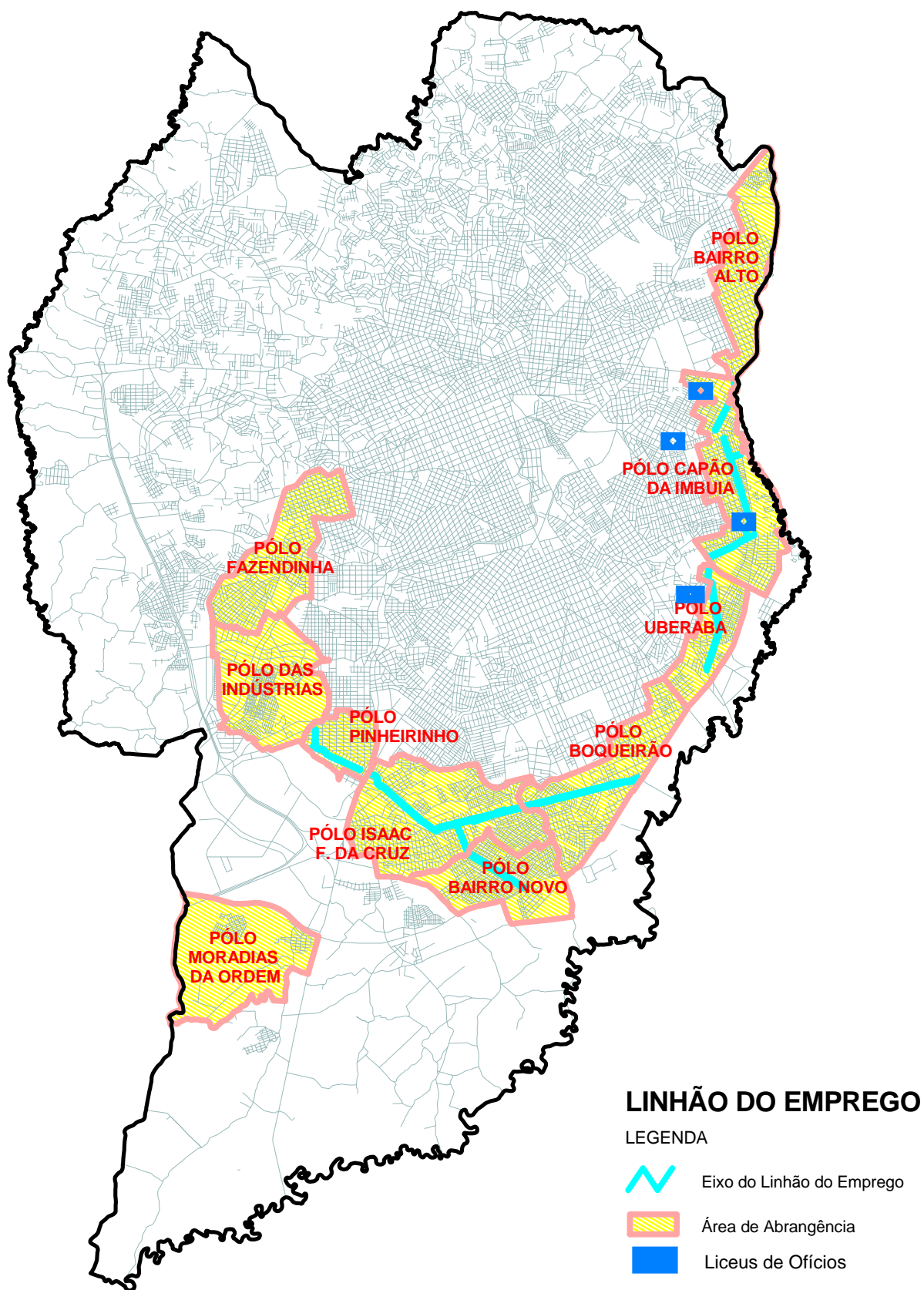
As "ruas da cidadania", por exemplo, são distribuídas nas administrações regionais da cidade de Curitiba. Cada "rua da cidadania" é organizada para oferecer certos tipos de serviços públicos e, encontram-se dispostas próximas aos bairros mais periféricos. Geralmente, estão localizadas nas proximidades dos terminais de ônibus, onde há um tráfego intenso desses agentes e grupos sociais, que circulam diariamente nesses espaços.

De certo modo, elas servem para manter a população circunscrita nos limites dos fragmentos da cidade, onde estão localizados, e dessa forma, tornam-se instrumentos urbanísticos inibidores da mobilidade e da circulação dos agentes e dos grupos sociais. De outra forma, esses instrumentos do "planejamento urbano" servem para manter a circulação da população tutelada, sob um certo controle.

A forma de controle é sutil, pois aparece revestida de "boas intenções", na medida em que tenta dispor de determinados serviços o mais próximo possível de sua casa. Entretanto, a distribuição no espaço desses postos de serviços, pode esconder uma certa inibição da circulação das pessoas pela cidade, pois observa-se uma ordenação do território, baseada numa rígida estruturação da forma urbana.

³⁴Segundo o Poder Público Municipal, os "liceus de ofícios" são unidades destinadas à qualificação profissional, compreendendo um modelo educacional específico, que visa o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, as quais expressam a capacidade e as competências necessárias para facilitar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho." [Ver Liceus de Ofícios. **Prefeitura Municipal de Curitiba** (Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/liceus.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2007)].

Figura 05 - Curitiba / Pr - Linhão de Emprego e Liceus de Ofícios próximos ao Jardim Icarai



Fonte: Adaptado de IPPUC/SIN-Banco de Dados (2004)

O que se percebe é que as intervenções urbanas não são ingênuas, e portanto, somente eivadas de boas intenções. Essas mesmas intervenções, cujos objetivos aparecem orientados para atender camadas pobres da população, também acabam por manter distante da cidade, tudo o que possa macular sua imagem. Afinal, como pensar a cidadania circunscrita a uma rua? Que cidadania é esta que fica tutelada e submetida ao consumo de alguns serviços? Essas questões servem para reafirmar o fato, utilizando a idéia de Foucault (1987, p.99), de que a cidade que criou e impôs suas leis, perdeu o cidadão que as violara. Mais do que organizar e controlar o território urbano, essa política urbana tem servido para manter a população submissa.

É necessário, portanto, ajustar a idéia de que esses serviços têm como objetivo assegurar a eficácia e a realização do projeto. Os espaços criados pelo poder público, ao mesmo tempo em que servem para "reter", "manter", tem também sua utilidade. Os "ícones da pobreza" são o avesso dos "ícones da beleza", portanto formas de aproximação dos modelos de cidade preconizados. Importa salientar que esses espaços, projetados especificamente para oferecer serviços à comunidade, quando transformados em signos, em marcas, desprendem-se do objeto em si, que passa para o plano das idéias da abstração; vira imagem, ícone. Assim, ao ser veiculado como tal, tem o poder de coação.

O mesmo se pode afirmar do "linhão do emprego"³⁵. Trata-se de uma grande via pavimentada que corta diversos bairros periféricos, dotada de uma série de infra-estruturas e equipamentos que, além de oferecer serviços de capacitação e treinamento profissional à comunidade, é local para a instalação de pequenos empreendimentos,

³⁵Segundo material de divulgação encontrado na internet, "o linhão do emprego", maior programa de geração de emprego e renda da história de Curitiba, já concentrou R\$ 83 milhões de investimentos apenas em obras em bairros afastados da região central. **Desde a pavimentação de uma grande avenida, que se estende por 18 bairros**, até o amparo de empresas já constituídas, que fecham o círculo de geração de postos de trabalho, o 'Linhão', como é carinhosamente conhecido, promoveu novas oportunidades por toda a área de abrangência – as regiões sudoeste, sul e leste de Curitiba." (LARA, 2007). [grifo nosso]

que recebem incentivos para tal³⁶. Ele foi criado e disposto justamente na "fronteira urbana", entre a cidade que se "inventa" por meio do planejamento, e a que é construída, servindo como uma espécie de muro de contenção, dos grupos sociais e população de baixa renda.

A sua estrutura física tenta impor uma ordem à cidade, como se o real fosse possível de absorver, de metabolizar. Trata-se de uma "invenção", que cria as estruturas, transforma-se em imagens e as vende como iniciativas de sucesso, que no conjunto com os "ícones da beleza", servem para manter e reforçar uma idéia de cidade.

Então, se tudo tem intencionalmente um propósito explícito ou subentendido, as políticas urbanas de Curitiba, ao longo desses anos, também têm servido para recortar, fragmentar, criar espaços de exclusão cada vez mais marcados e controlados.

É nesse sentido que será feita a discussão do próximo item, sendo que a noção do "panóptico" é tomada de Michel Foucault³⁷, no sentido de explicar as formas de controle sobre o espaço. O "panóptico", enquanto forma do exercício do poder, organiza espaços que favorecem o controle de determinados grupos sociais. Estes grupos sentem-se vigiados, dada a força e a organização dos espaços, pois a forma

³⁶Ver Lei Complementar N.23, "Concede incentivo à geração de empregos no Projeto Linhão do Emprego". **Prefeitura Municipal de Curitiba**, 16 de setembro de 1998 (Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/Governo/Legislacao/leicom23.98.doc>. Acesso em: 04 abr. 2007).

³⁷"O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha." (FOUCAULT, 1987, p.177).

e os objetivos a que se prestam, têm a força em si mesmo, e o fato de estarem neles, faz com que se sintam controlados.

3.3 O "PANÓPTICO" DO PLANEJAMENTO: FORMAS DE CONTROLE SOCIAL

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. O próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, com esse objetivo, com essa finalidade (LEFEBVRE, 1999, p.142).

Neste pequeno trecho, Lefebvre chama atenção para o fato de que a novidade na produção do espaço são a forma e a dimensão em que esta produção se dá. Ou seja, a produção do espaço social é global e total e, beneficia aqueles que criaram essa estratégia (LEFEBVRE, 1999, p.142-143).

Assim, o espaço é transformado em mercadoria, produto à venda e sujeito às leis do mercado de terras ou imobiliário. Conforme Lefebvre, "o urbanismo encobre e dissimula essa operação do capitalismo, sob a aparência positiva, humanista e tecnológica" (LEFEBVRE, 1999, p.143). De igual forma, Guattari vai focalizar os efeitos que a ordem capitalista produz no espaço. Para ele, a ordem capitalista produz uma subjetividade própria, que determina e cria constrangimentos espaciais, determinando e conduzindo o fluxo das coisas e das pessoas (GUATTARI, 1985, p.109). Deste modo, a formação do território revela um processo de contínua luta de dominação e insubmissão.

Nesta perspectiva, o espaço aparece como um verdadeiro campo de forças diversas e antagônicas, que a todo instante se encontra em conflito. Nesse processo as arquiteturas disciplinares e enquadradoras, subjugam os usos e as experiências cotidianas dos agentes e grupos sociais, numa tentativa de construir espaços e tornar livre o território (GUATTARI, 1985, p.109-110).

O urbanismo tem se prestado a ser um veículo dessas maquinações e modulações do espaço, no sentido de transformá-lo em objeto de compra e venda.

Assim, no espaço urbano, as maquinações desse urbanismo de mercado têm livre trânsito para intervir.

No caso de Curitiba, os técnicos têm tido um papel importante na definição e condução dos processos de planejamento da cidade. Os planejadores são responsáveis pela formulação das políticas urbanas e, portanto, da configuração espacial. É dada muita ênfase na ação dos urbanistas, e como lembra Lefebvre, estes tratam de ocultar os verdadeiros interesses e jogos de poder, ao pensar as intervenções que são postas em curso no espaço urbano (LEFEBVRE, 1999, p.145).

Dentre as estratégias que orientaram e mudaram a conformação do espaço de Curitiba, pode-se citar a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), área destinada especificamente à instalação das indústrias, que se deu, segundo Moura, coadunada com os interesses da elite local (MOURA, 2001, p.212). O planejamento em Curitiba tem sido apontado por vários autores, como muito eficiente. Por isso, as intervenções urbanísticas, que marcam, ordenam e controlam de forma eficiente o espaço urbano da cidade, têm sido pouco questionadas pelos próprios técnicos.

Uma das marcas mais importantes, tanto do ponto de vista do ordenamento do território, quanto da projeção da cidade para fora, ou seja, dos instrumentos de difusão de uma imagem de Curitiba, é o sistema de transporte coletivo.

A indução da ocupação e crescimento urbano a partir das vias de circulação, levou à valorização de determinados espaços e desvalorização de outros, sobretudo, a valorização de grandes vazios urbanos localizados ao longo dos eixos (MOURA, 2001, p.212). Aliás, esse urbanismo tem servido para empurrar essa população, para as chamadas áreas de risco ou de preservação ambiental, que se encontram para além dos limites da cidade de Curitiba, nos municípios que compõem o aglomerado metropolitano (FIRKOWSKI, 2002, p.79-80).

As políticas urbanas orientadas segundo critérios de competitividade e de sustentabilidade, ao valorizarem determinados espaços urbanos em detrimento de outros, fizeram com que parte da população fosse obrigada a se deslocar para locais mais periféricos, aqui compreendidos como "fora" da centralidade do modelo. Isso

fez com que essa população ficasse privada do uso da cidade, sendo que isto foi possível graças às operações urbanísticas, que criaram os "ícones da beleza" e os "ícones da pobreza", os quais serviram para instituir usos específicos do espaço. Construiu-se uma verdadeira "barreira invisível", que procura manter essa parcela da população apartada.

Como já referido anteriormente, observa-se que algumas obras mais recentes como o "linhão do emprego", longe de serem instrumentos de "inclusão social", servem mais para a contenção do movimento dessa população, que é tida para esse modelo de cidade como "descartável".

Tais instrumentos prestam-se a distribuir e confinar determinados grupos sociais em determinados espaços, mantendo uma certa articulação com o sistema de produção que tem suas exigências próprias fortemente hierarquizadas. Para os moradores do Jardim Icarai, é difícil supor que possam servir como "exército de reserva", pois se encontram completamente "fora" desse sistema formal de produção, marcado pela capacidade e pelos saberes formais, inscritos nos certificados e diplomas escolares.

Nesse sistema, são levados ou fadados a executar as tarefas de coleta de lixo, sendo que por isso mesmo, é importante estarem onde estão, nas proximidades dos locais de grande produção de lixo, ou seja, na cidade. Para o Poder Público Municipal, é importante se encontrarem onde se encontram, desde que devidamente controlados e vigiados, pois têm uma utilidade, que se relaciona com a tarefa da coleta de lixo produzida em grandes quantidades, e que é deixada nas ruas e avenidas da cidade.

No contexto dessa dinâmica, os problemas são arremessados para "fora" de Curitiba e ganham uma "nova dimensão". Alia-se a isso, a compreensão de que a pobreza é quem seria a responsável pela intensificação da degradação dos recursos naturais e pelo comprometimento do "equilíbrio ambiental", entendido na equação quantidade e escassez, que justificaria medidas para a retirada dessa população dos locais em que se encontram. Para essa população, sequer haverá espaço e o processo

que desconhece o lugar, impõe uma (des)territorialização, numa tentativa de se criarem espaços homogêneos, que se ligam àqueles mais centrais, dos parques e memoriais.

Todo o processo acima referido, de longos anos instaurado pelo planejamento urbano de Curitiba, submeteu a cidade a uma espécie de esquadramento onde até os mais remotos fragmentos do espaço são vistos, controlados para que não fuja aos destinos já traçados nas pranchetas, como mostra o Zoneamento do ano de 2000 (ver figura 3), mais recente atualização e adaptação deste instrumento urbano.

O discurso pretensamente científico-técnico, entrelaça-se com as práticas de poder e nesse sentido considera essa prática urbanística, como um capítulo da anatomia política mais do que uma consequência das teorias urbanísticas (FOUCAULT, 1987, p.30), pois seria impossível imaginar que houvesse técnicos tão inescrupulosos a ponto de previamente, organizarem tais políticas urbanas. Ou melhor, segundo o próprio Foucault, "O poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar (FOUCAULT, 1988, p.163).

Assim, a forma como é pensada a cidade de Curitiba assemelha-se àquelas arquiteturas enquadadoras que, ao disciplinarem ou darem usos específicos a determinados espaços, acabam por promover de forma deliberada, o controle sob sua população. Para cada espaço projetado, tem-se um tipo de indivíduo que pode fazer uso dele.

Esse indivíduo encontra-se amarrado a determinadas regras de uso e de autoridade, que se exerce continuamente sobre e em torno dele, impedindo que se movimente fora dos espaços previamente determinados. E toda vez que se movimenta "fora" desses espaços delimitados, sente-se como um estranho, ou como não se percebesse enquanto parte daquela cidade da qual também é parte.

O fato de se sentir um estranho, ocorre justamente por se sentir permanentemente vigiado, controlado pelo Estado que acompanha de perto seus passos. Quem está submetido a esses espaços urbanos, por si mesmo faz funcionar o sistema, obedecendo a rígida hierarquia estabelecida entre os espaços urbanos.

Por isso mesmo, a noção de "panóptico", aqui utilizada, serve como instrumento analítico para explicar o processo que se desenvolve em Curitiba, onde há um controle sobre os espaços urbanos e as mobilidades urbanas, talvez não da forma designada por Foucault, capaz de impor com tamanha força no sentido de lograr a completa docilidade dos grupos sociais envolvidos³⁸. No entanto, sabe-se que as intervenções urbanísticas resultantes do planejamento urbano de Curitiba, produziram espaços bem marcados e delimitados de forma a manter-se o controle sobre as mobilidades urbanas, e a coibição da apropriação e uso de determinadas partes da cidade por uma população, considerada problema.

Não tendo outra alternativa, essa população indesejada busca refúgio nos pedaços, ou no que sobra da cidade, que mesmo sob o "olhar vigilante" e coercitivo do planejamento, instala-se, molda o espaço e cria as condições para se reproduzir física e culturalmente. Assim é que vivem milhares de seres humanos confinados para além da "linha do trem", que se configura como um demarcador do espaço, nessa estrutura hierarquizada que é Curitiba.

3.3.1 "Do Outro Lado da Linha de trem"

A "linha", como dizem os moradores do Jardim Icarai, é um demarcador visível e concreto do espaço urbano de Curitiba, sobretudo quando se atravessa o Bairro Uberaba. Neste, a "linha do trem" divide a cidade em duas, conforme pode ser observado no mapa 2. Dizer "do outro lado da linha" implica, em primeiro lugar, entender de que lado se está quando esta frase é emitida, ou sobretudo, quem fala. Para quem mora entre a "linha do trem" e o rio Iguaçu, o outro lado é a cidade, a Curitiba das ruas arborizadas, dos serviços públicos, do trabalho, isto é, de tudo aquilo que lhes falta do lado de cá.

³⁸Para Foucault: "Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplina" (FOUCAULT, 1987, p.126).



Mapa 2 - Mapa Social
do Jardim Icarai

2007

- A Associação de Moradores
- Local de Reunião dos Catadores de Material Reciclável do Jardim Icarai
- Ruas construídas pelos moradores (sem cadastro)
- Ponte construída pelos moradores
- Cava aterrada pelos moradores
- Depósitos de Material Reciclável
- Locador de Carrinhos
- Comerciante de Cavalos
- Panificadora
- Recanto da Esperança
- Ferrovia
- Rio Iguaçu
- Ruas cadastradas
- Lagoas
- Jardim Icarai

Organização
LIMA, Rosirene Martins

Cartografia e Geoprocessamento
SANTOS, Claudia I. S.
SARAIVA, Fabiano

Informações técnicas

100 0 100 m
Escala 1:5.000

Projeção Universal Transversa de Mercator
Origem da quilometragem: Equador e meridiano 51° W. Gr.
acrescidas as constantes 10.000 Km e 500 Km, respectivamente.
Datum horizontal: SAD/69

Fontes
SUDERHSA (2000, Cobertura fotogramétrica)
IPPUC (2004, Curitiba em Dados)
LIMA, Rosirene Martins (2006- Levantamento de Campo)

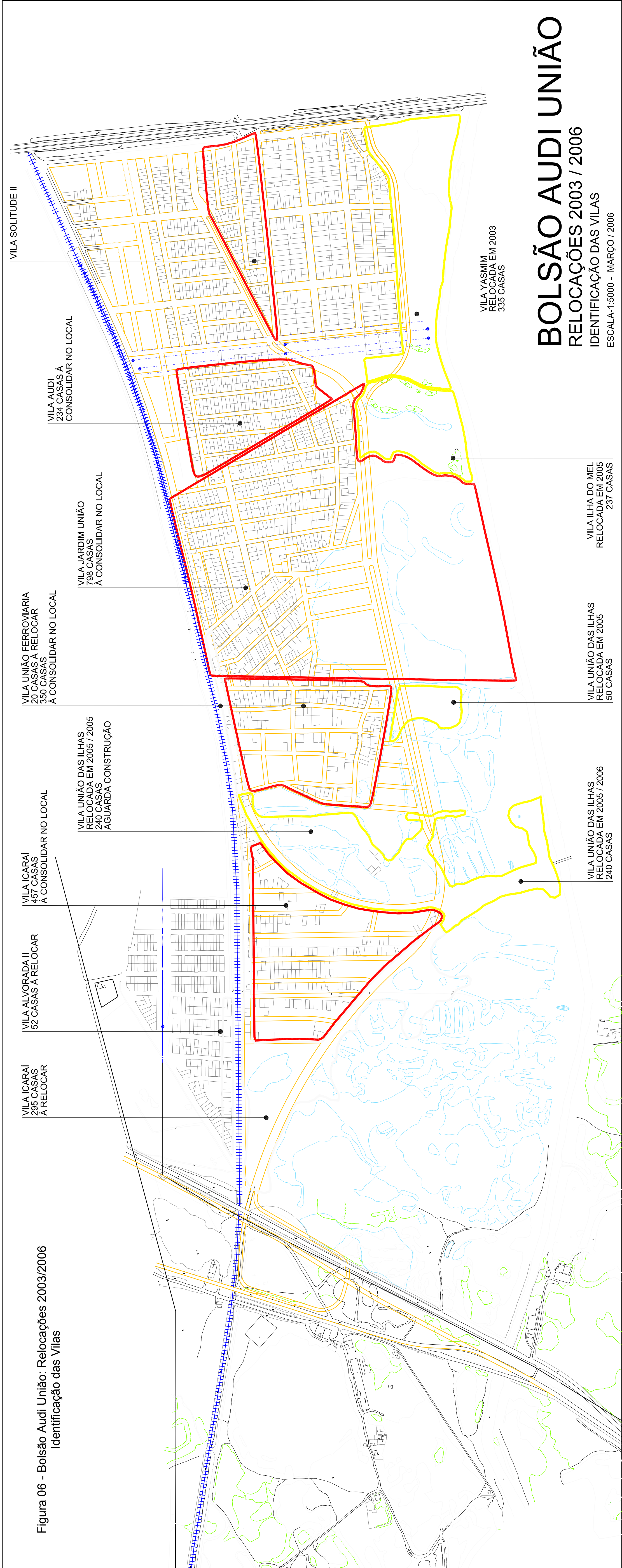
Para quem mora antes da linha, o outro lado são os "invasores", a pobreza, a violência, os desempregados, a sujeira, enfim, tudo aquilo que Curitiba rejeita e joga fora. Esta dualidade, que a todo momento é explicitada pelos agentes, mostra de forma vigorosa as diferentes formas de representação acerca da cidade de Curitiba. Mais do que isso, expressa uma organização sócio-espacial, que hierarquiza, segrega e naturaliza as pessoas e as coisas, sendo isso fundamental para se compreender a cidade e o processo de luta que se estabelece (GUATTARI, 1985, p.109).

"Do outro lado da linha" há uma vasta área, onde sobrevivem milhares de famílias que o poder público denomina pejorativamente de "Bolsão Vila Audi União"³⁹ (figura 6). O próprio termo empregado, "Bolsão", que serve para designar esse lugar, já revela o grau de compreensão que se tem em relação ao lugar e aos grupos sociais que ali residem.

Tal compreensão, além de vir permeada de um forte estigma negativo, que desumaniza, serve para explicitar toda forma de ocupação e uso que se encontra destoando dos projetos dos planejadores. Isto é, de tudo aquilo que é indesejável e que pode questionar a cidade que se pretende globalizar. Trata-se do "Bolsão Vila Audi União", uma ocupação que está situada na divisa de Curitiba com o município de São José dos Pinhais, na RMC, e se estende pelos bairros Uberaba, Cajuru e Capão da Imbuia, como pode ser conferido na foto 1, sendo que o Jardim Icaraí, objeto do estudo, encontra-se nesta área.

³⁹O "Bolsão Vila Audi União" está localizado no bairro Uberaba, inserido em um quadrilátero delimitado ao norte pela BR-277, ao sul pela avenida das Torres, à leste pelo rio Iguaçu e à oeste pela "linha do trem". Esta grande área habitada situa-se sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) do Iguaçu.

Figura 06 - Bolsão Audi União: Relocações 2003/2006
Identificação das Vilas



BOLSÃO AUDI UNIÃO

RELOCAÇÕES 2003 / 2006

IDENTIFICAÇÃO DAS VILAS

ESCALA-1:5000 - MARÇO / 2006

FOTO 1 - OCUPAÇÃO VILA AUDIUNIÃO



O movimento de ocupação da denominada Vila Audi União teve início em meados de 1990, sendo que a partir de 1998, as ocupações intensificam-se, totalizando no ano de 2003, 2.887 famílias (KONG, 2003). Elas foram chegando, erguendo suas casas, construídas muitas vezes de papelão e restos de madeira velha.

A área onde se concentra a maior parte das moradias segue a linha do trem, por ser a parte do solo mais alta e seca. Entretanto, toda a extensão da área foi ocupada, incluindo as "lagoas" ou "cavas", como são chamadas, as quais são remanescentes dos processos de atividade de mineração que ocorreu em período anterior.

Sobre o aterro ou nos espaços mais altos, entre uma cava e outra, construíram suas moradias, conforme foto 2, aqui configurando mais claramente a ocupação da área de preservação ambiental. Além disso, com o adensamento da ocupação, foram também aterrando essas lagoas ou cavas, a fim de construírem suas moradias.

FOTO 2 - JARDIM ICARAÍ - CASAS CONSTRUÍDAS SOBRE AS LAGOAS ATERRADAS



Toda essa extensão é considerada Área de Preservação Ambiental (APA)⁴⁰, pois abriga um manancial hídrico, que abastece parte da RMC. Além disso, é também considerada área de risco ambiental, uma vez que está sujeita à inundação no período chuvoso.

O poder público, por meio dos técnicos, alega, ainda, que devido à baixa capacidade de resistência dos solos e à elevada umidade natural dos materiais, o local não suportaria as edificações. Por isso, o Poder Público tem imposto restrições ao uso da área, seja para efeitos de mineração, seja para efeitos de moradia. Este

⁴⁰A APA é uma modalidade integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). É uma unidade de uso sustentável (Artigo 14 da Lei), definida da seguinte forma: "A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais." (Artigo 15 da Lei).

fato tem justificado a ação do Poder Público, no seu monitoramento e em ações, que levam à proibição de determinadas atividades⁴¹ na área e a "desocupação" de alguns locais de moradia.

A COHAB-CT, órgão responsável pelo cadastramento das famílias, vem sistematicamente retirando os ocupantes dessas áreas, conforme pode ser verificado na figura 6. Conforme informação, no ano de 2003, foram retiradas aproximadamente 300 famílias que moravam numa vila chamada "União das ilhas". Essas pessoas tiveram suas casas destruídas e foram transferidas para Contenda, município da Região Metropolitana de Curitiba, ou para o "fim do mundo", como costumam dizer os moradores.

No mês março de 2003, mais de 400 famílias que moravam na vila "Yasmim" foram, também, retiradas e levadas para um terreno pertencente à Prefeitura Municipal, localizado na mesma área, que foi chamada de Vila Irai. Segundo informações da COHAB aos moradores, este apresentaria um menor grau de risco.

O que se pode perceber é que há em alguns casos um certo descompasso entre os números informados pelos moradores e os números da COHAB. Entretanto, considera-se importante mostrar essas contradições, pois elas se constituem em diferentes formas de interpretação daquela situação.

Esses relatos revelam apenas uma parte do processo de monitoramento e das ações que sistematicamente vem ocorrendo na área, onde é possível observar uma tentativa de organização do espaço urbano, capaz de manter o controle e a mobilidade dos grupos sociais que lá se encontram vivendo.

O próximo capítulo tem como objetivo descrever o processo de construção do Jardim Icarai, entendido como um lugar da cidade de Curitiba. A idéia aqui é de

⁴¹No período da pesquisa, foi relatado por um dos entrevistados que os órgãos da Prefeitura Municipal haviam proibido a criação de porcos no Jardim Icarai. Segundo informações obtidas, a proibição se deu pelo fato de que o lixo derivado da matança de porcos atraía urubus, colocando em risco o pouso e a decolagem de aeronaves que trafegam sobre a área. O Jardim Icarai fica situado muito próximo ao Aeroporto Afonso Pena e na rota das aeronaves.

tentar fazê-lo, tomando como base o olhar dos próprios moradores que ali vivem, cuja representação e interpretação difere da interpretação do Poder Público Municipal.

O exercício em questão, ao tomar de forma preponderante os relatos dos agentes sociais do Jardim Icaraí, possibilita observar outras experiências do que seja a questão ambiental, e do próprio lugar. Nesse sentido, a organização desses discursos é feita de tal maneira que eles próprios forneçam elementos para a sua explicação, e permite colocar em suspenso o discurso sustentado pelo Poder Público acerca de Curitiba.

CAPÍTULO 4

OS LUGARES DA CIDADE

*...é preciso dizer como habitamos o nosso espaço
vital de acordo com todas as dialéticas da vida,
como nos enraizamos, dia-a-dia, num "canto do
mundo".*

(BACHELARD, 2000, p.24)

Este capítulo analisa alguns elementos que se constituem em importantes referências na construção do Jardim Icarai, como um fragmento urbano e, cuja especificidade lhe confere o caráter de lugar. Trata-se de um esforço teórico no sentido de explicitar o processo de construção do lugar. Um lugar dentre tantos outros da cidade de Curitiba, mas que se encontra no limiar entre ser da cidade e ser negado por ela, já que encontra-se na contra-mão das imagens produzidas sobre Curitiba. Não ser da cidade, decorre de um processo sistemático de negação, que é reafirmado diariamente por tudo aquilo que o constitui, incluindo as pessoas, o tipo de trabalho que a maioria dos moradores realiza e o material que manipulam.

Contudo, é importante lembrar que essas áreas urbanas "estigmatizadas" tornaram-se comuns nas cidades brasileiras, pois explicitam as enormes contradições existentes, decorrentes do crescimento econômico que tem privilegiado a concentração da renda. Assim, as cidades se caracterizam pelas extremas desigualdades sócio-espaciais, cuja configuração se apresenta como ilhas de prosperidade e de "marginalidade", colocadas de forma antagônicas.

A noção de "marginalidade avançada" é tomada a partir de Loic Wacquant, pois serve para analisar e, sobretudo, atualizar os significados do processo de "marginalização", vivido pelos moradores do Jardim Icarai. Os cuidados teóricos tornam-se necessários, pois não se está diante de qualquer "marginalização", mas de uma que tem raízes profundas no próprio sistema capitalista.

Para esse autor, as profundas transformações ocorridas nas últimas décadas são produto de um intenso processo de modernização econômica, que ao reestruturar o sistema produtivo, implicou no suprimento de uma série de postos de trabalho aumentando o trabalho informal e o desemprego (WACQUANT, 2001, p.183-198).

Ou mais especificamente, as modernizações, no dizer de Santos, considerando as implicações temporais da organização do espaço que gerou na sociedade urbana, a desigualdade entre aqueles que têm acesso de modo permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, embora tendo necessidades iguais, não possuem as condições para satisfazê-las. Para o autor, essa diferença é causa e efeito da criação e da manutenção nas cidades, de dois circuitos de produção e de consumo que ele chama de circuito superior e inferior (SANTOS, 2004, p.29-37).

O resultado mais visível desse processo nas cidades é o surgimento de um "novo regime de marginalidade urbana". Esse regime é "novo", conforme Wacquant (2001), porque a noção de "crise do sistema capitalista", frequentemente utilizada para interpretar os resultados da "marginalidade" ou da "segregação", não tem conseguido explicar esse processo, que tem se verificado duradouro e permanente.

O fato das transformações não serem mais residuais e cíclicas, resultado das "crises do sistema", lançaram as pessoas à extrema miséria, jogados à própria sorte. Trata-se, segundo Wacquant, da "modernização da miséria", cujo resultado é um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana (WACQUANT, 2001, p.185).

No bojo dessas mudanças econômicas que produzem "a modernização da miséria, é que podem ser inscritos os "catadores de lixo". Esses trabalhadores representam um contingente de pessoas, que não foi absorvido e que sempre esteve "fora" do sistema, no sentido de que a sua participação é dada de forma muito restrita. Se fosse possível retratar hierarquicamente essa situação através de uma lista, talvez estivessem ocupando um dos últimos lugares dessa fila na busca por direitos de participação nas benesses do sistema. A sua inclusão se dá pelo lado contrário, paradoxal, como afirma Martins (2002, p.44), pois o sistema ao mesmo tempo que exclui, também inclui, só que de forma desumana, pois nega direitos.

A reflexão aqui proposta toma como ponto de partida um fragmento urbano determinado, que pode ser "enquadrado" naquilo que Wacquant denominou de espaços da "marginalidade". Os espaços da "marginalidade", em oposição aos espaços da prosperidade (da mesma forma expressada pelos ícones da beleza e os ícones da pobreza), servem para explicar as situações vivenciadas pelos moradores do Jardim Icaraí. Para eles, há "duas cidades": uma que vêem e uma outra em que vivem, sendo que esta cidade na qual vivem "não existe oficialmente", porque não é reconhecida e nem consta no mapa⁴² da cidade de Curitiba.

A dualidade da cidade, conforme apontado por Santos (2004, p.29-37) sobre os dois circuitos, é mostrada sem retoques, como ela aparece no cotidiano da população, "fora" dos circuitos, das ilhas de prosperidade. O esforço dos moradores, portanto, para tornar o Jardim Icaraí, parte da cidade traduz-se no processo de construção das condições de sua existência e nas estratégias de resistência para continuar ali, naquele lugar, pois é no cotidiano que a razão de viver é buscada em face de uma racionalidade hegemônica (SANTOS, 2000b, p.128).

A leitura aqui proposta, debruça-se sobre o olhar dos moradores, que manifestam suas verdades, por meio da maneira como pensam e constroem a cidade a partir de suas práticas sociais cotidianas. Práticas essas, que se encontram inscritas para além do Jardim Icaraí, espacializadas também nos caminhos percorridos pelas ruas e avenidas da cidade. Por isso privilegia-se os relatos, para que falem, que possam dizer como percebem a cidade, e o lugar em que vivem, e de que forma se situam neste contexto mais geral da cidade.

Retomando a idéia de Santos (2000a), é no cotidiano que se constroem outras racionalidades e temporalidades, encontradas para além do credo da ortodoxia econômica, que só vê um sentido, o do lucro. Mesmo na cidade é possível identificar

⁴²Na maioria dos mapas oficiais de Curitiba, o Jardim Icaraí não é representado. Além disso, por se tratar de uma "ocupação irregular", as ruas não são reconhecidas, portanto, sem Cadastro de Endereçamento Postal, o que tem servido para reforçar o sentimento de invisibilidade do lugar e de seus moradores. É recorrente nos relatos das famílias, a manifestação do desconforto e indignação por não poderem comprovar onde moram, principalmente quando desta comprovação depende a aceitação em algum emprego ou a realização de compras a prazo.

e encontrar situações diversas das professadas pela hegemonia econômica, que rivalizam com um modo de viver na cidade, como mercadoria.

Tal *modus operandi* possibilita a esses sujeitos se posicionarem, dizendo o que pensam e como vêem a cidade de Curitiba. Trata-se, nesse sentido, de retirar esses sujeitos da "invisibilidade".

4.1 ERGUIDO SOBRE CAVAS: O JARDIM ICARAI

Do viaduto sobre a linha férrea, ao olhar à direita, quem vem do município de São José dos Pinhais em direção à Curitiba, depara-se com uma paisagem de lagoas cobertas por vegetação de macrofitas aquáticas, margeadas por um aglomerado de habitações "precárias", conforme se pode conferir na foto 2. Este cenário é diferente daquele apregoadado pelo discurso sobre Curitiba enquanto cidade que serve de modelo para outras cidades do Brasil. Se não fosse o portal de São José dos Pinhais, que "avisa" os limites de município, não se imaginaria estar em Curitiba.

Um olhar desavisado não poderia supor, ainda, que toda essa área era composta de lagoas e cavas e, muito menos, de que grande parte dessas habitações foram construídas sobre as lagoas aterradas pelos próprios moradores. A população de um modo geral desconhece que antes essa imensa área era utilizada de forma "predatória" por empresas mineradoras de areia e saibro, que retiravam legal ou ilegalmente grandes quantidades desses recursos destinados à construção civil de Curitiba.

Foi esse tipo de ação predatória ao meio ambiente que se estendeu de forma sistemática por um período de vários anos (aproximadamente desde a década de 1950⁴³). Esse processo transformou aquela parte da várzea do rio Iguaçu, em uma área "inóspita" e, contraditoriamente, imprópria para a própria expansão da cidade.

O capital que gerava o processo de expansão da cidade era o mesmo que impunha obstáculos ao seu crescimento, pois ao alterar profundamente a área,

⁴³Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. **Atividade de Mineração e Areia e Saibro Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu**. Curitiba-PR, agosto de 2004. (Estudo de Impacto Ambiental - EIA).

comprometia o seu uso e impedia quaisquer outras formas que não fossem as já realizadas. Os interesses em jogo naquele momento restringiam-se a essa atividade de exploração mineral.

A atividade de exploração da areia, que por si já é predatória, acentua-se nessa área de grande fragilidade ambiental, gerando enormes impactos no meio ambiente devido à remoção dos solos, modificação do relevo e mudança da qualidade da água, provocando profundas alterações na paisagem.

As cavas, enquanto passivos ambientais resultantes das lavras de exploração da areia, se, apresentam-se como problemas para uns, para outros constituem-se, entretanto, em possibilidades, ou seja, como elemento "facilitador" de um processo que se desencadeia com a ocupação da área.

As dificuldades colocadas, inicialmente, e que se apresentaram de forma visível devido à degradação da área, afastaram momentaneamente os interesses de exploração comercial que poderiam se tornar um elemento inibidor ou mesmo proibidor dessa ação de ocupação, ostensivamente atribuída de ilegal⁴⁴.

O elemento "facilitador" ao qual se fez referência é o fato de ser uma área desprovida de valor comercial dado às condições de degradação existentes, pois as jazidas de areia que serviam como atrativo comercial, já haviam atingido a exaustão e, por isso mesmo, a área encontrava-se completamente abandonada. poderia ser assim descrita: era composta por imensas lagoas e crateras que se abriam sob o solo, impedindo qualquer forma de uso, ou de acordo com o relato do morador,

⁴⁴Caso a ocupação tivesse ocorrido no mesmo período da extração de areia, certamente que todos que se deslocaram para a área seriam chamados de "invasores". Aliás, esse termo carregado de preconceito, tem sido utilizado indistintamente para designar toda e qualquer situação de ocupação de área no perímetro urbano e rural. Ele indica uma espécie de recusa e de repreensão a todo tipo de ação de pessoas ou de grupos que possam colocar em risco aquilo que é considerado como direito de propriedade, independentemente da forma como essa propriedade foi apropriada ou está sendo utilizada. Para essa última situação, importa chamar atenção para o fato de que a Constituição Federal de 1988 e, especificamente, o Estatuto das Cidades, impôs restrições ao uso da propriedade privada, que deverá cumprir sua função social. Os modernos dispositivos legais vêm atentando para a necessidade de relativizar a noção de propriedade privada, que sempre esteve ligada ao domínio absoluto, representado pela vontade de usar e dispor no tempo e na forma que desejar.

Era tudo cava. Essa rua num existia, praticamente era um caveiro. A gente, foi eu e o vizinho do lado aqui, a gente conseguiu abrir essa rua. Depois que entrou a prefeitura e acabou de abrir, né. Mas realmente quem fez o calçamento foi nós que fizemos. A nossa rua gente.... Os moradores cada um vai fazendo a sua rua (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio⁴⁵, em julho de 2006). [grifo nosso]

Este relato expressa de forma contundente o estado em que se encontrava a área no que tem se denominado de início da ocupação: *"Era tudo cava... praticamente um caveiro"*. O termo "caveiro" utilizado para se referir à área, mais do que um mero adjetivo para caracterizar o local, indica um substantivo, pois o Sr. Antônio está nomeando o local, devido à grande quantidade de cavas e lagoa.

O termo "caveiro" a que se refere o relato acima, diz respeito às cavas, crateras abertas no solo para a extração de areia. Esta área foi durante muito tempo local de extração de areia para a construção civil. Quando cessaram as lavras de areia, sobraram as cavas como "passivos ambientais", sendo que muitas delas se transformaram em lagoas, devido às chuvas e às cheias do rio Iguaçu. Para alguns moradores, parte dessas cavas seria resultante da exploração de barro para a fabricação de tijolos por uma olaria atualmente abandonada.

Independentemente da origem ou da fonte da alteração da paisagem, que levou à degradação da área, o mais importante para as pessoas que ali chegaram era encontrar condições "mínimas" a fim de poder construir suas casas. Isso implicava, num primeiro momento, conseguir identificar os locais mais firmes e seguros do terreno, longe das lagoas e das possíveis enchentes que pudessem vir a ocorrer. Quando os primeiros ocupantes chegaram, construíram suas habitações na parte mais alta, mais seca, próximo à linha do trem.

⁴⁵Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, como forma de resguardar as identidades pessoais já que revelaram nas suas entrevistas, informações que exigem certos cuidados no seu tratamento, sobretudo porque o problema da violência exige muita cautela. Portanto para evitar a exposição desses moradores é que se procedeu desta forma. Contudo é importante ressaltar que manteve-se os nomes ainda que fictícios, porque parte-se do pressuposto de que os moradores entrevistados, são pessoas com uma história própria, singular, portanto individual, que precisa ser levada em consideração. Não é apenas um número, mas uma história. Por isso não foram tomados de forma aleatória, mas estrategicamente escolhidos em conformidade com os propósitos da pesquisa.

No entanto, pelo fato da área ser de várzea, tal procedimento não implicava na garantia de não ser atingido por eventuais inundações, pois toda vez que chovia, a maior parte da área sofria com a cheia, provocando uma série de transtornos às pessoas, que muitas vezes ficavam impossibilitadas de transitar pela área e, conseqüentemente, de sair para trabalhar.

Segundo os moradores, um dos motivos que os levou a ocupar a área se relaciona à localização, que para eles, fica próxima ao centro da cidade⁴⁶ de Curitiba. Esta se constituiu em forte razão, pela qual era possível superar as dificuldades que se apresentavam e que em alguns momentos pareciam intransponíveis; eis o relato de uma moradora:

...era prano, mas quando chovia, era um barro preto. Fica um barro preto, um lodo preto, que pra gente ir trabalhar a gente tinha que por uma sacola de plástico nos pés pra chegar no ponto de ônibus com os sapatos limpos. Nossa era muito triste! Nossa era... e o ônibus era lá em cima no viaduto. Num tinha essa passagem ali, num tinha essa canal de ia água. Aquela valeta ali que passa ali, enchia d'água... (trecho retirado da entrevista com a dona Sueli, realizada em novembro de 2006).

*V i x e tava féia a coisa, meu Deus!!!! Isso aqui, isso aqui, em comparação daquele tempo, **isso aqui agora é uma cidade. Nossa o que nos aterremos a estrada**, essa estrada era um troço muito feio, era tudo capoeira, capim, terra preta assim. Pra gente sair no dia que chovia nós amarrava sacola nos pé pa poder sair. Então agora a gente ta pa dizer que ta bem aqui (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006). [grifo nosso]*

Na medida em foram sendo ocupadas as áreas mais altas pelas "novas famílias" que chegavam ao local, restavam apenas as estreitas faixas de terra que

⁴⁶A distância do Jardim Icaraí até o centro de Curitiba, e de aproximadamente 12km, portanto não se encontra próximo. Contudo, para os moradores essa distância pode ser vencida a pé, o que favorece a coleta do material reciclável inclusive no centro como mostra o mapa 03, por isso para eles é próximo. É importante ressaltar que a noção de longe ou perto para os moradores do Icaraí é elaborada em termos comparativos, com outros lugares onde vivem carrinheiros, como no Sambaqui, por exemplo. Este sim é distante do centro, porque restringe o percurso da coleta em torno dos bairros próximos ao Sítio Cercado onde está situado o Sambaqui.

dividiam as lagoas, e que também foram utilizadas para a construção de novas moradias que se perfilavam nas suas bordas, conforme foto 3.

FOTO 3 - ATERRAMENTO DAS LAGOAS



A ausência de "terra firme" não impediu que novas famílias continuassem chegando ao local, o que levou a um novo processo de aterramento, muito mais complexo e dispendioso para as famílias, pois se tratava do aterramento das lagoas e das cavas, que necessitavam de uma maior quantidade de entulhos até que tivessem condição para a construção das casas.

Assim, foi necessário muitas e muitas "caçambadas" de entulho de material, oriundo das sobras das construções da RMC, para aterrar e elevar o nível dos terrenos e das ruas de modo que se pudesse evitar novos alagamentos. Segundo relatos, a situação inicial foi muito difícil.

As famílias aterraram as cavas e lagoas com restos de material de construção, que era adquirido dos caçambeiros por um preço considerado alto pelas famílias, já

que não tinham outra alternativa para construir suas casas a não ser expandindo o solo através do aterro: *"Nós comprava dos caçambeiro, imagina nós pagava até 10 reais a caçamba. No começo era assim, agora tão entregando mais barato de novo, pouca gente compra, né então barateou de novo."* (trecho retirado da entrevista da Dona Isabel, em julho de 2006).

De acordo com os moradores, para as empresas de construção civil da cidade isso era um excelente negócio, na medida em que tinham um local onde era possível descarregar os entulhos que sobravam das construções, os quais não tinham nenhum valor.

Aquilo que as construtoras jogavam fora, o que não servia mais como matéria para a edificação das casas dos bairros considerados mais nobres da cidade, foi matéria-prima essencial para a construção das moradias das famílias do Jardim Icarai. Conforme entrevista com as famílias, "tudo é aproveitado 100%". Enquanto os restos de madeira, tijolos, telhas e cerâmicas são utilizados na construção das casas, o restante desse material é depositado nas cavas e lagoas para aterrâ-las, que são transformadas agora em "novos solos", onde são edificadas as novas moradias.

Conforme observado durante o trabalho de campo, as residências em sua grande maioria são construídas de materiais reaproveitados, sendo que a madeira é o tipo de material predominante. Uma pesquisa amostral realizada pela COHAB em 2006, na Vila Audi União, da qual o Jardim Icarai é parte, também indicou a predominância da madeira nas construções dos domicílios, aproximando-se de 77,1%, e 14,81 de alvenaria e o restante de materiais reaproveitados. É importante ressaltar que a madeira utilizada pelos moradores é resultante de demolições de antigas casas de madeira de outros bairros de Curitiba.

Fato interessante a ressaltar é a contradição do processo, pois grande parte dos entulhos utilizados para aterrar as cavas e lagoas, foi anteriormente areia retirada desse mesmo local ou de locais como esses ou seja, das várzeas do rio Iguaçu, e que agora num processo inverso, serve para restituir e "recompôr", de certa maneira, a várzea do rio.

No entanto, vale ressaltar que essa recomposição não serve, nem se presta a trazer a configuração original da área. Os propósitos são bem claros e estão ligados à possibilidade de dar utilidade a área, que se encontrava completamente degradada e abandonada, torná-la propícia à moradia. Trata-se de uma expansão da cidade sobre área degradada, tanto do ponto de vista natural, quanto do ponto de vista social.

Do ponto de vista natural, a degradação é resultante de um processo de exploração predatória da natureza, especificamente, da areia retirada para a construção civil. Do ponto de vista social, a degradação estaria relacionada às condições sociais em que se encontram as famílias desprovidas de toda sorte de recursos capaz de garantir a própria sobrevivência. Essa falta de condição as coloca fora dos parâmetros de uso da cidade, ou seja, não possuem as mínimas condições para poder pagar e assim usufruir dos bens de consumo que a cidade oferece, principalmente, a moradia, por se tratar de bem de difícil acesso para as famílias de baixa renda.

Desta forma, tudo aquilo que é considerado desprovido de utilidade torna-se sobrando, descartável, e por isso é separado do que tem lugar e utilidade nos limites dessa cidade. Na falta de lugar na cidade, essas famílias buscam construir seu próprio espaço "fora" daqueles limites impostos e demarcados pelo mercado, que impõe preços que eles não podem pagar.

A "degradação" pode ser compreendida como uma condição primeira, isto é, como um ponto de confluência onde o homem e a natureza se encontram e se refazem, devido à necessidade de sobrevivência.

Enquanto a área possuía os atributos para ser explorada comercialmente, era atrativa ao capital, funcionou como um impedimento para a ocupação. Entretanto, somente após o desgaste e a degradação, já não mais servindo para fins de exploração, é que serviu como último refúgio para abrigar uma população que, ela também, é descartável do ponto de vista dos interesses comerciais que produzem a cidade.

Esse fragmento da cidade descartável, já que desprovido dos atributos compatíveis com a cidade que é projetada pelo poder público, é que vai servir para abrigar indesejáveis: os entulhos da construção civil e os seres humanos que não podem pagar para viver na cidade planejada, na cidade legal.

O fato de poder equiparar os Homens aos entulhos, na medida em que são obrigados a estar no mesmo local, dá a dimensão do tipo de cidade que se constrói. Paradoxalmente a essa lógica, esses Homens constroem uma cidade dentro da cidade que se materializa sob uma outra lógica, uma outra ordem e uma outra legalidade, localizada para além dos dispositivos jurídicos, que determinam as formas de uso e de apropriação da cidade de Curitiba, ou como diz Santos (1999, p.246) constroem uma contra-racionalidade.

De um ponto de vista social, econômico e geográfico, essas contra-racionalidades, se localizam entre os pobres, os excluídos, as minorias, entre as atividades marginais e nas zonas "opacas" (SANTOS, 1999, p.246). É por isso que as famílias que ocuparam a área encontram-se completamente "livres" para produzir aquele espaço de acordo com suas próprias regras e com as suas necessidades mais vitais, incluindo o aterramento das cavas e das lagoas para a construção de suas casas.

Contudo, esse processo de aterramento das cavas e das lagoas não se faz sem conflitos, já que o Jardim Icarai encontra-se inserido numa área de preservação ambiental (Cf. Decreto n.º 192, de 29 de março de 2000) e, portanto, sujeita a uma regulamentação própria e à observância de preceitos que regem as unidades de conservação (Cf. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000). Ademais, a Lei de Zoneamento Urbano (Cf. Lei n.º 9.800/2000) destinou essa área para a preservação ambiental ao mesmo tempo que condicionou o seu uso a algumas situações previamente determinadas. Pelo visto, há uma incidência de diversos dispositivos legais que afetam diferentemente a Área de Proteção do Iguaçu com o objetivo de disciplinar e controlar o seu uso.

A quantidade e a variedade de dispositivos legais que se apresentam e que servem para disciplinar o uso da área não representa um elemento inibidor do processo, no sentido de que as famílias desconhecem tal legislação, mas também porque possuem uma compreensão a respeito da preservação do meio ambiente, que difere da compreensão do poder público, como será explicitado no capítulo 5.

Dessa forma, o Jardim Icarai vem sendo erguido pelas mãos das próprias famílias sobre os escombros da exploração mineral da área no vale do rio Iguaçu. A sua particularidade reside nesse fato e num outro que pode ser percebido quando se caminha pelo Jardim, e se observa que quase tudo ali construído é produto do lixo produzido em Curitiba. Tudo ali é (re)aproveitado e (re)inventado, assemelhando-se a uma grande colcha de retalhos, onde cada fragmento, cada pedacinho de material "sem valor", passa a ter utilidade e compor o todo.

Nesse lugar, importa salientar, tudo ou quase tudo foi construído pelas famílias, na ausência do Poder Público Municipal. Desde o aterramento das cavas e das lagoas, a abertura e aterramento das ruas e toda uma "infra-estrutura mínima", como a abertura e aterramento das ruas, instalação da água e da energia elétrica por meio artesanal e clandestino, como atesta o relato de uma moradora:

*Quando eu mudei ali na invasão num tinha muitas casas. Tinha tão pouca casa, umas tão longe uma da outra assim, **que era um buraco, um buraco, um buraco, quando eu mudei ali. Nossa, eu fui uma das primeiras moradeiras ali, mas que tristeza quando eu cheguei ali, um buraco.** Ali a gente construiu uma casa de madeirite. Quatro madeirite era min'a casa, com uma porta de tapete. Quando a gente morou ali era seguro, ninguém mexia em nada de ninguém era um lugar assim, mas era muito triste, muito pobre. Aí com o tempo, com o passar do tempo a gente foi trabalhando daí construímos, não tinha nem banheiro, a gente não usava nem banheiro, a gente usava o banheiro da vizinha que era no quintal. Daí a gente construiu o banheiro. **Não tinha saneamento básico, foi feito direto pra cava. Não tinha água encanada.** Daí meu marido com o tempo puxou, fez uma prestação de cano d'água e fez uma rabicho de água pra gente, que começa ali do outro lado da esquina, que eu acho que tem um buraco até hoje (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006). [grifo nosso]*

O termo "buraco" utilizado várias vezes no relato anterior, explicita por um lado a percepção de abandono daquele lugar, desprovido das condições mínimas de habitabilidade, onde era preciso criar em primeiro lugar o solo, pois este era escasso, raro, para depois construir a casa.

Por outro lado, o abandono expressa também, a sensação de "jogados à própria sorte", sobretudo quando eram ainda muito poucos os moradores e desconhecidos uns dos outros. Ali, naquele lugar, tão próximos e tão distantes da cidade, tão dentro e tão fora ao mesmo tempo, sendo que essa experiência de viver dentro e fora da cidade representa, ou melhor, faz parte das trajetórias pessoais de vida de muitas dessas famílias do Jardim Icaraí, que conforme observado nas entrevistas, há muito tempo vêm alternando os bairros, mudando de um local para outro a fim de poderem se instalar.

Quando questionados a respeito dos motivos que os fizeram vir para o Jardim Icaraí, os moradores entrevistados apontaram como principal motivo a falta de condições financeiras para arcar com aluguel ou adquirir uma moradia, seja financiada ou não, em outro lugar na cidade de Curitiba.

A maioria dos moradores do Jardim Icaraí são "carrinheiros" ou "carroceiros", ou como se autodenominam esses moradores, trabalhadores com material reciclável; e o fato dessa atividade não ser formalmente regulamentada pelo Poder Público, é como se não existisse apesar de exerceram a atividade regularmente. No caso específico de Curitiba, vale ressaltar que, a despeito da série de *slogans* para divulgar o projeto em que se encontra envolta a gestão municipal de caráter de justiça social, os programas referentes à coleta do lixo (tais como: "Lixo que não é Lixo", "Cambio Verde" e "Compra do Lixo"), não contemplam o envolvimento dos carrinheiros ou carroceiros como participantes efetivos.

Nessa mobilidade é possível observar que estão fazendo um percurso descendente, isto é, a cada novo deslocamento vão ficando mais distantes da cidade e "perdendo" acesso aos serviços, infra-estrutura e moradia. Entretanto, essa situação deve ser relativizada levando-se em consideração que essas famílias "saíram do

aluguel", "deixaram a casa dos parentes" para construir sua própria casa, considerada sua, que lhes proporciona um sentimento de liberdade, de pertencimento e de estabilidade.

Para as famílias entrevistadas, ter casa própria, que pode ser considerada sua, significa uma referência muito importante, sobretudo porque representa uma enorme conquista, talvez indescritível e incalculável, diante de tantas perdas que ocorreram nessas trajetórias. Apesar de todas as adversidades que ainda enfrentam, há que se levar em consideração a força dessa conquista.

Os moradores entrevistados afirmam que o início da ocupação ocorreu no ano de 1997; contudo, não dão detalhes, tampouco o dia nem a forma de organização que antecedeu a ocupação. Um dos "primeiros ocupantes" da área relatou que "a turma" (referindo-se às famílias) "fica sabendo da área" e "vai chegando aos poucos, construindo suas casas". Assim aconteceu a ocupação pelos "primeiros moradores" do Jardim Icarai.

Para conseguir um lugar para morar e se estabelecer, essas famílias se sujeitam a toda sorte de dificuldades como atesta o depoimento abaixo, ao narrar a situação enfrentada no início da ocupação do Jardim Icarai:

*No começo da invasão, no começo... eu fui um dos primeiros. Quando nois viemos aqui, **passemos vida de cachorro!** Pra começo quando nois chegava aqui eu saia a carrinhar, quando vinha chegando já tinha um aqui na frente já te dizendo: **você apura aí, encosta o carrinho aí e vai tirar o gato lá que a polícia já vem vindo.** Se ele chegar lá que a polícia vinha pra cortar o fio. Daí eles passava e nois ia lá e botava de novo. Daí a água, começou a água. Num queriam ceder água também pra nois aqui. Começou dar bronca pro que ficar sem água num podia, só podia fazer lá, tinha ordem pra num deixar pegar água. Mas só que sobre isso os caras da SANEPAR já foram mais, já foram bem mais... bem... ter mais senso de ser humano. Eles pegaram e num ligaram então, vieram daí e falaram, não, água tem de ter. Daí um Juiz, eu não sei qual é o nome daquele Juiz, que eu sei que uma vez veio a polícia lá de cima cortando todos fios. Aí teve um polícia que u'a vez deu um tiro na cabeça de u'a muier aqui na linha. Aí fumo tudo lá pra câmara, câmara dos vereador lá, daí dali foi feita aquela reunião lá. Daí sei que o juiz decretou que num podia deixar a invasão aqui sem luz e água. Já passava de cem... (trecho retirado da entrevista do Sr. Ambrósio, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]*

A expressão "vida de cachorro" utilizada pelo Sr. Ambrósio guarda um significado importante para se compreender o período de transição, que vai da chegada ao local, onde "não havia nada", até o momento em que conseguiram se estabilizar com o mínimo de condições para poderem se instalar, pois no início, tudo era realizado de maneira "clandestina", desde a própria ocupação, incluindo os serviços de água e de luz, que era feito à revelia das concessionárias. Atualmente, vem sendo implantada a rede de água e energia elétrica, somente na parte que será regularizada, como um dos procedimentos do Plano de Regularização Fundiária, do Poder Público Municipal.

Foi nesse processo de total "subversão às regras", à Lei e à uma determinada ordem, que foram construindo o lugar, cujo sentido deve ser compreendido no contexto da trajetória vivenciada pelas famílias que se encontram morando no Jardim Icaraí.

Importa enfatizar que a reflexão proposta, não tem qualquer pretensão de fazer um estudo ou mesmo uma etnografia dos carrinheiros e carroceiros do Jardim Icaraí⁴⁷, tampouco fazer um estudo de caso, exaustivo do Jardim Icaraí. Assim, tem como objetivo tomar alguns aspectos considerados relevantes da construção do Jardim Icaraí que sirvam para se compreender como o lugar se constitui. Os elementos destacados para a análise, são a forma de assentamento, a atividade predominante e a violência, como assinalado no capítulo 1.

As reflexões a seguir orientam-se no sentido de tomar alguns aspectos da atividade de coleta do material reciclável para aí estabelecer uma relação desses agentes e sua atividade no contexto da construção do lugar, do Jardim Icaraí, uma vez que a maioria das famílias trabalha nessa atividade de coleta. Por isso, é importante ressaltar que as reflexões tomam alguns aspectos da vida e do trabalho que se julga importante para a constituição do lugar e que possam servir para explicar os conflitos sócio-ambientais ali presentes.

⁴⁷Para um estudo mais detalhado sobre os Carrinheiros, encontra-se em (DAVANSO, 2001), Meio Ambiente e Gravidez na Adolescência: Um estudo de desenvolvimento humano em uma Vila de Recicladores de Lixo em Curitiba, PR. Em Lima (2002) um estudo sobre a gestão do lixo em Curitiba, onde ainda que tangencialmente situa a atividade da coleta realizada pelos carrinheiros.

4.2 A VIDA NO LIXO: RE-SIGNIFICAÇÃO DA VIDA

...e foi um povo assim meio... ele é meio isolado, né. Ele é meio... ninguém se interessa. São poucas pessoas que se interessa pelo carrim'eiro. Eles num dão nem importância da limpeza que a gente faz, da ajuda que dá. Porque se fosse po lixeiro carregar... você vê, tem o lixeiro, tem o lixo que num é lixo, tem o troca, e vence limpar a cidade? Num vence. Imagine dentro de Curitiba, quantas, nossa! quantos milhões de carrim'eiros! Se fosse pra todo mundo fazer u'a greve, largar... Ninguém dá valor, ninguém sabe agradecer a importância... E depois é u'a coisa que a gente ta recicrando, volta de volta pra mesa de quem jogou e volta limpo. As vezes fala assim, ah, só faz limpeza da onde que já tá limpim! Não, a gente que ta catando, entra dentro de valeta, entra dentro de... dependendo do lugar até dentro de rio. Que nem eu já entrei. Catar latim'a, ferro dentro do rio, do rio padilha, né. Só quando chove ele alimpa, fica limpo, né aí aparece latim'a, ferro. Cansei de entrar lá e fazer limpeza... Se fosse pra gente exigir o salário da gente ia ganhar muito mais que os gari, os que varre a rua, é. Ia ganhar muito mais, porque a gente se arrisca, né. As vezes, tem gente que num tem consciência, coloca caco de vidro, a gente corta o dedo, nossa! Quem que dá assistência se a gente cortar o dedo, perder um dedo, né? Ninguém!!! (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

Dona Neuza, em um outro trecho da sua entrevista afirmou que há 30 anos trabalha na rua como coletora do que chamam de "material reciclável. Nesse longo período, apesar de percorrer diariamente as ruas da cidade, continua sendo uma "carrinheira", substantivo comum. Declarar que não é valorizada, nem como pessoa, nem sequer pelo trabalho de limpeza que realiza na cidade. Tal sentimento experimentado e que ela expressa na sua entrevista, é o mesmo sentimento compartilhado por tantos outros carrinheiros que se encontram em situação análoga à da dona Neuza, conforme foi observado em vários momentos durante a pesquisa de campo.

Da mesma forma como exprime sua crítica em relação à sociedade que não os vê, tornando-os "invisíveis", reafirma a sua importância e a do seu trabalho, pois tem muita clareza do significado dessa atividade para a cidade de Curitiba, em termos de mantê-la limpa. Para os carrinheiros, estar "inserido" de alguma maneira no mercado de trabalho, não é suficiente; eles têm manifestado descontentamento em relação às condições sob as quais realizam o seu trabalho. Os carrinheiros e carroceiros revelam um conhecimento, sabem a exata medida de sua contribuição:

"...você vê, tem o lixeiro, tem o lixo que num é lixo, tem o troca, e vence limpar a cidade? num vence! Imagine!" (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

A prática de coleta de material reciclável realizada desde há muito, fez com que os carrinheiros e carroceiros acompanhassem de perto os programas e a rotina de limpeza do serviço público da cidade, sobretudo porque esse sistema tem se colocado em algumas situações de forma concorrente, restringindo a atividade a alguns poucos locais, na medida em que recolhem os lixos de forma antecipada. Os carrinheiros encontram-se numa batalha com os caminhões numa tentativa de antecipar a sua atividade.

A grande maioria das famílias – quase 90% delas, conforme apontado pelos moradores entrevistados –, são catadores de papel, de material reciclável. Indistintamente, essa atividade envolve um leque de pessoas que, embora tendo outras qualificações e experiências profissionais diversas, são lançadas a essa atividade em função das dificuldades de se inserirem no mercado formal de trabalho.

Como visto, a atividade do lixo tem permitido o abrigo de um exército de trabalhadores excluídos dos meios de produção. Segundo os dados levantados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba (SMMA), no ano de 2000, o número de carrinheiros na cidade de Curitiba era de aproximadamente 3.000, sendo que numa projeção da Prefeitura para o ano de 2007, o número terá dobrado, alcançando cerca de 6.000 carrinheiros. A estimativa para a RMC é de que esse número alcance, no mesmo período, a quantidade de 10.000 pessoas vivendo dessa atividade de coleta do lixo⁴⁸.

A entrevista do senhor Antônio é emblemática a respeito desse processo, na medida em que ela revela uma situação particular, mas se relaciona com tantas outras histórias semelhantes. O fato de já ter alcançado uma certa idade se torna um

⁴⁸"Entidades vão traçar o perfil dos 10 mil carrinheiros de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 03 mar. 2007, Paraná, p.3.

empecilho para arrumar trabalho, apesar de ter longos anos de experiência no ramo da construção civil, como mestre de obras.

O mercado tem-se mostrado extremamente seletivo e restritivo na contratação de pessoas com mais idade, principalmente quando há uma oferta bastante grande de trabalhadores, que concorrem a esses postos de trabalho.

Eu tou comprando, já comecei a comprar. As pessoas aparece aqui domingo, sábado, domingo. Eu compro, né. Sendo que esses depósito grande só trabalha de segunda a sexta. Trabalho com material reciclável. Tou vivendo quase só disso aí. É mais hoje, eu tou quase a dois anos só vivendo disso aí. Vendo pra firmas grande. Eu tou vivendo há dois ano... porque na minha profissão num tenho mais emprego, na idade que eu tou... tou com 53 ano, num tenho mais emprego. Então, tou mais de dois ano vivendo só de material reciclável. Num tou é craro saindo com o carrinho pra rua, catar papel mas comprando das pessoa que tem, né e eu tou vivendo. Maioria, noventa por cento disso daí, é. Então veja bem, se eu tivesse um pouquinho mais de capital eu podia... incrisive esse tempo atrás tava até conversando com seu Ambrosio. Oh, seu Antônio por que o senhor num monta lá e arruma as pessoas você ganha um pouquinho em cima, eu repasso pra você o teu papel, o meu material que eu junto e você tem o seu percentualzim em cima e vai pra frente. Eu tenho um preço melhor em cima. Eu falei: eu tou tentando fazer esse tipo de coisa, mas só que agora... (trecho retirado da entrevista com o Sr. Antônio, realizada em julho de 2006).

A atividade com material reciclável apresenta uma certa diversidade no seu interior. Aqueles que não realizam diretamente a atividade da coleta do lixo estão envolvidos em outras atividades que, também relacionam-se com essa, seja na qualidade de "dono de depósito de lixo", seja na de "locatário de carrinhos", que é o intermediário entre o "catador" e o "dono do depósito", seja, ainda, o de "comerciante de cavalos".

Essa diversidade está intimamente ligada às várias relações sociais que se estabelecem no interior dessa atividade, bem como nas próprias condições de coleta, que incluem os instrumentos utilizados, tais como: o carrinho e a carroça. A definição que distingue os trabalhadores parte do próprio instrumento de trabalho. Enquanto o carrinheiro é aquele catador de papel que anda a pé, puxando o carrinho, o carroceiro é o catador que se utiliza da carroça movida por tração animal. De forma

indistinta a Prefeitura Municipal de Curitiba por meio do Departamento de Limpeza Pública utiliza a denominação de "coletores informais" para designar essa atividade, que se coloca em oposição ao serviço público de coleta realizado pela Prefeitura (Agência de Notícias da Prefeitura, 25 de abril de 2007).

A própria designação adotada pelo Departamento de Limpeza Pública para denominar os catadores tem um sentido um tanto vaga, na medida em que adjetiva a atividade como sendo informal. Ademais, essa noção de informal é utilizada para explicitar toda atividade que se encontra "fora" de regulamentação legal, portanto, todos que a realizam encontram-se destituídos de direitos trabalhistas.

Tal tratamento encontra-se em consonância com a política de limpeza urbana, onde os catadores e carroceiros são vistos como "problemas", pois segundo o Departamento de Limpeza, ao fazer a separação do lixo no local da coleta, seriam os responsáveis por espalhar o lixo pelas ruas, calçadas e galerias de águas pluviais⁴⁹, causando toda sorte de problemas. Observou-se que os carrinheiros sentem um certo descompromisso da Prefeitura Municipal em relação ao trabalho por eles desenvolvido, que também contribuem para a limpeza da cidade, muito embora não sendo esta sua responsabilidade.

*Ele compra papel. Nois vendemo pra ele e aí ele vende, daí ele vende prum outro cara, mas sempre, nois ganhando u'a mixaria, por que na lei mermo do que um dia eu vi na televisão que o Taniguchi dizer que o essa, **o carrinheiro não é u'a profissão**. Só que ele num entende que nós carrinheiro, nos juntamos 70% mais do que o caminhão, do lixo que não é lixo. Porque se eles junta 30 tonelada, nos jutemo 70. É muito mais. Só que nois, carrinheiro, num cosidera. **Num considera. Mas eles num acha que isso é serviço. Tem incrusive u'a vez ele tava doido pra tirar os carrinheiros. Queria tirar, mas veja bem. Tirar pra por aonde?** Num dão emprego, num dão nada, é daí teve um Vereador que falou: vão querer terminar os carrinheiros? E daí tem um serviço pra eles? Pra num trabaia deixar só os caminhão fazer o lixo que num é lixo. Vende aqui no Pedro. (trecho retirado da entrevista da o Sr. Ambrosio, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]*

⁴⁹Ver reportagem publicada "Prefeitura Reforça Fiscalização dos Horários de Coleta de Lixo". **Agência de Notícias-** Central de Informações e Notícias da Prefeitura de Curitiba, em 24 de abril de 2007 (disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=9089>. Aceso em: 25 abr. 2007).

O "*carrinheiro é o que vai a pé*" (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006). É aquele que realiza o trabalho da coleta andando a pé e puxando um carrinho com o próprio corpo. Geralmente anda sozinho, mas também é comum encontrar famílias inteiras na rua, incluindo as crianças.

Quando as crianças pequenas estão junto na coleta, ficam acomodadas no interior do carrinho junto como o material reciclável, sendo que aquelas consideradas maiores, que já podem auxiliar na coleta, seguem a pé junto com os adultos e os maiores, coletando os lixos, que se encontram na sua maioria depositados nas calçadas.

Nessas situações, a coleta é realizada de forma mais lenta, pois além de do cuidado com a criança pequena que fica no carrinho, o carrinheiro tem que se ocupar também com as crianças maiores que naturalmente se dispersam durante a atividade, envolvendo-se com os acontecimentos das ruas.

A presença das crianças menores durante as atividades de coleta do lixo tem provocado uma série de conflitos envolvendo o Conselho Tutelar, que com intuito de "proteger" essas crianças, vem advertindo ou mesmo ameaçando de punição as famílias que as levam consigo por ocasião da realização do trabalho.

As famílias têm alegado, por sua parte, que essa atividade é um trabalho como outro qualquer, não sendo restritivo às crianças pequenas, que ficam acomodadas nos carrinhos. Ademais, reclamam da ausência do Poder Público local em instalar creches no Jardim Icaraiá a fim de que possam deixar seus filhos com segurança enquanto realizam a atividade nas ruas, que pode se estender ao longo do dia, muitas vezes, adentrando no período noturno.

No caso específico do Jardim Icaraiá, as famílias não têm qualquer tipo de assistência do Poder Público, a não ser a de coação, no sentido da ameaça de serem retiradas da área e também pela presença da polícia quando realiza as rondas. É a idéia do Estado punitivo ou de que é necessário punir para que os resultados possam ser obtidos. Em outras palavras, na total ausência de políticas, a melhor política é a punição. Segundo relato dos moradores entrevistados, quando a polícia faz a ronda no Icaraiá, através da RONE (Ronda Ostensiva de Natureza Especial), a

quantidade de carros muitas vezes é de cerca de 6 ou 7, intimidando e não oferecendo segurança; ao contrário, imprimindo muito mais temor do que proteção.

As trajetórias percorridas pelos carrinheiros são bastante longas, como mostra o mapa 3, pois embora alguns carrinheiros já tenham um ponto fixo, seja uma loja, um *shopping*, um condomínio, a grande maioria recolhe de porta em porta das residências.

Os carrinheiros saem no período da manhã percorrendo vários bairros da cidade de Curitiba, chegando a caminhar 10 ou mais quilômetros por dia e só retornam quando "enchem o carrinho": *"Oia, vai fazendo, no Jardim, Boqueirão, no Centro. É a maioria vem pra esse lado aqui, ali ... pra esses lado aqui"* (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

A depender da distância percorrida e da quantidade de material disponível nas ruas, podem realizar duas ou mais viagens por dia para coletar o material e, assim, aumentar os rendimentos que dependem da qualidade e a quantidade

4.3 A COLETA – TRAJETÓRIAS NA CIDADE

Oia, já ta cum mais de 30 anos. Mais de trinta anos. Quando eu comecei a catar papel eles compravam osso e caco de vidro. Eu ganhava mais do que minha mãe. Ela trabalhando por mês e eu catando papel, que era jornal, né, garrafa, não tinha muita importância. Papelão num tinha muita importância, o osso o caco de vidro era bem valorizado. Agora num é mais. Eu vendia num depósito, mesmo, no depósito. Tinha um depósito que comprava... o osso tinha que tá limpinho, o osso já tinha que ta sequinho. Ah, cum o tempo, e agora vai chegando assim, e você num percebe, num dá num tem como assim, é. Já mudou bastante. Pet num tinha, né várias coisas vai surgindo... já vem passando por uma evolução vai mudando assim de acordo, a gente nem percebe o tempo (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

Percebe-se através das entrevistas as diversas fases pelas quais passou a coleta impulsionada pela indústria da reciclagem do lixo. Os materiais que eram coletados no início vão perdendo valor, enquanto outros materiais que eram completamente descartados adquiriram valor e passaram a ser objetos de disputas. Nesse processo em que há uma hierarquia de valores nos objetos, os carrinheiros e carroceiros travam uma "batalha" no sentido de identificar os "melhores caminhos" para a coleta do material.

Mapa 03 - Curitiba - Jardim Icarai
Trajetória dos Carrinheiros e Carroceiros
para a Coleta do Material Reciclável

2007

Incidência de Coleta de Material Reciclável

- Maior incidência
- Menor incidência
- Pouca incidência

~ Jardim Icarai

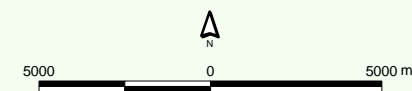
Organização

LIMA, Rosirene Martins

Cartografia e Geoprocessamento

SANTOS, Claudia I. S.
 SARAIVA, Fabiano

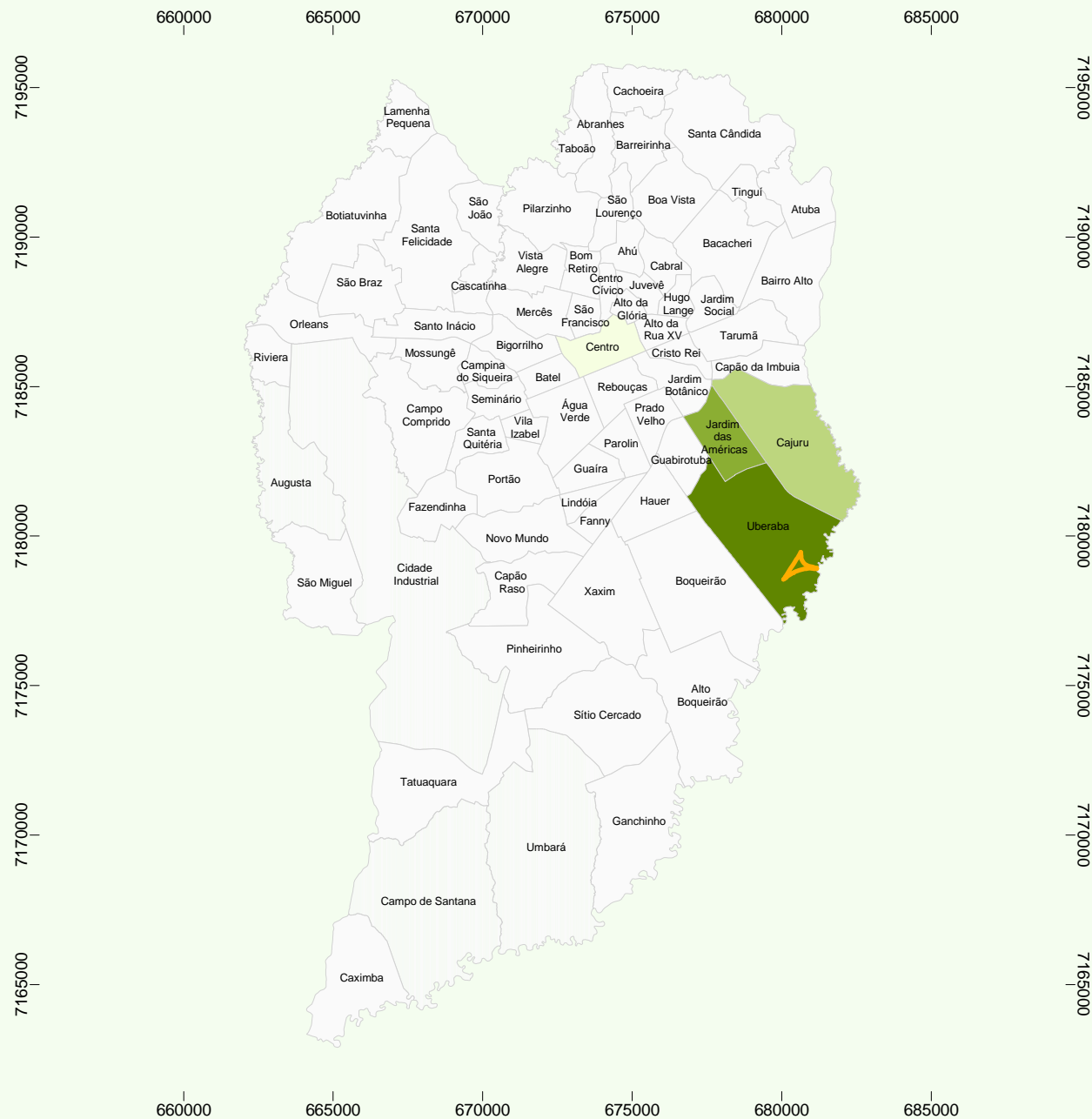
Informações técnicas



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Origem da quilometragem: Equador e meridiano 51° W. Gr.
 acrescidas as constantes 10.000 Km e 500 Km., respectivamente.
 Datum horizontal: SAD/69

Fontes

IPPUC (2004, Curitiba em Dados)
 LIMA, Rosirene Martins (2006- Levantamento de Campo)



O termo coleta aqui utilizado designa as condições implícitas e explícitas de todo o processo que envolve o uso e a apropriação do material encontrado. Envolve uma série de "práticas sociais" que se relacionam desde a organização da saída ao processo de coleta propriamente dito até as redes de relações estabelecidas na rua, que podem se dar de forma conflitiva ou não.

Trata-se a coleta de um conceito operacional aqui considerado para descrever as estratégias de obtenção do "material reciclável" por um determinado grupo social. Ele serve, ainda, para explicar a "realidade empiricamente observada", caracterizando os conflitos e contradições vividas cotidianamente pelos carrinheiros e carroceiros e, nesse sentido, ele é construído. A respeito da construção de conceitos operacionais que possam explicar uma infinidade de situações, pode-se fazer referência à noção de "processo de ambientalização" que para Lopes (2004), é a incorporação de uma prática que envolve discurso e hábito de natureza ambiental. Ou "processo de devastação", que é utilizado por Almeida para descrever a destruição das palmeiras de babaçu na região Norte e Nordeste do Brasil (ALMEIDA, SHIRAISHI NETO e MARTINS, 2005, p.27-31).

Alguns carrinheiros e carroceiros já possuem uma espécie de trajetória fixa, pois já estabeleceram uma relação com os locais de coleta. Fazem a coleta em locais previamente acertados, tais como condomínios, residências, lojas, *shopping center*, etc.

Nessa situação, agendam com os donos dos estabelecimentos ou responsáveis, dia e hora para a retirada do material, sendo que o descumprimento dessa agenda incorre no risco de ficar sem a carga daquele dia. Essa relação tem se mostrado bastante frágil, pois quem produz o lixo quer se ver o mais rápido possível livre de tudo aquilo que considera entulho. Então, caso o carrinheiro ou carroceiro deixe de passar no horário, o lixo é entregue ao primeiro que passar, independentemente de quem seja, isto é, não há qualquer tipo de fidelidade ou de laços que possam assegurar essa "relação de trabalho".

Se por um lado é interessante coletar em pontos fixos porque se tem garantida a carga daquele dia, por outro, o horário combinado deve ser respeitado, sob pena de não conseguir o material. Os carrinheiros ou carroceiros que tem esse "privilégio" de contar com um ponto certo onde recolhem o lixo são poucos. A maioria desses trabalhadores precisam andar muitos quilômetros por dia para "encher o carrinho".

Um grande número de carrinheiros e carroceiros recolhe de porta em porta nas residências. Nesse caso, há também uma disputa entre eles, a qual se estabelece na busca de maiores quantidade e qualidade. Quem vem depois tem que se contentar com o que sobra. Por isso, as saídas às ruas segue o calendário do serviço de coleta determinado pelo Departamento de Limpeza Pública.

Dessa forma, são obrigados a se alternarem nos bairros de acordo com os dias do serviço de coleta do caminhão do lixo. Numa tentativa de antecipar o caminhão, os carrinheiros e carroceiros percorrem os mesmos trechos, coletando o material reciclável que é colocado pelos moradores, já que a maioria retira os resíduos sólidos para fora de suas residências seguindo a indicação do calendário de coleta, distribuído ao longo do dia.

O fato de o Departamento de Limpeza Pública estabelecer distintos horários para a coleta dos resíduos sólidos urbanos pode implicar numa estratégia no sentido de evitar que os carrinheiros ou carroceiros antecipem a coleta oficial. Evidencia-se, nesse processo, uma disputa pelos resíduos sólidos urbanos, em que a "parte mais forte" – o Departamento de Limpeza da Pública da Prefeitura Municipal – estabelece e impõe regras desconsiderando esse conjunto de agentes sociais que também realizam a limpeza da cidade.

Os carrinheiros e carroceiros igualmente disputam o lixo com outros agentes (empresas, lojas, condomínios, instituições de caridade, clubes...), que "descobriram" o valor econômico dos resíduos sólidos, que se presta para ser reciclado. O material que era tido como lixo para esses agentes e que era coletado pelos carrinheiros e carroceiros passou a ser vendido por esses próprios agentes, importando salientar que

alguns deles são grandes produtores de resíduos e por isso mesmo têm melhores condições, vendendo o lixo diretamente para as empresas de reciclagem, eliminando a figura do atravessador.

Essa mudança de postura de tais agentes sociais diante dos resíduos sólidos urbanos está relacionada à incorporação de um discurso e de uma prática ambiental, aquilo que Lopes (2004) tem denominado de "processo de ambientalização", como referido anteriormente.

O conjunto de agentes envolvidos na atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos vem provocando a diminuição qualitativa e quantitativa do material que o carrinheiro e carroceiro têm acesso, sendo que esse processo vem aprofundando a exclusão.

Observa-se que se tem delineado a exclusão no interior da própria exclusão, impulsionada pelos interesses em torno da atividade de reciclagem, que vem ganhando cada vez mais importância econômica em função do crescimento da indústria de reciclagem.

Por isso, é preciso sair cedo porque está em jogo a disputa pelos resíduos sólidos urbanos entre os próprios carrinheiros e carroceiros, mas principalmente entre estes e o caminhão da prefeitura que passa e leva todos os resíduos sólidos, não deixando nada que possa ser aproveitado. Contudo, vale acrescentar que os "garis", que trabalham nos caminhões ou varrendo as ruas, também concorrem com essa atividade de coleta de lixo reciclável na medida em que separam aquilo que julgam possuir algum valor, ainda que numa proporção bem menor se comparado ao dos carrinheiros e carroceiros.

Os materiais que alcançam um preço melhor no mercado de reciclados são mais difíceis de serem encontrados por serem mais disputados não só pelos carrinheiros e carroceiros, mas por outros sistemas de coleta. No interior dessa hierarquia, os carrinheiros e carroceiros listam a latinha de alumínio e o cobre como materiais que podem obter maiores valores monetários, sendo que em relação ao

cobre há uma reclamação geral, devido a sua escassez. Ele era encontrado nas sobras de construções civis e reformas.

As atividades de coleta concentram-se, sobretudo, nesse período em que o serviço de coleta da Prefeitura Municipal está funcionando; entretanto, a atividade é realizada pelos carrinheiros e carroceiros o tempo todo, esperando que algum morador retire seu lixo independentemente do calendário de coleta que é realizado pelo serviço público.

O procedimento da coleta envolve uma prática alicerçada na experiência da separação do material já no ponto de coleta. Nesse momento é necessário se fazer uma primeira separação pelo fato de muitos moradores colocarem o material reciclável de forma indiscriminada, sem qualquer tipo de cuidado, a despeito das campanhas de conscientização promovidas pelo Departamento de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal em separar o lixo. O lixo é acondicionado em pequenas sacolas de supermercado, que não são apropriadas para tal finalidade; além disso, é muito comum conter tanto o "lixo seco"⁵⁰ quanto o "lixo molhado" na mesma embalagem.

Como é necessário retirar somente o que pode ser reciclado, o "lixo seco", é importante estabelecer procedimentos, que envolvem desde o apalpar as embalagens para identificar o tipo de lixo, até abri-los para verificar o seu conteúdo. Diante das dificuldades de saber que tipo de material pode ser encontrado nas embalagens, essa prática é realizada em todos os sacos de lixo doméstico.

O fato de adotar esse procedimento, a despeito de todas as cautelas no momento da coleta, implica numa exposição que pode ocasionar pequenos ou graves acidentes e sobretudo em função da concorrência, o processo de coleta é agilizado. Ademais, não custa lembrar que esses procedimentos são realizados sem

⁵⁰Sobre uma classificação/tipologia do lixo ver proposta da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Curitiba, que orienta a atividade de coleta na cidade. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretaria.aspx?s=83>>.

nenhum tipo de proteção; as mãos desnudas manipulam o lixo que é disposto sem nenhum cuidado.

*A gente tem um costume muito, pra ser mais rápido, te lá o pacote, **você vai lá e apalpa. Você já tem o tato, você já sabe o que tem dentro. Você vai lá dá u'a apalpada, você já sabe se é lixo o que que é.** E as vezes as pessoas coloca, num avisa que é vidro, caco de vidro. As vezes coloca até xeringa, como já aconteceu, com agulha. Porque as vezes tem lugares que as pessoas, os usuários dessas coisas. Em casa mermo. Então, eles devia de avisar, né. E quando avisa, se tem alguma coisa escrito, nem pra quem sabe ler, ele já vai dizendo, num é pra mexer. Já chama atenção (trecho retirado da entrevista da dona Sueli, realizada em novembro de 2006). [grifo nosso]*

Por ser um grupo de "trabalhadores invisíveis", como dito anteriormente na entrevista de dona Neuza, no geral não há preocupação por parte da população em selecionar e depositar o lixo à sua porta.

Às vezes, é um pequeno furo com uma agulha de seringa, que a princípio é de fato um pequeno e aparentemente inofensivo acidente de trabalho, mas que pode trazer sérias conseqüências para a saúde se esses materiais provierem de casos de doenças contagiosas, que podem ser transmitidas. Além dos riscos de saúde a que estão submetidos, não estão isentos de sofrerem intoxicação e outros males que podem comprometer a própria continuidade do trabalho.

Até os dias de hoje eu num vi dizer que o lixo trouxesse alguma contaminação. As vezes dá tanta sorte que no ir andando ali.. Não. Nunca ouvi falar inté os dias de hoje. E outra assim, eu num faço isso, mas se tiver as vezes separado, tem gente que separa coloca dentro de embalagem, dentro duma sacolinha e coloca no portão, que as vezes eles num querem dá e num querem jogar fora. Num tem perigo a gente pegar. Mas eu já vi várias gente pegando comida da, do latão de lixo e comendo. Que nem as vezes passa na panificadora o homem já deixa o pãozinho amanhecido como a gente fala. Ao invés dele pegar e deixar separado ele joga dentro do latão. Faz questão de jogar dentro do latão. Não querem dar pra não dar mal costume, aí da pessoa chegar todo dia e ficar... Tem gente que se acostuma... tão eles num dão e prefere jogar dentro do latão. Só que as pessoa num tem consciência, lata de lixo.. eu já cansei de ver faz tudo. Joga coco de cachorro dentro. É horrível!!! Quando chega ali e num tem gente afasta ali do lado e come. Cansei de ver fazendo isso (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

Os riscos durante a coleta do material são muitos e enormes, pois além de estarem ligados diretamente com a manipulação do lixo, ficam expostos na rua, dividindo o espaço com todo tipo de veículo que transita pelas ruas e avenidas da cidade.

Os carrinheiros e carroceiros circulam pelas mesmas vias que os automóveis, em pistas rápidas ou não, seguindo as suas próprias orientações, demonstrando o total desconhecimento das leis do trânsito. Ademais, tentam "economizar os caminhos", cortando as ruas e avenidas em todos os sentidos, sem dar importância à sinalização do tráfego.

O fato dos seus carros não possuírem nenhum tipo de sinalização para alertar os demais veículos faz com que fiquem ainda mais desprotegidos, sobretudo no período noturno, quando os carrinhos se confundem com o asfalto e a noite literalmente os torna invisíveis.

Por conta disso, os acidentes envolvendo os carrinheiros e carroceiros são freqüentes nas ruas da cidade; a despeito de não haver dados estatísticos oficiais que possam ser apresentados, este fato é confirmado pelos carrinheiros do Jardim Icarai. Os acidentes no trânsito que dizem respeito às colisões entre as carroças e carrinhos e os veículos provocam diferentes danos, que vão do atropelamento do condutor do carrinho até uma simples colisão.

O carrinho e a carroça utilizados são confeccionados de ferro ou madeira ou somente de ferro, possuindo capacidade de carga de acordo com cada um ou mesmo do animal. Os carrinhos podem carregar uma carga equivalente a 200 quilos de material replicável. Existem carrinhos acoplados à bicicleta, mas esses são em pequena quantidade, o que torna insignificante sua presença. Entretanto, pode-se observar as diversas estratégias que esses trabalhadores buscam a fim de garantir a realização da sua atividade de coleta.

Com intenção de melhorar a capacidade de carga, os catadores utilizam como estratégia amarrar cabos de vassoura e de cordas nas laterais junto às barras de ferro, dobrando assim a altura do carro de modo a acomodar uma quantidade maior de material.

Assim, esforçam-se em aumentar a capacidade de carga do carrinho em tudo que podem, até dobrar ou alcançar o limite que podem suportar. A esse esforço de aumentar a capacidade do carrinho, eles designam de dupla carga:

***Dupla carga é assim:** Tem a altura do carrim e aí você bota cabo de vassoura nos quatro cantos, de pé, coloca papelão em volta e você pode encher até em cima. Isso é dupla carga, carga dupla. Aí ele chega a pesar até mais* (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006). [grifo nosso]

O fato de dobrar a carga do carrinho torna o trabalho completamente extenuante, exigindo como compensação muito esforço físico: *"Ah, é muito... força demais! É muito pesado! Ele chega a pesar uns 200 a 400 quilos. Ele carregado pesa uns 400 quilos. Você traz uma base de 350 a 400 quilos. Se você faz u'a carga bem feita mermo, u'a dupla carga chega até mais"* (trecho retirado da entrevista da dona Sirley, realizada em novembro de 2006).

Aumentar a capacidade de carga do carrinho é uma estratégia muito utilizada pelos catadores, pois significa potencializar em muito os rendimentos com a venda do material reciclado. Essa estratégia é importante quando não conseguem realizar mais de uma viagem no mesmo dia, em função das longas distâncias percorridas e do desgaste físico que importa esse tipo de trabalho. Então, quanto mais quantidade e qualidade puderem ser agregadas numa mesma carga, maiores rendimentos poderá obter.

O grande esforço físico, no entanto, não se traduz necessariamente numa duplicação dos rendimentos a serem obtidos. As conseqüências do esforço físico para suportar tamanha quantidade de peso podem ser percebidas nas diversas entrevistas:

Nos primeiros dias dói o pé da barriga, na subida você põe muito peso, todo na barriga. O braço começa a doer, aqui assim oh – apontando para os seios – que nem que sou muié, fica muito dolorido, então ela fica muito, sabe. É um serviço muito pesado. Num é serviço assim pra quem num é acostumado. Sai a primeira vez, sai hoje e num volta mais. Pra pessoa, pra pessoa dar o valor prum carrim'eiro é só experimentando. Experimentando pra vê. Num precisa andar muito, anda 1 kilometro pra ver. Vai experimentar: dói a perna, dói o braço, dói tudo. O desgaste é bastante grande (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

O trabalho necessário para conduzir esse peso em longas viagens, significa muito pouco diante do tamanho do desgaste físico que isso representa. Contudo, não havendo outra alternativa de trabalho para essas pessoas, "carrinhar" representa a única alternativa de auferição de rendimento que permite se mantenham vivas a despeito de tantas adversidades: *"Saí de casa as vezes sem tomar café, né. Aí vai vender u'a carga de 400 quilos de 350 quilos, dependendo o que tem num chega a dar 15 reais"* (trecho retirado da entrevista da dona Sirley, realizada em novembro de 2006).

Essa preocupação de dobrar a carga é específica do carrinheiro, daquele homem ou mulher, independente da idade, que ora empurra o carrinho, ora é empurrado por ele. Nos aclives, nas lombadas o homem empurra ou puxa o carrinho, já nos declives ele é empurrado pelo peso do carrinho. Em ambas as situações, o esforço físico requerido é muito grande. Mesmo nos aclives, ele é obrigado a fazer muita força para controlar e diminuir velocidade do carrinho, já que esse não possui nenhum sistema de frenagem, que é feita pelo próprio corpo. Quando possuem algum dispositivo, esse é muito "rudimentar", e eles se servem de um pedaço de borracha de pneu que é colocado na parte inferior do carrinho, o que não garante a frenagem.

Os carrinheiros são os trabalhadores que se encontram mais desprovidos de condições financeiras, por isso mesmo, encontram-se em situação de maior precariedade com relação ao desenvolvimento da atividade da coleta do material. A maioria dos carrinheiros não possui seu próprio carrinho para as atividades.

Desta forma, vê-se obrigado a alugar o carrinho dos donos de depósitos de material reciclável ou mesmo de outros carrinheiros que se encontram em melhores condições econômicas.

Aquele que necessita alugar o carrinho está numa situação econômica mais desvantajosa, pois além de trabalhar para fazer o seu sustento e de sua família, ainda tem o compromisso de efetuar o pagamento do aluguel. Então, vê-se obrigado a retornar para as ruas quantas vezes for preciso enquanto está de posse do carrinho para conseguir o material necessário a fim de pagar as suas despesas.

Sob quaisquer condições, o carrinheiro precisa sair às ruas, sozinho ou com a família para fazer a coleta do material. É comum entre eles expressões como: "trabalham de manhã para comer a tarde" ou "trabalham hoje para pagar a comida de ontem".

Por tal razão, se não trabalharem todos os dias correm o risco de ficarem privados da garantia de sua própria alimentação, ou seja, nem sempre o que ganham num dia de trabalho é suficiente para cobrir as despesas diárias, fazendo com que muitos saiam para as ruas sem a primeira refeição. Quando saem sem se alimentar, movidos pela fome, aproveitam da coleta para retirar do lixo os alimentos que possam ser consumidos.

O fato de saírem, também, garimpando comida, tem levado alguns estabelecimentos, principalmente as panificadoras, a misturarem propositadamente o lixo com os alimentos, a fim de repelir a presença de carrinheiros nas proximidades de seus estabelecimentos.

Que nem as vezes passa na panificadora o homem já deixa o pãozinho amanhecido como a gente fala. Ao invés dele pegar e deixar separado ele joga dentro do latão. Faz questão de jogar dentro do latão. Não querem dar pra não dar mal costume, aí da pessoa chegar todo dia e ficar... (trecho retirado da entrevista da dona Sueli realizada em novembro de 2006).

O carrinheiro representa para esses estabelecimentos um problema, pois "afastam" os clientes que receiam se aproximar quando da presença dos mesmos, pois têm sua visibilidade marcada por estigmas e por uma ordem de preconceitos naturalmente aceitos.

As necessidades sempre prementes tornam esses carrinheiros bastante vulneráveis, o que tem implicado numa total incapacidade de projetar o seu próprio futuro. Os sonhos sempre ficam "adiados" em função da urgência do presente, que tem se demonstrado bastante desafiador.

Enquanto os carroceiros conseguem coletar e acumular grandes quantidades e qualidades de material reciclável, permitindo uma certa manobra para escolher a quem vender e o melhor preço, os carrinheiros ficam submetidos aos chamados

"atravessadores"⁵¹ ou donos de depósitos mais próximos de sua residência por causa da quantidade que consegue coletar.

Ah, tem bastante. Tem pelo menos uns seis, por aí. Uns vende ali, outros vende pra fora, né. Porque varia do preço, por que paga um pouquinho mais. Andar um'as duas quadras já pega um preço melhor. Ali do outro lado da linha não tem depósito. Tem que sair. Ai mais ou menos vai ter ali perto do rio Belém. Ali já tem depósito já paga um pouquinho melhor. O rio Belém fica ali perto ali Ele vem do centro esse rio e corta já quase perto ali, eu esqueço aquele lago que tem ali que dá divisa quase ali, com seu José. Ele passa ali onde tem Jet esqui... (trecho retirado da entrevista do Sr. Ambrósio, realizada em agosto de 2006).

Observa-se uma diferenciação econômica entre esses dois grupos, inclusive em relação às suas próprias residências, que servem para acomodar e separar o material reciclável trazido no período da coleta. Aqueles que possuem melhores condições econômicas conseguem guardar o material e vendê-lo no melhor momento. Ademais, se quiserem, podem vender o material em depósitos que se encontram "fora" do Jardim Icarai, sobretudo quando oferecem um preço melhor.

Os carrinheiros praticamente entregam ao final de cada dia todo material reciclável coletado para que possam se manter e, dessa forma, ficam reféns das necessidades mais imediatas, não conseguem sair desse círculo vicioso e vender sua carga de material por um preço melhor. *"Eu vendo pro depósito mais perto, né ou que paga um pouquinho melhor, né"* (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

A necessidade de vender o produto de imediato, ou ao fim do dia, obriga os carrinheiros a realizarem uma dupla jornada de trabalho, que envolve além da coleta, a separação do material para ser vendido assim que chegam da rua. Por isso mesmo, os próprios carrinheiros valorizam aqueles que conseguem no processo da coleta ir organizando no próprio espaço do carrinho o lixo coletado, pois esse procedimento facilita em muito o trabalho posterior.

⁵¹Os compradores de material reciclável são chamados aqui indistintamente de "atravessadores" ou donos de depósitos, conforme designações adotadas pelos próprios carrinheiros e carroceiros.

Além disso, a maioria desses carrinheiros não possui locais para exercer essa atividade, que é feita em suas próprias residências ou na rua, em frente às suas casas. O final da tarde no Jardim Icarai lembra uma grande feira, onde os carrinhos chegam abarrotados de material, que são colocados na rua para serem separados.

Nesse processo, muitos membros da família participam, envolvendo-se na separação do lixo até sua completa conclusão. Enquanto que os homens e as mulheres⁵² o retiram dos carrinhos e separam as peças maiores e mais pesadas, as crianças desde cedo colaboram separando os materiais mais leves, que são amontoados segundo a ordem de classificação do lixo. Como se pode acompanhar na tabela 3, para cada tipo de material, um determinado valor.

TABELA 3 - CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL RECICLÁVEL SEGUNDO OS CARRINHEIROS E CARROCEIROS

	TIPO DE MATERIAL	VALOR/kg (R\$)
1	Papel branco	0,30
2	Papelão	0,20
3	Plástico fino— pet	0,30
4	Plástico grosso	0,50
5	Alumínio	3,00
6	Cobre	9,00
7	Ferro	0,20
8	Vidro	0,10
9	Garrafa de vinho	0,25
10	Garrafão de vinho	0,50
11	Revistas e jornais	0,10
12	Litro de pinga	0,20

FONTE: Pesquisa de campo, 2006

Por sua vez, os chamados "atravessadores" ou donos de depósitos revendem o material para as empresas de reciclagem. Isto é, o lucro dos carrinheiros fica nas mãos desse agente, que intermedia o negócio com as indústrias de reciclagem de lixo.

⁵²No período da pesquisa não foi possível perceber a proporção existente entre carrinheiros homens e mulheres, muito menos as diferenças em relação às atividades, pois as mulheres trabalham igualmente aos homens, puxando os carrinhos e separando o lixo. Contudo, uma reportagem publicada em periódico local releva que as mulheres representam aproximadamente 59,7% dos envolvidos nessa atividade ("Entidades vão traçar o perfil dos 10 mil carrinheiros de Curitiba". **Gazeta do Povo**, 03 mar. 2007, Paraná, p.3).

O fato dos "atravessadores" possuírem melhores condições econômicas lhes permite, também, negociar o material, inclusive, aguardar o melhor momento para a venda dos materiais que se encontram em melhor cotação no mercado do lixo.

Essa relação do carrinheiro com o "atravessador" ou dono do depósito é baseada na dependência e na exploração. Aqueles que não possuem o carrinho e sequer possuem lugar para morar podem "ficar" no próprio barracão onde é realizada a separação e o depósito do lixo. Assim, se obrigam a utilizar o carrinho do "atravessador" ou do dono do depósito.

Nesse sentido, ficam sujeitos às regras contratuais previamente determinadas, que se estabelecem segundo uma tradição oral e que atendem os interesses dos "atravessadores" ou donos de depósitos. Segundo relatos obtidos na pesquisa, existem carrinheiros que se encontram "marcados" junto a determinados "atravessadores" ou donos de depósitos⁵³. Trata-se de uma situação extrema pela qual nenhum carrinheiro que a tenha vivido, deseja passar novamente, isto é, voltar a viver sob a tutela direta de alguém.

Entretanto, percebeu-se que ninguém gosta de fazer críticas ou de comentar tal situação de sujeição, no sentido de evitar qualquer exposição, já que podem algum dia vir a precisar dos donos de depósitos. Pelo visto, essa relação entre o carrinheiro e "atravessador" ou dono de depósito é norteadada por alguns princípios, revelados nas conversas, dentre os quais se destaca aquele que diz respeito ao cuidado absoluto em não falar mal do "atravessador", mesmo vivendo em situação de total exploração e dependência.

O carroceiro por sua vez, se autodenomina de trabalhador com material reciclável. Ele não é carrinheiro, pois além de utilizar outros instrumentos de trabalho na coleta do material, geralmente tem um local certo para a coleta, previamente combinado. O carroceiro é dono da carroça e do animal e dessa forma consegue

⁵³Foi possível ouvir muitas histórias de carrinheiros que viveram essa experiência de morar com toda família em depósitos durante anos até conseguirem a sua própria moradia.

percorrer maiores distâncias para a coleta. Além disso, consegue com menos esforço físico maiores quantidades e qualidades de material reciclável, o que lhe possibilita um rendimento superior ao dos carrinheiros. Os carroceiros, nesse sentido, levam vantagens sobre os carrinheiros:

Eu saio um'as 7 horas, sete e poucas. Trabaio na recicragem, mas eu num saio durante o dia, porque se de manhã eu sair de cavalo, de carroça aí eu tomo a frente dos outros. Então quem ta indo atrás de mim num pega, porque é muito mais ligeiro, aí a noite num tem carrinheiro, aí eu tenho vantagem. De jeito nenhum. Se tiver uma caixa de papelão e eles oia pra trás e ver um carrinheiro pois eles cata a caixa de papelão e quem vem pra trás sofre. Ele vem a pé, demora mais Eu se tiver passando, quando eu tava saindo, na hora de eu ir pedir pa buscar lavagem pros porco se tivesse um papelão donde eu tivesse passando e o carriheiro tivesse atrás de mim eu num pegava. Ai eu olhava pra trás, olhava prum lado, olhava pro outro, aí eu num via ninguém aí eu pegava. Que daí eu num to tirando serviço nem meu nem dele (trecho retirado da entrevista da dona Sueli, realizada em novembro de 2006).

Ah, é... como é o nome do lugar, lá pro lado de cima do Áurea, do quartel. O lixeiro passa à noite ali. Fica, faz parte do terminal do Carmo, ele dá quase... Eu vou até ali perto da BR e volto. Da BR 116, é. Com a carroça. Eu já voltei à pé. Dependendo do dia, á noite eu vou só. As crianças ficam. É a noite que eu coeto. A cavalo é só a noite. Porque a noite eu num, são duas coisas boas. Uma que eu posso deixar pros carrinheiros catar durante o dia e durante a noite num tem carrinheiro, então num passa na frente dos outros, né. Pra num tirar o trabalho dos outros (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, realizada em setembro de 2006).

O fato de conseguir coletar uma maior quantidade de material e com melhor qualidade tem suas implicações para o carroceiro, relacionadas com as exigências dos compradores. Para isso, é necessário proceder com determinadas exigências que envolvem certos cuidados com material, que vai desde a separação e limpeza até o seu empacotamento.

O material é disposto em diversos fardos de acordo com a sua classificação, pois os materiais impropriamente trabalhados recebem um preço menor. Assim, montam nas suas residências uma espécie de oficina, dotada de determinados equipamentos, criados pelos próprios carroceiros e que servem para depositar, guardar e separar o material reciclável.

As condições de trabalho do carroceiro, diferentemente do carrinheiro, lhes permite ter um maior controle sobre o seu estoque de material reciclável; ele então, consegue definir a forma e a periodicidade da venda, possibilitando um rendimento maior e de uma só vez. O fato de poder aguardar lhe dá condições de organizar de certa forma a sua despesa doméstica.

...é eu posso, vou controlando, né. Aí se faltar alguma coisa o que que eu posso tirar pra vender no dia, eu vendo. Eu tiro alumínio daí vendo aí compro o que ta precisando. E vou juntando. É de u'a vez só. E é mais assim, já fica, fica, como que eu vou dizer, eu posso pagar a minha conta, eu posso... eu pego o dinheiro e já sei o que dá pra fazer, né. É. Se pegar o dinheiro picadinho num dá pra fazer nada.. Num dá pra nada. Bastante. Que eu quando eu junto por mês, Só que vai eu e meu menino, eu faço 500, 400 pouco. Só que nos vamos em dois que é esse meu menino e eu. Então é carga pra dois. Aí sai o caminhão, sai até dois caminhão. É. O caminhão vai buscar lá. É o meu menino que agenda pra mim, né. Daí caminhão vem de lá do ferro velho Guilherme. Aí eu vendo pra ele. Tem. É melhor. Porque se eu for vender todo os dias, hoje eu chego lá com u'a carga desse tamanim, dá mais do que aquela carga que carregou... (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006).

Associada aos carrinheiros e carroceiros, há a "indústria" de carroças e os comerciantes de cavalos. Eles têm sua importância nessa rede, pois contribuem fornecendo os instrumentos de trabalho que são utilizados no processo de coleta. Chama atenção o número de comerciantes de cavalos no próprio Jardim Icarai, que segundo os moradores, vêm aumentando nos últimos anos. É possível observar inclusive, o aumento do número de cavalos na cidade de Curitiba, que pode ser constatado no aumento do número de carroceiros que circulam pelas ruas, bem como na quantidade de animais que pode ser vista em algumas áreas verdes⁵⁴.

A convivência de formas modernas e tradicionais, como observado em Curitiba, no aumento da quantidade de cavalos circulando pelas ruas juntamente com carros de última geração, revela o que Santos chama de adaptações dos imperativos

⁵⁴Quem se dirige ao centro da cidade de Curitiba pela avenida das Torres pode observar nas proximidades da "Vila das Torres" (anteriormente chamada de "Vila Pinto"), os cavalos que ali ficam, às margens do rio Belém ou sobre o canteiro verde da avenida.

da modernização globalizadora, que a cidade "reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa, autorizando comportamentos econômicos diversos" (SANTOS, 1999. p.243).

A cidade comporta uma multiplicidade de atores, projetos, e assim pode ser compreendida conforme Arroyo (2006, p.82) como o lugar onde ocorre a produção e reprodução da vida social, do ser humano em todas as suas dimensões. Além disso cidade mais do que qualquer outro lugar, possibilita a coexistência das diferenças, abrigo uma variedade de organizações, de fluxos, de redes e de projetos (ARROYO, 2006, p.82).

Nesta perspectiva é que se pode compreender a razão da convivência de formas tão distantes e diferentes do ponto de vista da evolução das tecnologias e do trabalho, no espaço urbano, onde objetos técnicos mais modernos encontram-se lado a lado com os cavalos, carroceiros e carrinheiros do Jardim Icaraí.

Os cavalos comercializados são cuidados ali mesmo no Jardim Icaraí, como se pode conferir no mapa 2; geralmente ficam nas ruas e pequenas áreas verdes, dando uma sensação de que se está na zona rural.

O trabalho e a vida dos carrinheiros e carroceiros de material reciclável é um intrincado labirinto de estreitos e permanentes contatos com o lixo. Suas vidas são marcadas por longas jornadas, que não se encerram com a atividade de coleta, pois vivem o tempo todo em contato com o lixo, seja porque este é depositado na sua própria casa, seja porque a sua própria casa foi construída por meio desse lixo, seja porque toda sua reprodução depende quase que exclusivamente dessa atividade.

Paradoxalmente para as famílias do Jardim Icaraí, o lixo é vida. Elas descobriram no lixo, uma forma de superação, em princípio, de suas carências materiais, sendo que isso permitiu a construção de outras sociabilidades necessárias para se situar no mundo urbano tão adverso, que lhes retira a todo momento o direito de usufruir da própria cidade. Elas vivem a cidade pelo avesso, ou seja, à margem do consumo da cidade devido à sua própria condição social. Em outras palavras, o

material impróprio na reprodução e expansão da cidade é apropriado pelas mãos dos carrinheiros e carroceiros, ganhando um novo significado.

É nesse processo que os carrinheiros e carroceiros se refazem e se transformam, na medida em que submetidos às mais aviltantes condições de trabalho e vida, imprimem significado ao que fazem e encontram motivos para continuar na rua. *"Eu gosto. Eu acho que se fosse pra mim largar agora, eu inda ia pensar trezentas vezes. Acostuma, distrai. Você conhece gente, tem gente boa, tem gente ruim. Você consegue ver muita coisa. Conhece a cidade, rua a rua"* (trecho retirado da entrevista na Joana, realizada em novembro de 2006).

4.4 OS PACTOS DE SILÊNCIO – SOB O SIGNO DA VIOLÊNCIA

*Ah, tudo normal, pra gente... Só que a gente fica de boca fechada, **vê as coisa faz de conta que num viu**, né, desde que eles num incomodem a gente, deixe que rola* (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006). [grifo nosso]

*A polícia ronda, mas é que é aquele problema. Tem aquele ditado: **ou cale-se ou morre**. Aí Você não vê, senão vão atirando. Porque se abrir a boca é horrível. Tem que ficar quieto* (trecho retirado da entrevista do Sr. Antonio, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]

***Se ficar quietim** aí eles respeita, num mexe* (trecho retirado da entrevista do Sr Néri, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]

No Jardim Icaraí, onde as condições de moradia e de trabalho são constantemente colocadas à prova, representa para os moradores uma grande capacidade de reinvenção das condições materiais e simbólicas para que possam lidar com as forças adversas que se encontram tanto no plano interno como no externo, quando estão realizando a coleta do lixo. Aqui adaptando as palavras de Santos "Trata-se para eles da busca de um futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todo tipo de consumo, consumo material e imaterial" (SANTOS, 1999, p.280).

Importa enfatizar mais uma vez que a coleta é um desafio, que submete os carrinheiros e carroceiros a toda sorte, pois realizam uma atividade que não lhes dá nenhuma garantia de que vão obter os resultados que necessitam, ou mesmo de retornar para suas casas ao final da extensa jornada de trabalho. Ou melhor, a única garantia que possuem é a de estarem vivos.

Conforme depoimentos dos carrinheiros, na realização da coleta do material reciclável, sofrem todo tipo de preconceitos e discriminações, pois a população de um modo geral os olha com desconfiança e medo, receando qualquer tipo de contato, como se fossem doentes, passíveis de contaminar as demais pessoas. A situação acima mencionada se configura como explicitação da violência, pois conforme Pedrazzini "ser indiferente ao próximo miserável é uma violência simbólica praticada por milhões de seres humanos" (PEDRAZZINI, 2006, p.73).

Manter a distância dos carrinheiros e carroceiros é a regra; além disso, uma forma de hostilidade e de ignorá-los. A sua invisibilidade é quebrada em alguns momentos, sobretudo quando aparecem como problema, atrapalhando o fluxo de veículos que transitam pelas ruas e avenidas quase sem se importar com esses sujeitos, que mais se assemelham a mendigos. Visto por esse ângulo, perdem a condição de sujeitos e se transformam em coisas que impedem o fluxo normal dos veículos. Nesse sentido, diferentemente de outras interpretações, incomoda à população a publicização dessa pobreza.

A situação mencionada anteriormente representa uma face da violência vivida na realização da coleta, que se expressa cotidianamente na rua, embora no lugar de moradia também se manifeste sobre outros contornos, que podem ser percebidos segundo as diferentes formas de olhar.

Para um observador de "fora", que não compartilha do lugar, da mesma história, a violência no Jardim Icarai se constitui num problema relacionado à própria existência, embora isso não possa ser dito dos moradores, que vivem essa violência de forma diferenciada.

No Jardim Icaraí, observou-se uma face da violência, cuja dimensão não se tinha no início da pesquisa. Presumia-se que havia um grau de violência pela própria constituição do lugar, mas não se imaginava a forma, os métodos e a frequência de ocorrência dos episódios violentos. Tal violência expressa uma face bastante ostensiva, sobretudo porque se dá com a presença de um grupo ou de grupos fortemente armados, que controlam as entradas do Jardim Icaraí ditando as regras de convivência e impondo uma ordem, que é obedecida por todos indistintamente, se não quiserem criar "problemas". Contudo, essa situação de violência acompanha a história do Jardim Icaraí, não obstante se possa construir uma certa linha demarcatória capaz de identificar o seu começo.

No início da ocupação, quando os moradores ainda eram poucos, apesar de todas as dificuldades relativas à precariedade da área e da falta de condições mínimas para se instalarem, "era tudo muito tranquilo", segundo os moradores.

Os vizinhos, embora poucos, se ajudavam, compartilhando as dificuldades e as soluções que se colocavam naquele primeiro momento. As dificuldades eram amenizadas pela solidariedade entre os moradores. As questões de violência e da própria segurança não se colocavam como problemas, apesar da fragilidade das casas, que eram construídas de papelão ou maderite, muitas vezes, "sem porta" ou janelas. Os moradores saíam "tranquilos" para trabalhar porque tinham certeza que, ao retornar, seus pertences estariam como haviam deixado.

4.4.1 A Violência

A situação de tranquilidade no Jardim Icaraí foi sendo substituída por intranquilidade, medo e insegurança devido a brigas e desavenças que começavam a surgir, acompanhando o grande número de famílias que chegavam à área.

A impossibilidade de se ter um "controle" sobre a ocupação trouxe uma enorme quantidade de pessoas para o local. Ocorreu que, juntamente com as famílias que de fato precisavam de um lugar para morar, veio todo "tipo de gente",

inclusive aquelas que tinham interesse em algum tipo de proveito da situação, sobretudo em função da área se encontrar próximo tanto a São José dos Pinhais quanto a Curitiba, sendo, assim, estrategicamente bem localizada. Escolhiam os terrenos não para morar, mas para poder vendê-los posteriormente.

E depois é que foram começando a vender e foram entrando outras pessoas... É, daí tem aqueles mais apressadinhos pegavam bastante terreno, que chegava 4 a 5 lotes e depois, e daí chegava, quer comprar terreno? Quero, quero, pronto. Já iam vendendo, mais esperto, iam vendendo. É. E foram vendendo pra aqueles que iam chegando (trecho retirado da entrevista do Sr Neri, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]

O fato de muitas pessoas chegarem com esse intuito de se apossar do terreno para comercializá-lo, desencadeou muitas situações de conflito. Em muitas circunstâncias, os lotes eram tomados à força dos primeiros ocupantes, com o objetivo de negociá-los. O uso da força bruta originou situações de extrema violência, conforme descrição de dona Joana, tida como uma das primeiras moradoras da ocupação:

Porque eu quando eu mudei no Icaraí era difícil, difícil por que tinha gente que tacava fogo na casa das pessoas. Um... já tá até morto esse homem, um tal de ... porque ele bebia, ficava... andava de cavalo, tacava fogo na casa das pessoas, tocava as pessoas do terreno, que era um terreno dele que num sei o que... Num era. Era das pessoas e as pessoas corria com as famílias, né e ele tomava posse e vendia. E daí veio uma pessoa a mais do que ele, um senhor muito evangélico, crente, ele invadiu a casa dessa pessoa, só tava as crianças, fez o que quis. Quando essa pessoa voltou, saiu de si, pegou ele e matou a pedrada. Matou esse homem a pedrada, daí ficou um bom tempo calmo (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006).

Nesse período, o Jardim Icaraí era considerado, como afirmam os moradores, como "terra de ninguém", onde imperava a "lei do mais forte", do "mais valente", que utilizando da força, ameaçava todo aquele que se opunha aos seus interesses pessoais. O contexto era propício para a explosão deste tipo de violência, na medida em que não havia naquele momento, um sentimento de união entre os diversos ocupantes, que pudesse de alguma forma dar coesão e fortalecimento ao grupo, no sentido de tentar impedir a ação de indivíduos alheios às necessidades dos próprios ocupantes.

Nas entrevistas, foi possível observar que esse primeiro período foi bastante tumultuado em função da quantidade de pessoas, inclusive, como expresso no depoimento de dona Isabel, "muitas pessoas que se utilizavam de má fé para tumultuar a vida". A extrema fragilidade em que se encontravam os moradores no início da ocupação favoreceu o surgimento desse tipo de violência.

Diante da absoluta insegurança das famílias e dos crimes que ocorriam à época, os problemas eram resolvidos pelos próprios moradores, que no desespero de conseguir permanecer no local e de manter a sua integridade física, lançavam mão de uma justiça que se exercia no âmbito privado. Os métodos dessa ação eram sentidos imediatamente e se colocavam como uma espécie de aviso àqueles que poderiam se atrever a uma nova ação⁵⁵, como as que vinham ocorrendo no Jardim Icaraí.

Os relatos dão conta de que os moradores se viram obrigados a reagir de forma exemplar com intuito de acabar com essa situação de violência, desenhada pela posse dos terrenos. Somente após um conflito grave, envolvendo alguns moradores, é que se pôs fim a esse processo.

A gravidade do episódio marcou a trégua na escalada da violência, na medida em que inibiu a ação daqueles que vinham para tomar o terreno dos outros: *"Num apareceu mais gente valente ali. Num apareceu, cada um aprendeu a defender o que seu, da sua maneira. Mas graças a Deus a gente ali nunca precisou usar da violência."* (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006).

A tensão que caracterizou os primeiros momentos do Jardim Icaraí estava relacionada à possibilidade concreta de apropriação de terrenos urbanos para fins meramente de especulação imobiliária. Esses eventos têm sido interpretados pelo poder público e pela população de um modo geral de forma equivocada como "indústria

⁵⁵Os modelos coercitivos que ocorrem alternativamente ao direito vêm sendo designados como de pluralismo jurídico. A propósito, a respeito dessa leitura de pluralismo, consultar Santos (1988, p.64-78).

das ocupações", sendo que é importante pontuar os diferentes interesses que se encontram em jogo. É claro que existem aproveitadores da situação, mas não se pode generalizar e simplificar o significado das ocupações urbanas atribuindo à especulação imobiliária a sua força.

Na verdade, as ocupações urbanas constituem-se num processo de expansão da cidade e esse processo tem sido compreendido como resultado da violência da urbanização, isto é, a própria urbanização é violenta pois fragmenta o território, produzindo a segregação e a exclusão Pedrazzini (2006, p.93).

Para esse autor, a "favela" seria o maior exemplo e a eterna vítima territorial da urbanização, pois a sua interpretação tem se dado a partir de sua própria existência social, às vezes, mal interpretadas, pois construídas para dar conta desse processo de marginalização (WACQUANT, 2001, p.93-107). Os estudos sobre a "favela" abstraem-se do dado empírico e de uma compreensão baseada nas reais condições de existência desses fragmentos urbanos, por isso, se constrói uma outra realidade social, resultando numa interpretação equivocada ou distorcida.

Ademais, não custa lembrar que no período inicial da ocupação, a situação de fato se apresentava propícia para essas práticas de conseguir lucrar a qualquer custo, mesmo que isso implicasse num conflito envolvendo vidas humanas.

Quando a ocupação se "consolidou", a violência passou a existir de outra forma, com outras características, o que foi sendo percebido ao longo da pesquisa. Quem agora detém o poder da violência no Jardim Icarai são alguns jovens do próprio lugar, que se organizam em torno de um grupo ou de grupos, fortemente armados, e vêm impondo um regime de obediência aos moradores através de regras arbitrariamente ditadas, nem sempre explicitadas.

É importante frisar que a situação aqui descrita não é particularidade do Jardim Icarai, mas pode ser encontrada nas grandes cidades brasileiras, onde houve uma transformação do crime, que sofreu um processo de "modernização", implementando "novas estratégias" de ação e atuação, situadas para além das previsões legais e, por isso mesmo, às vezes, passíveis de serem punidas; estudos mais

recentes têm focalizado a problemática "da modernização da violência", procurando compreender essa nova face do crime.

4.4.2 Uma "Nova" Face da Violência

Essa outra forma de violência pode se constituir numa outra etapa, diante das particularidades que se colocam no momento e, sobretudo, das fragilidades que continuam existindo, as quais não foram sanadas, mesmo com a "consolidação" da ocupação.

O sentido aqui atribuído ao termo consolidação é relativo ao fato de que a maioria dos ocupantes já se estabeleceu, construindo suas casas e as condições para continuar vivendo no lugar e, nesse sentido, não está relacionada a nenhum tipo de intervenção do Poder Público Municipal.

O Poder Público continua "ausente", e esse fato contribui com a situação de extrema fragilidade vivida pelas famílias, conforme apontado no depoimento a seguir.

*Há nove anos. Tou cum nove anos. **Tem nove anos de luta aqui e nois viemo de promessa e nada cumprido.** Desde o começo entra prefeito e sai prefeito vem falando que vão fazer as coisas e num fazem nada. Tem inclusive o Beto Richa foi um no comício dele, que ele ia andar cum a gente nas invasão, ia fazer o que precisasse inté hoje ele num pisou aqui. Fez comício ali, ali do lado do Alvorada ali. Prometeu. Ele ia ser um prefeito que ia andar cum a gente nas invasão pra ver o que o povo precisava, mas só que é só conversa aqui. Até hoje ele nunca passou aqui. Pode ter passado de avião por cima. Mas aqui mermo... Num tem é cumo a gente dizer esse político aqui veio vê cumo o que que nois precisamos. Num veio político nenhum (trecho retirado da entrevista do Sr. Ambrosio, realizada em agosto de 2006). [grifo nosso]*

O Jardim Icaraí, com exceção da água fornecida pela SANEPAR, não conta com nenhum tipo de serviço público. As políticas sociais chegam aos bairros próximos, inclusive a ocupações vizinhas (como por exemplo, a do Jardim Alvorada e a do Jardim União), mas não se estendem ao Jardim Icaraí, fazendo com que seus moradores se dirijam a esses locais para obter alguns serviços.

Acredita-se que os serviços não são oferecidos no local em função de um processo de "regularização fundiária", que vai implicar no que se denomina de "remoção" ou no "reassentamento" de parte dos moradores do Jardim Icarai para outro local.

O vazio deixado pelo Estado vem permitindo a disseminação de outras práticas circunscritas a outras formas de poder e de controle sobre o Jardim Icarai. Neste sentido, vive-se ali uma sociabilidade violenta, que emerge e se origina em resposta aos problemas demandados e não sanados e que se explicita no cotidiano dos moradores.

As normas e as regras de convivência, conforme visto, advêm dos arranjos estabelecidos entre todos os moradores que se encontram situados nos estreitos limites das possibilidades de diálogo. Contudo, o diálogo não se efetiva quando somente um lado dita o que pode e o que não pode ser feito, em se tratando de comportamentos relativos à segurança, sobretudo se esse comportamento pode colocar em questão a mobilidade e a garantia das atividades desse mesmo grupo que dita as regras.

Os moradores, independentemente de sua vontade, são obrigados a manter esse pacto.

*O que eles querem, né. Porque o meu genro um dia falou com eles, disse: eu vou apagar a luz e ficar no escuro, depois entra o ladrão aqui? E eles: Não. **Você pode ficar tranquilo que ninguém vai mexer aqui no seu terreno, que nós vamos cuidar, mas deixa escuro.** A gente tem que obedecer, né. Aqui teve um tempo, que era aqui na frente um negócio, eles vinha fazer festa com a gente iam pedir pra comer, pedir pão, bolacha, então a gente tem que dar, nem que seja o último que a gente tem em casa a gente entrega pra eles, né pra eles não agarrar raiva da gente (trecho retirado da entrevista da dona Sueli, realizada em novembro de 2006). [grifo nosso]*

É interessante observar que o cotidiano das famílias do Jardim Icarai é regido por situações de superação constante, incluindo a superação do medo, já que se convive com ele diariamente. O Jardim Icarai como um todo é constantemente monitorado.

Então, tem-se muito cuidado e cautela, manifestados sobre a forma de desconfiança, bem como de um certo distanciamento de tudo aquilo que não se conhece bem, pois qualquer tipo descuido pode colocar em risco a frágil segurança em que vivem.

Nesse sentido, é possível afirmar que a cautela é uma regra de convivência, embora não explicitada enquanto tal. Trata-se de um princípio orientador de todas as práticas cotidianas e que se encontra incorporada nas vidas dessas famílias.

Assim, todos os moradores indistintamente sabem o que ocorre e de que se trata. Eles vêem, acompanham a movimentação dos jovens em plena luz do dia, que ostensivamente circulam exibindo suas armas⁵⁶, como forma de demonstrar o seu poder: *"Mesmo que durante o dia eu estou com a porta aberta e eu vejo alguns meninos que num conheço, passar com a arma na mão..."* (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006).

Cenas como essa são comuns e fazem parte do dia-a-dia dos moradores do Jardim Icarai, pois é esse grupo ou grupos que circulam armados que detêm o controle do espaço. Eles têm o território todo esquadrinhado e assim podem acompanhar a circulação das pessoas: *"Eles tem tudo controlado. Eles sabem quem entrar ali, que num entra ali, quem sai, eles tem tudo controlado"* (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006).

No contexto do Jardim Icarai há determinadas ruas onde os moradores se orientam com muito mais cautela, as quais são denominadas de "ruas mais barulhentas", num indicativo que ali ocorrem com muito mais frequência situações, que não foram descritas no contexto deste trabalho. Apesar de ficarem prioritariamente nessas ruas

⁵⁶Na época da pesquisa se pôde presenciar essa face da violência. Durante a realização de entrevista no interior de uma residência, foi possível ver num local da rua, dois rapazes, ainda jovens, fortemente armados andando de um lado para o outro da rua, como se estivessem vigiando alguma coisa. Tal cena assustadora foi tratada com certa "naturalidade" pelas pessoas da casa, que nos instruíram para esperar um tempo para a dispersão dos jovens daquele local, após o que, poderíamos deixar a residência. Observou-se que essa naturalidade é relativa, pois os moradores já sabem como lidar com essas situações que lhes são apresentadas. Apesar dessa tranquilidade, notou-se uma certa apreensão, resultando na redução do tom da voz, e na solicitação de que não olhássemos em direção às pessoas.

quando necessitam resolver "problemas pendentes", não escolhem a rua e se misturam com os demais moradores e esses por sua vez já sabem que atitude tomar.

Todo mundo corre, apaga as luzes e fecha as casas, né fica quietinho. Que é a primeira coisa que eles pedem apagar as luzes, né as luzes. Apaga as luz, apaga as luz. Porque é mais fácil pra eles se esconder dos inimigos, né. Então na hora que sai o tiroteio todo mundo já apaga tudo a rua já fica a no escuro tudo. Só que a gente tem que colaborar com eles, que daí eles num incomoda a gente. Agora se deixa a luz acesa, faz o contrário do que eles pede, aí eles vai incomodar (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006).

O fato desse(s) grupo(s) exercerem um controle sobre o Jardim Icaraí, evidencia um interesse sobre algo a zelar e, nesse sentido, tentam afastar outros grupos que tenham o mesmo perfil e que possam de alguma forma interferir nas suas ações.

A evidência de que esse(s) grupo(s), tenham o controle mantido dentro dos contornos do Jardim Icaraí, não significa que a sua ação também esteja circunscrita apenas ao Jardim Icaraí. Como são jovens e pelo fato de andarem transportando armas de última geração, na perspectiva dos moradores, como relatado pelos entrevistados, indica que esse(s) grupo(s) mantenham ligações com outros grupos mais poderosos ou façam parte de alguma rede relacionada ao crime organizado.

Vale ressaltar que a reflexão acerca do problema da violência, se fez necessária em função deste tema ter aparecido de forma recorrente durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, o problema da violência no Jardim Icaraí é um elemento importante para se compreender a construção do lugar, que se encontra ligado às relações sociais criadas e estabelecidas, daí a necessidade de abordar tal tema. Contudo, o estudo realizado limitou-se aos aspectos observados durante a pesquisa de campo e as entrevistas, pois não se tinha pretensão de realizar um estudo minucioso do tema, já que não era objetivo desta tese. O tema da violência aparece como uma variável para a compreensão do Jardim Icaraí enquanto lugar.

A presença desse(s) grupo(s) no interior do Jardim Icaraí, aliada aos limites físicos que definem esse espaço, contribui para que se encontre em situação de maior isolamento, o que de certa forma reforça os estigmas tão característicos de

lugares como esses. A "linha do trem" é um demarcador de limite do Jardim Icaraí, e se constitui numa espécie de metáfora para indicar as diferenças entre os lugares na cidade, que se colocam de forma antagônica.

O "outro lado da linha" para quem não mora no Jardim Icaraí é sinônimo de um lugar perigoso, que se faz necessário evitar, inclusive aquelas pessoas que já moraram ali e que atualmente moram em uma ocupação vizinha - o Jardim Alvorada, cuja situação é semelhante à do Jardim Icaraí.

A frequência com que os moradores do Jardim Alvorada se dirigem ao Jardim Icaraí e as estreitas relações que estabelecem entre si não diminui o despreço ao lugar. Situação que faz lembrar os "Estabelecidos e os Outsiders" de Norbert Elias (2000) e conduz a uma reflexão necessária, numa tentativa de compreender o Jardim Icaraí. Não se trata simplesmente de discutir o problema da estigmatização social, mas de tentar perceber como se constroem esses posicionamentos, que podem, nesse caso, ser percebidos por contraste.

Enquanto no Jardim Icaraí há uma total ausência de serviços públicos e equipamentos urbanos, deduz-se que seja pelo fato de estar na iminência de serem removidos, as ocupações vizinhas encontram-se em situação diferenciada, já que contam com alguns serviços e equipamentos e em processo de "regularização fundiária". Tal situação lhes confere uma melhor condição de exercício do poder e o poder é um fator importante na eficácia da estigmatização de um grupo pelo outro (ELIAS, 2000, p.23), sendo que essa sensação pode importar num sinal de superioridade humana (p.28).

É importante ressaltar que essa forma de poder é exercitada em situações concretas, na medida em que os moradores do Jardim Icaraí "dependem" em muitos aspectos dos outros lugares, em função da ausência do Poder Público Municipal.

Essa "dependência" se apresenta em situações aparentemente sem muita importância, como por exemplo, dar o endereço de algum morador do outro bairro para que possa receber as suas correspondências, já que todas as ruas do Jardim

Icaraí não são cadastradas e por isso mesmo não possuem nome e muito menos CEP, impossibilitando qualquer tipo de contato formal.

Aliás, antes de realizar a pesquisa de campo, foi possível perceber que para os "mapas oficiais", o Jardim Icaraí sequer existia. A sua existência se condicionou à elaboração do "Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente" que, contraditoriamente, planeja relocá-los.

O "outro lado da linha" abriga um conjunto de questões que reforçam os estigmas sociais atribuídos ao Jardim Icaraí; entretanto, o elemento mais contundente é o da violência, sobretudo para quem olha de "fora", a partir dos episódios que são relatados pelos moradores e de quem julga "conhecer" a área.

O "outro lado da linha" onde a violência aparece como um forte elemento que constitui o lugar pode ser compreendido como resultante da desestruturação urbana em que a violência do grupo ou grupos de jovens ali residentes manifesta-se como "uma 'forma de relação extrema' com um *mundo em permanente estado de urgência* (grifo do autor). Imersos na violência 'total' de uma favela 'globalizada', pela violência da urbanização, os indivíduos são estimulados a reagir de modo violento" (PEDRAZZINI, 2006, p.75)

Os dados obtidos na pesquisa não permitem afirmar com certeza que essa violência seja ostensiva para os moradores a ponto de tomarem atitudes drásticas como forma de impedi-la. Mais importante do que explicar esse tipo de violência que se explicita cotidianamente, é buscar compreender a relação que se estabelece entre as famílias com todo o contexto do Jardim Icaraí, sobretudo porque são as próprias famílias que afirmam preferir ainda, a convivência com esse "tipo de violência" do que a da própria polícia. Esse fato sinaliza que as famílias têm um certo "controle" da situação, incluindo as regras previamente definidas que não se encontram escritas, formalizadas, mas simplesmente ditas.

Nesse sentido, esse(s) grupo(s) cobre(m) uma espécie de "lacuna" deixada pelo Estado. Eles acabam por fazer a segurança do Jardim Icaraí, pois o "problema deles" é com os seus adversários e não com os moradores. Na verdade

Os meninos são gente assim pra gente, eles jamais vão ter corage de fazer alguma coisa pra gente, entende? Eles, eles tem assim os problemas deles, pra lá, né. Eles tem a vida deles, com eles, né. Entre eles. Só que com a gente, tranquilo. Eles jamais vão entrar aqui, vão roubar uma televisão que a gente trabalhou pra comprar. Eles sabem. Se alguém tirar dali eles fazem devolver. Se for dali e vim tirar eles fazem devolver. E se vim de fora buscar eles num deixam sair (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006). [grifo nosso]

Esse paradoxo aqui explicitado evidencia alguns elementos que devem ser considerados. Não se pode negar a existência da violência, inclusive vivenciada no período da pesquisa, mas é necessário cautela ao se fazer certas análises, sobretudo porque o tempo de convivência foi relativamente curto em se tratando desse tipo de observação. A esse respeito é importante também observar que as condições em que se deu a pesquisa é uma situação "fluída" e de difícil apreensão, já que foi possível observar que as relações são dinâmicas e se alteram, em consonância com as regras estabelecidas.

A relação dos moradores entre si, inclusive as pessoas do(s) grupo(s), que são identificados pelos próprios moradores como "meninos", é bastante nebulosa porque não se tem elementos suficientes que esclareçam se esse "pacto de silêncio" é imposto ou produto de conveniências.

Chama atenção essa designação utilizada para se referir aos componentes desse(s) grupo(s), que implica no desvio do olhar. Tratá-los como "os meninos" revela mais do que a idade, por serem de fato indivíduos muito jovens, mas, principalmente um certo grau de "intimidade", no sentido de que são membros do Jardim Icarai.

A maioria desses "meninos" de acordo com depoimentos dos entrevistados, cresceram ali, alguns dentre eles são filhos de vizinhos e conhecidos e por isso não se tratam de jovens estranhos ao lugar, inclusive se percebe um certo cuidado e autoridade dos adultos ao se referir a esses "meninos"⁵⁷.

⁵⁷Nesse processo, foi possível constatar que determinados adultos têm um papel importante, sobretudo para aquelas famílias que se encontram destituídas da autoridade paterna. Eles adentram nos locais que são tidos como "proibidos" para buscar "os meninos" e devolvê-los às suas casas.

Meu marido sempre buscou as crianças quando a mãe tava desesperada, chegava pra e dizia, chamavam ele de ... Dizia: ... meu filho ta envolvido com tal coisa, socorro, busca, porque eu num posso ir lá, né, porque vão me matar. Aí ... levantava de madrugada, sempre tinha um carriim veio, e se tacava no meio da e trazia o menino, ou pela orelhas, ou pelo braço ou até pelas costas.... (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006).

Esse é um aspecto importante a ser considerado nesse contexto de violência, pois os moradores ao declararem "preferir" a violência desses meninos do que a da polícia, dá sinais de que a presença do Estado por meio dos aparatos policiais, não é a forma adequada de resolução dos problemas, além de imprimir medo e insegurança. É um Estado de caráter punitivo, o que leva os moradores a expressar confiança nos "meninos". *"Eu num tinha medo deles, porque eles jamais fariam alguma coisa comigo. Porque de fato o meu marido conhece todos eles de desde pequenos"* (trecho retirado da entrevista da dona Isabel, realizada em julho de 2006).

Ao se referir à situação em que se encontram esses "meninos", os moradores falam com uma certa tristeza e preocupação a respeito do futuro desses jovens porque sem oportunidades e perspectivas de trabalho e de estudo, tornam-se "presas fáceis" e são cooptados pelo mundo do crime:

Fico, fico desempregado. É o culpado de ta dando tanto banditismo é esse desemprego... farta de trabaio, farta de ocupação. Às vez a gente vê da boca dos próprio rapais que aí de dezessete dezoito anos chegar e dizer: e daí num querem que você fale em bandido, se a gente vai caçar serviço e num tem, é. Então esse é que é o grande problema (trecho retirado da entrevista do Sr. Ambrósio, realizada em julho de 2006).

Os relatos do Sr. Ambrósio mostram de que forma ele compreende a situação de violência vivenciada por todos, e de que ela nasce em outro lugar. Ele consegue perceber que esses problemas e a sua solução não dependem unicamente do esforço pessoal.

A sua leitura permite perceber a inter-relação do que ocorre no Jardim Icarai com contextos mais globais, ultrapassando uma visão reducionista que tenta explicar

a violência como problema localizado e moral e, nesse sentido, se aproxima das discussões teóricas sobre o tema.

A origem desse tipo de violência é resultado de um processo, que se encontra relacionado à modernização da economia (WACQUANT, 2001, p.184-185), aliado à omissão do Estado em políticas efetivas que possam dar condições às pessoas de poderem decidir sobre as suas próprias vidas.

Diante da omissão do Estado e da exacerbação da violência alcançando outros espaços da cidade, a presença do Estado se faz sob a forma de criminalizar a miséria (WACQUANT, 2003), numa tentativa de retirar do convívio social todo aquele que representa algum tipo de ameaça à ordem estabelecida. Essa "nova política" que se define pelo confinamento das pessoas tidas como "perigosas", dá-se pelo encarceramento e por uma forma mais sutil, mas tão perversa quanto a primeira, que é a produção de espaços urbanos residuais, que procuram manter as pessoas isoladas.

Nesses lugares periféricos de total abandono, a presença do Estado tem se dado prioritariamente através dos aparatos policiais repressivos: *"Aconteceu qualquer coisa ferve de policial. A RONE (Ronda Ostensiva de Natureza Especial), vem 5, 6, 7 carro da RONE, policial militar, aí fica tudo cheio. Aí duas, três noites eles andam tudo aqui, rondando"* (trecho retirado da entrevista da dona Joana, realizada em novembro de 2006), o que faz com que os moradores sintam medo e insegurança diante da presença da polícia, que trata de forma indiscriminada qualquer morador pelo fato de ser do Jardim Icarai, o que em si mesmo, já é um fator de incriminação, o que *"Apavora, né. Apavora mais, **que a pessoa num sabe quando pode sair, quando pode chegar. Então apavora mais. Tem segurança de um jeito e insegurança de outro.**"* (trecho retirado da entrevista da dona Telma, realizada em outubro de 2006). [grifo nosso]

A reflexão acerca da violência aqui desenvolvida fornece alguns elementos para a compreensão de que os moradores residentes nesses territórios tidos como "marginais" não são mais violentos do que os moradores de outros bairros da

cidade; o que ocorre é que por uma série de carências não atendidas encontram-se mais expostos a todo tipo de violência.

Assim, buscam contrabalançar esse nível de exposição utilizando-se de diversos mecanismos, inclusive ilegais e violentos que reforçam a imagem negativa que já se tem deles (PEDRAZZINI, 2006, p.101), sendo que por isso mesmo, o olhar de "fora" tem que ser cuidadoso e precavido pois os problemas que aparecem de forma localizada têm suas articulações que são mais amplas e profundas, inclusive relacionadas ao processo de urbanização. A urbanização, segundo Pedrazzini (2006), produz a violência na medida em que fragmenta o espaço, criando territórios de inclusão e exclusão.

Nesse sentido, o fato da urbanização ser um processo intimamente relacionado a determinados interesses econômicos, faz com que os instrumentos urbanísticos estejam a serviço da efetivação desses interesses, fazendo com que a população pobre seja um detalhe menor dos projetos. Os projetos traçados para o Jardim Icarai bem revelam essa dimensão, motivo pelo qual se dará continuidade a essa reflexão no capítulo seguinte, que tem como objetivo explicitar os diferentes posicionamentos frente às políticas urbanas pensadas para aquele espaço. As políticas de intervenção para o Jardim Icarai encontram-se em dissonância com o que pensam as famílias acerca do lugar, pois implicam em formas e conteúdos diferentes.

CAPÍTULO 5

OS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM FACE DA AÇÃO DIRETA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

*Tudo se ativa quando se acumulam as
contradições.*

(BACHELARD, 2000, p.56)

É freqüente nas cidades brasileiras a existência de conflitos sociais decorrentes da ocupação ilegal das áreas de proteção ambiental⁵⁸. O discurso ambiental tem justificado suas ações a partir de um fato que tem se colocado como "natural", a força descomunal da cidade, que se expande à sua "revelia", acabando por engolir a natureza.

Nessa "luta contra a cidade" é que se inscrevem as políticas públicas urbanas de ordenamento territorial que objetivam proteger as "áreas naturais", no intuito de assegurar uma melhor "qualidade de vida" na cidade, inclusive para as gerações futuras. É importante salientar, que essa visão do conflito sócio-ambiental aparta a sociedade da natureza, como afirma Floriani (2004, p.44), os debates sobre o conflito derivados das questões ambientais tem servido para perpetuar o dualismo entre o homem e a natureza. Dessa forma, a noção de conflito se resume é idéia de usos e exploração dos recursos naturais.

Assim, é em função da sobreposição de usos e de percepções diferentes e até opostas, em um mesmo território, que se estabelecem as zonas de tensão configurando o que se denomina como conflitos sócio-ambientais. Os conflitos sócio-ambientais seriam, então, resultados de uma disputa intensa envolvendo diferentes agentes pela ocupação e uso de determinados espaços e recursos, que se encontram protegidos pelo Poder Público.

⁵⁸A propósito, ver o episódio envolvendo o processo de reintegração de posse de 70 famílias de uma área de proteção ambiental no bairro Passaúna, em Campo Magro, região metropolitana de Curitiba (PM desocupa área de proteção ambiental. Jornal **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 maio 2005, Paraná, p.12).

Não há dúvida de que a disputa por esses recursos é um fato importante, entretanto, o conflito sócio-ambiental não se esgota apenas neste aspecto. O conflito visto sob este prisma, privilegia apenas a ótica econômica, pois como afirma Acselrad, embora se reconheça que a existência desses conflitos na fronteira social se situe no meio entre o mercado e não mercado, essa teorização, não se liberta das categorias mercantis (ACSELRAD, 2004a, p.18).

A interpretação dos conflitos sócio-ambientais segundo esse enfoque tem como pressuposto uma compreensão de que a sua ocorrência se dá no seio de uma disputa por recursos naturais, ou seja, no âmbito das relações de posse e de propriedade e assim se encontram inscritos no contexto das relações de troca. Por isso, ao tratar as situações onde os envolvidos são pessoas qualificadas como de baixa renda, "pobres", essa abordagem acaba focalizando um único aspecto, aquele que se refere a questão material pura e simplesmente. Nessa perspectiva em que a ênfase é posta nas relações mercantis, os problemas decorrentes das dificuldades da população que se encontra destituída dos serviços da cidade equipada, estariam na falta de renda (LIMA, 2004, p.51).

A compreensão do conflito sócio-ambiental tomado apenas como decorrência dessa sobreposição de usos e disputas pelos recursos naturais, se reduz apenas aos aspectos materiais, ou seja, à apropriação e uso dos recursos naturais, deixando de fora todo o conteúdo subjetivo. Há uma tendência de se esquecer a dinâmica dos processos sociais que engendram um determinado modelo de sociedade.

Em resumo, uma leitura que privilegia somente as práticas materiais acaba por apartar o que na vida cotidiana não é possível separar. As práticas sociais resultam de uma representação do mundo, onde a dimensão material e simbólica estão intrinsecamente relacionadas. Ou mais especificamente, como lembra Floriani, de que as ações humanas se inscrevem em contextos históricos e culturais determinados, portanto, portadoras de sentido cujas implicações são sentidas nas orientações e decisão assumidas (FLORIANI, 2000, p.24).

Assim sendo, se a noção do conflito sócio-ambiental se restringir a um único aspecto, induz também a atos e ações simplificadoras e autoritárias. Como prevenção em

relação a este tipo de atitude é imperativo contemplar os diferentes agentes envolvidos na sua diversidade, bem como suas formas de representação, de relação com o meio ambiente e os diferentes projetos e interesses em jogo.

Acserlrad, ao analisar o conflito sócio-ambiental a partir da noção de campo tomada de Bourdieu, desloca o debate do plano das idéias, de um "ambiental ideal", para o plano das relações sociais, pleno de contradições e conflitos de toda ordem, sendo importante frisar que a Lei e o Direito ambiental tem se apresentando como uma força capaz de garantir a difusão desses esquemas do pensamento.

A questão ambiental analisada sob essa orientação, põe no seio do debate as diferentes práticas sociais, relativizando a noção de meio ambiente, que deixa de ser tomada unilateralmente, para ser compreendida na complexidade das situações apresentadas e vivenciadas pelos diversos agentes sociais que dele se apropriam (ACSELRAD, 2004a, p.19)⁵⁹.

Assim a forma de análise sugerida por Acserlrad nos possibilita apreender o conflito sócio-ambiental abarcando-o na complexidade do conjunto dos sujeitos envolvidos, situado num campo de relações sociais e num determinado espaço. Compreendido desta forma:

meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas de luta social por "mudança ambiental". (ACSELRAD, 2004a, p.19)⁶⁰. [grifo nosso]

⁵⁹A reflexão proposta se inscreve no âmbito do debate sobre a justiça ambiental, entendida como o "conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte um a parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo" (ACSELRAD, 2004b, p.9-10).

⁶⁰Ainda a respeito dessa discussão, ver Fuks (2001). Para esse autor, o processo de definição do discursos ambiental está inserido numa espaço público de lutas que denominou de "arena pública", onde se dá o debate e as ações. As discussões em torno dos problemas ambientais e de suas definições emerge de uma disputa em lugares específicos, entre uma diversidade de versões que se rivalizam e se antagonizam, embora as condições de participação possam implicar em vantagens para uns em detrimento de outros (FUKS, 2001, p.47).

Inserir o debate sobre os conflitos ambientais nessa perspectiva possibilita ainda, atentar para os sentidos e significados das diferentes práticas sociais no jogo de forças que se estabelecem nessa arena. Mais do que isso, permite ir além das abordagens puramente econômicas, baseadas na equação quantidade e escassez, como também ultrapassar as análises puramente ambientais, que tem orientado todas os debates e ações.

Sublinha-se que essa noção de meio ambiente enquanto produto da construção social está relacionada ao espaço, aqui entendido como "espaço vivido em estreita correlação com a prática social" (LEFEBVRE, 1977, p.26), ou seja, o espaço como condição, meio e produto do processo de produção geral da sociedade.

Por isso, consideramos necessário articular essas duas dimensões entendendo, portanto, que as práticas sociais são espaciais e, analisar de maneira integrada os elementos materiais e simbólicos. Acredita-se que esse procedimento teórico/metodológico amplia e qualifica a análise, contemplando, desta forma, os propósitos deste trabalho, que tem o lugar com uma das principais categorias de análise dos conflitos sócio-ambientais urbanos..

Olhando sob este ângulo a questão ambiental não pode ser estudada descolada da maneira como a sociedade se produz. Quando a reflexão se dá no âmbito da cidade, é fundamental situá-la nos processos de produção e reprodução da cidade e do urbano, que se processa no cotidiano.

No caso específico das cidades, trata-se de estudar a questão ambiental no sentido de repensá-la à luz da democratização da cidade, isto é, no reconhecimento das diferentes formas de organização do espaço urbano e, conseqüentemente, considerando a diversidade e as diferenças expressas pelos lugares.

Pretende-se, assim, delinear as diferentes percepções em relação ao meio ambiente, envolvendo as famílias do Jardim Icarai e o Poder Público Municipal. A questão colocada sob essa perspectiva retoma as discussões de Acseirad (2004b, p.13-36) em torno das finalidades da apropriação dos recursos naturais, sendo que especificamente em relação a cidade de Curitiba, algumas questões podem orientar as nossas reflexões,

dentre elas, quais são as finalidades das políticas ambientais de Curitiba? A quem se destinam? Quais são os seus propósitos? Foram pensadas em que contexto e estão articuladas a que projetos e a que atores? Qual a relação entre políticas ambientais urbanas e a noção de lugar? Qual a lógica que rege a formulação e a implementação das políticas urbanas?

No presente trabalho ao se discutir a problemática do meio ambiente busca-se refletir sobre o caráter das práticas sociais, na sua relação com a apropriação da natureza. Conforme Acseirad "na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade do seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados" (ACSEIRAD, 2004a, p.7)⁶¹. Para ele, "os objetos que constituem o 'ambiente' não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos..." (ACSEIRAD, 2004a, p.7).

O autor chama atenção para a inter-relação existente entre todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas assim como todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, razão que o leva afirmar, corroborando com Harvey, que a sociedade se reproduz através de processos sócio-ecológicos (ACSEIRAD, 2004a, p.8).

A sociedade é plural, diferenciada e assim ao se reproduzir, reproduz-se mantendo suas diferenças, o que se traduz na forma de apropriação dos meios sejam naturais ou criados por ela própria. Por essa razão para Acseirad, a apropriação do ambiente se dá sempre de forma conflitiva pois estão em jogo diferentes projetos (ACSEIRAD, 2004a, p.8).

Se a questão ambiental é sempre conflitiva, levando-se em consideração o caráter da reprodução da sociedade assim como da apropriação e usos dos recursos naturais e dos territórios, como pensar, então políticas que gerenciam de forma justa esses conflitos?

⁶¹Ver também nesta linha de pensamento Milton Santos no seu livro, **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000).

Por isso mesmo, a proposta desenhada requererá o esforço de não enfrentar em separado, por exemplo, a análise das questões naturais e sociais, mas buscando articular essas duas dimensões. Trata-se de refletir sobre as questões sócio-ambientais tomando de forma prevalente as práticas sociais que configuram o lugar e, assim, se afastar de qualquer tentativa que se encontre amparado no pré-construído.

O objetivo, portanto, é compreender o conflito em que se encontram envolvidos o Poder Público Municipal e os moradores do Jardim Icaraí, sendo que esse conflito é desenhado por uma forma de perceber o meio ambiente e a cidade, importando ressaltar que as condições de disputas se apresentam de forma diferenciada para esses agentes. Enquanto o Poder Público Municipal tem sua ação ancorada na produção e difusão de um discurso ambiental, orientado por uma legislação específica, os moradores do Jardim Icaraí teria por assim dizer, o direito à cidade.

Então, o exercício aqui proposto deverá se ocupar de uma discussão primeira ainda que breve acerca da legislação ambiental, enquanto instrumento de produção e difusão de uma "idéia oficial" do meio ambiente, e num segundo momento uma análise dos planos de intervenção do Poder Público para o Jardim Icaraí, que se encontram articulados a uma política de regularização fundiária, no município de Curitiba.

5.1 A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE: O PAPEL DA LEI E DO DIREITO AMBIENTAL

Segundo Eric Hobsbawm (1996), as profundas transformações da sociedade ocorridas nas últimas décadas, serviu para colocar em questão as formas políticas tradicionais, que se organizavam em torno de bandeiras universais, as quais julgavam capazes de atender todas as demandas, inclusive as de ordem individual. Contudo, esse "universalismo de esquerda", foi incapaz de incorporar as demandas mais específicas, fazendo com que os indivíduos passassem a se agregar de acordo com os seus interesses comuns.

A despeito desse intenso processo que fez com que emergissem o que foi designado como sendo "novos movimentos sociais" (HOBBSAWM, 1995, p.393-420), Hobsbawm chama atenção para o fato de que a única bandeira capaz de ainda aglutinar esses movimentos seria a ecológica (HOBBSAWM, 1996, p.45), apesar de ressaltar a sua pequena capacidade transformadora.

Esse esforço teórico do autor em compreender as dinâmicas sociais, nos remete a uma reflexão sobre a força da bandeira ecológica, que tem se demonstrado um "eficiente" instrumento de coesão social, sobretudo pelo fato de que as questões relacionadas ao meio ambiente vêm sendo tratadas como um elemento "natural", afinal, ninguém seria capaz de se opor a sua preservação, proteção e defesa⁶².

A questão ambiental pode se inscrever nesse processo histórico de construção de novos fenômenos sociais, isto é, de uma "nova questão pública" (LOPES, 2004, p.17), que é apropriada e usada de forma indistinta pelas diversas pessoas e grupos sociais. Eles incorporam nos discursos e nas práticas, a preocupação ambiental. Lopes (2004, p.17) se utiliza do termo "ambientalização" para explicitar esses novos fenômenos⁶³.

⁶²Um bom exemplo dessa questão é a Lei de Recursos Hídricos (n.º 9.433), que foi promulgada em 1997. Diferentemente do Uruguai, onde ocorreu um plebiscito para aprovar ou não a necessidade da Lei, no Brasil, a discussão se restringiu aos "operadores do direito" que se ocuparam mais em descrever o processo de efetivação da Lei.

⁶³Segundo Lopes "O termo 'ambientalização' é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. Assim, os termos industrialização ou proletarização (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia falar de tendências de 'desindustrialização' e de 'sub-proletarização' desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como 'curialização' – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou 'esportificação' – que ganharam o mundo XX a partir da Inglaterra do século XX." Continua o autor: "O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da 'ambientalização', dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do 'meio ambiente'. Essa incorporação e naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial." (LOPES, 2004, p.17).

O processo histórico de construção e incorporação do "problema ambiental" enquanto "problema social", implica na transformação das pessoas e do próprio Estado, que passam a atentar para questões que antes não eram consideradas relevantes.

As sociedades elaboram um conjunto de problemas sociais tidos como legítimos e dignos de serem discutidos e, portanto, públicos; Fuks salienta que a definição do "problema ambiental" se dá num espaço público por meio do debate e da ação (FUKS, 2001, p.47), sendo que o autor faz essa reflexão a partir do espaço do judiciário. É nesse espaço de disputas que se observa uma pluralidade de visões, embora o autor ressalte as condições diferenciadas de participação, que implicam em resultados também diferenciados (FUKS, 2001, p.47), sobretudo nas questões do direito que envolvem o próprio direito.

No caso específico da definição do "problema ambiental" enquanto "problema público", é importante ressaltar o papel da legislação ambiental, bem como do próprio Direito Ambiental⁶⁴, que produz e difunde um discurso "oficial" do meio ambiente que se apresenta como incontestável. O discurso do direito ambiental tem se demonstrado extremamente eficaz para organizar as relações sociais e, por isso mesmo, tem sido acionado por diversos sujeitos⁶⁵, inclusive, pelo Poder Público para justificar suas políticas públicas e intervenções.

Assim a eficácia simbólica da legislação ambiental se dá em função da forma de como se organiza e se faz funcionar a idéia do direito ambiental, ou seja, veicula-se a idéia da natureza como um bem comum. Difunde-se a idéia de que o meio ambiente pertence a todos de forma indistinta.

⁶⁴O direito ambiental é uma disciplina recente nos cursos jurídicos, sendo que os primeiros cursos foram ministrados na década de 1990. Eles também se encontram inscritos nesse processo de incorporação do "problema ambiental" enquanto "problema social".

⁶⁵A propósito da apropriação do discurso ambiental para a defesa de seus interesses, na cidade do Rio de Janeiro, ver Fuks (2001).

O que se propõe, então, é analisar legislação ambiental pertinente ao estudo aqui em questão, buscando se afastar de qualquer possibilidade que possa considerá-lo como passível de certa "neutralidade". Aliás, a noção de campo jurídico tomada emprestada de Pierre Bourdieu, desloca o debate do plano das idéias e submete-o ao das relações sociais:

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. (BOURDIEU, 1989, p.212). [grifo nosso]

Já no início da década de 1980, a questão ambiental se tornou um "problema social" merecedor de uma formulação jurídica. A sua formulação, entretanto, se deu em consonância com os "esquemas jurídicos tradicionais". O direito tem se apresentado como se fosse de toda comunidade, mas na verdade representa interesses que se encontram muitas vezes mascarados sob um discurso universalista. Dado a sua universalidade, cabe ao interprete através de sua experiência "descobrir" esse direito, que de certa forma já se encontra disperso no interior da sociedade.

A imensa maioria das pessoas, inclusive os próprios "operadores do direito" têm uma enorme dificuldade em distinguir a noção de direito e justiça. Para esses, não haveria distinção. Nesse sentido, "idealizam o direito", que vai se apresentar "isento" ou imune aos contextos sociais e políticos, o que faz com que o fenômeno social sempre se encontre distante do direito.

O distanciamento do direito em relação ao mundo social que o cerca, remete a discussão jurídica para o plano das idéias, que são apresentadas como se destituídas de quaisquer valores, isto é, se se pode atribuir valor ao direito esse é o da justiça.

Essa "confusão" delineada entre as noções de direito e justiça tem causado profundas conseqüências no plano do entendimento que se tem acerca do próprio direito em todos os aspectos, incluindo o direito ambiental, como de achar que o direito se encontra a serviço de todas as pessoas, incluindo os mais fracos e necessitados.

Na verdade, essa forma de compreender o direito de um modo geral tem servido para "encobrir" os interesses que possam estar em jogo, sendo que no caso específico de Curitiba, o direito ambiental incorporado enquanto prática discursiva pelo Poder Público local tem se demonstrado um importante instrumento para garantir a eficácia de suas políticas urbanas. A legislação ambiental tem sido elaborada e incorporada no âmbito das políticas urbanas sem questionamento. Essas políticas têm rivalizado com diversos agentes sociais, que disputam muitas vezes um mesmo fragmento da cidade, como se procura demonstrar nesta tese de doutorado.

Nesse sentido, o direito ambiental tem se colocado como poderoso instrumento de política urbana, que tem permitido organizar uma "desordem" existente na utilização inadequada dos recursos naturais, que é presenciada em Curitiba, com a ocupação irregular de determinadas áreas de proteção ambiental, que acabam por comprometer, sobretudo, os recursos hídricos disponíveis nas áreas de mananciais.

Chama-se atenção para o direito ambiental, que serve como balizador para a elaboração da legislação ambiental, em especial, pelo fato de que esse direito alia a noção de justiça a uma outra, que se refere indistintamente a todos os cidadãos, a noção de que o meio ambiente é um "bem de uso comum".

O caput do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, reza que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo** e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [grifo nosso]

Vale lembrar, também, o papel da legislação infra-constitucional que antecedeu a essa Constituição, sobretudo a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, considerada

como um divisor de águas no que se refere ao tratamento jurídico das relações entre o Homem e a natureza (FUKS, 2001, p.72)⁶⁶.

O fato de poder afirmar que o meio ambiente é "bem de uso comum do povo" parte do pressuposto de que todos têm o mesmo entendimento do que seja meio ambiente e de que não há nenhum tipo de controvérsia, pois haveria um interesse comum a todos os cidadãos, que se refere à necessidade de preservá-lo e de protegê-lo. Esta é uma outra idéia cara ao direito ambiental que é a noção de "interesse difuso".

Importa salientar, ainda, que esse sentido "bem de uso comum do povo" é substantivado na expressão "sadia qualidade de vida", que surge como complemento necessário a uma perspectiva orientada não só aos aspectos unicamente materiais, mas também espirituais e culturais, na medida que devem contribuir para o desenvolvimento das potencialidades máximas dos indivíduos (DERANI, 1997, p.76-80). Para essa autora, a "qualidade de vida" compreende a finalidade máxima do direito ambiental (DERANI, 1997, p.79), e representa o elemento orientador de todas as ações atinentes ao meio ambiente.

Nesse sentido, observa-se que um léxico de noções que dizem respeito ao meio ambiente e que são incorporadas ao discurso jurídico ambiental de forma "natural", sem qualquer tipo de preocupação prévia que possa colocar em questão essas noções. Além disso, é importante ressaltar que essas noções tomadas indistintamente têm a pretensão de dar conta de todos os fenômenos sociais. Trata-se, na realidade, de uma pretensão universalista do direito ambiental, e por esse motivo uma mesma noção tem servido para designar diferentes situações. Nesse caso, haveria uma enorme possibilidade de interpretação do direito ambiental, enorme grau de arbitrariedade,

⁶⁶O autor chama atenção para a importância desse dispositivo legal. A Lei permitiu uma "nova" representação da natureza, que deixa de ser compreendida por elementos isolados para ser percebida como um todo. Assim, o meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (FUKS, 2001, p.72-73).

É importante ressaltar que o campo jurídico, conforme (BOURDIEU, 1989, p.212), é o espaço de "concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito", Assim compreendido, o direito ambiental ou mais especificamente a legislação ambiental revela essa luta interna muitas vezes descolada dos problemas sociais. Tem-se um distanciamento da legislação ambiental em relação a realidade social.

O fato de que a compreensão do "problema ambiental" enquanto "problema social" se dá de forma diferenciada, em consonância com o processo que envolve distintas compreensões acerca do meio ambiente, o direito ambiental ou mesmo a legislação ambiental é o espelho desse processo, que, todavia, se verifica numa dinâmica bastante particular, mas que não se encontra deslocada desse conjunto, que abarca uma compreensão do meio ambiente. A despeito de toda pretensão do direito em tratar os interesses ambientais de forma comum, vale ressaltar que são diversos e que por isso mesmo, não podem ser difusos, como quer os interpretes do direito ambiental.

Então, estamos diante de um direito ambiental, que se espelha na compreensão que os interpretes "autorizados" e "legitimados" tem em relação ao meio ambiente. A sua força, se releva na sua "prática cotidiana", quando é capaz de organizar e classificar o mundo social.

Observa-se que os instrumentos do direito ambiental, incluindo a legislação ambiental, tem se relevado um instrumento privilegiado para a consecução das políticas urbanas de Curitiba. Isto é, a pretexto da preservação, proteção e defesa do meio ambiente, o Poder Público local tem conseguido seus objetivos, que se encontram coadunados com os interesses, que envolvem a construção de um determinado tipo de cidade.

Nesse sentido, importa analisar algumas intervenções do Poder Público Municipal, que se encontram relacionadas a área, objeto de estudo, e que incorporam essa dimensão do discurso ambiental de pretensão notadamente universalista.

5.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM CURITIBA: JARDIM ICARAÍ

...forma em Curitiba, **um cinturão periférico**, sendo menos expressivo nas regiões centrais, a não ser por enclaves isolados. Os **efeitos perniciosos** desse processo fazem notar pela **segregação**, pela **deterioração ambiental**, pelo incremento de **problemas sanitários e de saúde**, pelo aumento da **violência urbana**, impactando negativamente nas áreas da cidade formal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2007, p.71). [grifo nosso]

De forma resumida pode se dizer que a intervenção do Poder Público na área da Vila Audi União⁶⁷ se relaciona ao que se tem denominado de Urbanização da Vila Audi União. O projeto de Urbanização, portanto contempla várias ações pontuais, como obras de proteção contra inundações – construção de um dique de proteção, regularização das ocupações e relocação de outras, implantação e pavimentação de uma via estruturante e implantação de infra-estrutura básica, como pode ser conferido na figura 7.

As mudanças projetadas, no que concerne especificamente ao Jardim Icaraí, apontam para a consolidação de uma parte das famílias no local e uma outra parte, será retirada e reassentada em outro local. Assim, de um total de 752 domicílios que compõe o Jardim, conforme dados da COHAB, 295 serão relocados. A justificativa por parte do poder público se relaciona à situação de risco em que se encontra a área. De outro lado, as famílias além de não entenderem que se encontram em área de risco, conforme apontado nas entrevistas, gostam de morar naquele lugar. Ali construíram ou pretendem dar continuidade à construção de suas casas, situam-se "próximos" aos locais de coleta do "material reciclável", onde já se tem toda uma rede de contatos e pontos de coleta estabelecidos, fundamental para a garantia da continuidade desta atividade, estabeleceram relações pessoais e com o lugar.

⁶⁷Projeto Bolsão Audi União: Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2006).

Indiferente aos motivos alegados pelos moradores do Jardim, o poder público pôs em andamento suas propostas, independente da participação dos envolvidos no processo.

Observa-se nos documentos consultados para a elaboração desse trabalho⁶⁸, que dizem respeito ao processo de ação e de "intervenção" do Poder Público Municipal, no que se denomina "Bolsão da Vila Audi União" ⁶⁹, por meio da qual é interpretada e analisada a situação de todas as famílias que ali se encontram morando há muitos anos, uma certa uniformização da situação. Isto aparece no levantamento dos dados sócio-econômicos, por exemplo, para fins da contextualização das Vilas. Utiliza-se o mesmo critério para todas as situações os de modo que possa enquadrar todo o universo pesquisado.

A maioria das famílias estão no local há mais de 10 anos⁷⁰, configurando numa posse pacífica e ininterrupta, sem qualquer tipo de oposição, a não ser a do próprio Poder Público, que já "relocou" diversas famílias (conferir figura 6). Isso tem

⁶⁸No site da Prefeitura Municipal de Curitiba e de seus órgãos (COHAB-CT, IPPUC) é possível ter acesso e consultar determinados documentos. No entanto, observa-se que a maioria dos documentos não se encontra disponíveis nas páginas. Trata-se de percorrer uma verdadeira "via crucis" para obtenção de qualquer informação e essas sempre estão relacionadas a necessidade de um contato prévio, já que os responsáveis dispõem os documentos de acordo com as suas conveniências, a despeito de serem públicos. Os documentos ora analisados, relevam as dificuldades da pesquisadora em ter acesso às informações.

⁶⁹Para o Poder Público Municipal, o "Bolsão da Vila Audi União" é constituído de seis vilas, assim descritas: Audi, União-Reno, União Ferroviário, Yasmin, Solitude II, Alvorada II e Icarai (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2006 (incluindo 3 mapas)). Embora apareça ter conhecimento detalhado da situação fundiária de toda área, os estudos relativos a compreensão dessas vilas deixam a desejar, na medida que utilizam os mesmos critérios para caracterizar a situação, que apresentam as suas diferenças.

⁷⁰Foi observado uma certa divergência em relação ao tempo da ocupação no Bolsão Vila Audi/ União. Enquanto os moradores informam que se encontram na área há mais de dez anos, o diagnóstico realizado tem informado o período de sete anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2006 (incluindo 3 mapas)). Pelo visto, não se trata de um mero detalhe, mas de um dado importante que envolve a possibilidade de atendimento dos critérios utilizados para o processo de Regularização Fundiária em Área de Proteção Ambiental, conforme Resolução n.369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

motivado uma série de protestos, inclusive daquelas famílias que se julgam na iminência de serem removidas e que não tem certeza de também serem relocadas, para uma área próxima ou distante do Jardim Icarai como as primeiras que foram levadas ao Sambaqui, loteamento para população de baixa renda situado no bairro Sítio Cercado, que fica localizado na zona sul de Curitiba, aproximadamente 17 km do centro da cidade e cerca de 13 km distante do Jardim Icarai. Percebe-se que desde a década de 1980, com a criação de Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS), que previa a implantação de núcleos habitacionais pela COHAB, há uma forte tendência em concentrar essas "famílias problemas" em áreas mais distantes e restritas, sobretudo dos locais mais centrais da cidade.

Tem-se observado uma tendência a uma espécie de "guetização" de uma parcela da população, cujos resultados também podem ser nefastos, como os próprios efeitos da "estigmatização territorial" que são construídos pela população e poder local. As estratégias sociais do Poder Público Municipal colocam em descoberto os princípios de visão e de di-visão que moldam a consciência e as práticas dos administradores⁷¹, que se modelam de acordo com o projeto político que se tem.

As famílias que aguardam ansiosas pelo desfecho, tem uma vaga impressão do que possa ser e onde se localiza o Sambaqui. Ele é dado como um local distante, inclusive um empecilho para a continuidade da própria atividade de carrinheiros e carroceiros, fazendo com que prevaleça uma certa revolta dessas famílias principalmente quando lembram todo o esforço na construção das condições para deixar o Jardim Icarai habitável, conforme analisado no capítulo 4.

O descaso do Poder Público explicitado pelas famílias chega a tal ponto, que não sabem quem e quais os critérios utilizados para a realização desse processo que promete se intensificar, sobretudo em face dos planos de intervenção já delineados

⁷¹ Segundo Pierre Bourdieu, os processo de classificação e organização da realidade estão inscritos em funções práticas e orientados para a produção de efeitos no mundo social (BOURDIEU, 1989, p.107-132)

para a área. Como pode ser percebido nas entrevistas, que apresentam um tom de revolta pela total falta de informações, tal desconhecimento tem comprometido e dificultado o planejamento dessas famílias, que se encontram a mercê do Poder Público:

*Nem COHAB... a **COHAB só veio aqui e fez uma numeração** aí oia só pra dizer... então eu falei se vocês querem tirar nois daqui, tirem mais só cum uma condição, mas levem nois num lugar que num deixem nois fora de serviço, que num adianta nois ganhar um terreno e num poder pagar. Aí foi que aquela mocinha me falou assim, oia esse cadastramento, nois tamos fazendo um levantamento de quantas pessoas tem, **Mas cumo poder sair esse ano, pode sair daqui dois anos e pode levar até dez anos. Então eles deixam a gente sem saber o que fazer.** Eles num dizem que vão tirar e nem que... Falam que tiram, na merma hora falam que na. Que a prefeitura não tem terreno, a COHAB, não tem terreno, **mas deixam o povo tudo indeciso** (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006). [grifo nosso]*

A ausência de elementos e de critérios que possam justificar plenamente esse processo de "relocação", não convence as famílias que se manifestam questionando os argumentos utilizados que se referem aos motivos de desocupação da área. Ademais, esses argumentos não servem para elidir os seus, que se referem a necessidade absoluta de ter um lugar em que possa viver e projetar seu futuro.

***E eu num sei porque eles querem tanto terreno aqui? Porque u'as cavas dessas aqui podia ser aterradas aí, puxa o povo pra lá. Disse que vão fazer um tar de parque aquático aí, porque eu tanto parque? Será que o parque é mais, mais importante que o pessoar?** (trecho retirado da entrevista do Sr. Ambrósio, em julho de 2006) [grifo nosso]*

O próprio termo designativo utilizado para adjetivar o local, "Bolsão", já revela o grau e a intensidade de preconceitos que permeiam os "diagnósticos"⁷² como são chamados esses estudos realizados pelo Poder Público Municipal. Aliás, o próprio termo "diagnóstico" acionado para justificar a "imediatez" e a "preliminariedade" da coleta dos dados é, também, representativo do entendimento que se tem do local e das famílias, pois o termo "diagnóstico" enquanto um instrumento de análise, tem-se

⁷²Especificamente, refere-se ao Documento da Prefeitura Municipal de Curitiba, COHAB, IPPUC (2007, 193p).

se mostrado muito comum nas ciências médicas, servindo para designar o processo de descrição da doença, bem como os procedimentos adotados para a cura dos pacientes.

As famílias que se encontram nas situações diagnosticadas são tidas como uma "doença", em que é necessário a ação e intervenção do Poder Público uma vez que sua presença é tida como perniciosa para Curitiba, conforme epígrafe transcrita do Plano de Regularização Fundiária (2006, p.71).

Nesse sentido, é importante compreender como é pensado e como se organizado o processo de ação e de intervenção do Poder Público Municipal nessas áreas. O que representa para o Poder Público Municipal as famílias que vivem nessas áreas? ou melhor, se essas famílias tem algum significado para essa cidade que se projeta?

A própria constituição da equipe técnica composta para a realização do "Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente" é reveladora, na medida em que é constituída na sua grande maioria por "arquitetos e urbanistas", que tem uma visão bastante particular da cidade de Curitiba e sequer estão preocupados em ouvir:

*É isso, prá vê, mais é isso que as vez eu fico pensando. **Tem gente que tem tanto estudo, mas parece que o estudo pra ele num valeu nada.** Que eles só enxergam ali num enxergam o lado dos outros. É isso que tem de ver. Escutar, mas eles...* (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006). [grifo nosso]

Afinal, foram e são esses, técnicos que sistematicamente vêm pensando e intervindo na cidade de Curitiba. Sem pretender expressar qualquer tipo de julgamento prévio a respeito das capacidades e habilidades técnicas desse corpo de profissionais, observa-se que a preocupação do Plano cinge aos aspectos formais do processo de intervenção, isto é, a maneira como será realizada a ação, que se encontra perfeitamente coadunada com a forma de como vem sendo planejada a cidade de Curitiba.

Para esses técnicos/especialistas em cidade, o problema pode ser colocado de forma resumida como a ausência e a necessidade de moradia. Como estão "presos" aos instrumentos técnicos, não conseguem perceber que a moradia é apenas um dado da construção do lugar, que tem dimensões bastante profundas e que ultrapassam os limites da moradia em si.

Nesse sentido, não vêem razão nos argumentos dos diversos moradores que são tidos como irracionais, quando dizem que não querem ser relocados conferir e que se sentem felizes onde estão: *"Eu gosto. Eu gosto de morar aqui. Tenho uma boa amizade, aqui. Eu gosto de morar aqui. **É um lugar da gente aqui... falta melhorar.**"* (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006). [grifo nosso]

A noção de lugar abarca um conjunto de elementos que nem sempre são palpáveis, visíveis, mas que são importantes no momento das definições. "O lugar guarda uma definição prática – sensível, real e concreta " (CARLOS, 2001, p.34), sendo que é no lugar que as pessoas conduzem suas estratégias de forma a garantir a sua reprodução física e social. Quando a lógica da cidade se sobrepõe a lógica da reprodução social, as pessoas passam a ser instrumentos e, nesse sentido, o habitar é negado (CARLOS, 2001, p.220).

As descrições das moradias realizadas pelos técnicos⁷³, que insistentemente se ocupam em descrever a precariedades de suas construções, inclusive tentando identificar as suas raízes culturais, não expressam o seu real sentido, tanto é que as primeiras famílias "relocadas" para o Sambaqui retornaram para o Jardim Icarai:

*O Sambaqui fica perto do Bairro Novo... é bonito o lugar lá. A casinha lá tem dois quartos e a sala a cozinha e o banheiro. **É tudo padrão, né. Muita gente contente, feliz... Bastante gente já trocou, porque num quis ir... Bastante gente já trocou...** Dali da vila mesmo fizeram a troca... acaba trocando, né... **Acostuma. Acostuma cum o lugar, sei lá a convivência, né...** Acho que por ser mais perto do centro. Facilita para trabalhar. Dá pra ir de à pé. Voltar... Que nem no dia da entrega do carrinho fumo tudo à pé* (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, setembro de 2006). [grifo nosso]

⁷³A esse respeito, ver o tópico intitulado "Qualidade das Moradias", no Documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, COHAB, IPPUC (2007, 193p).

Por outro lado, é importante analisar, ainda, os instrumentos utilizados para refletir a situação do Jardim Icaraí inclusive porque nessa forma de intervenção, o processo é percebido e interpretado pelos técnicos como "natural", inerente a própria urbanização da cidade de Curitiba: "O crescimento explosivo das metrópoles brasileiras com seus cinturões de pobreza..." (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC, 2007, p.72).

A prevalência dos dados demográficos para análise das situações se colocam como inapropriados. Esse instrumento se vale de categorias e classificações que não conseguem captar a dinâmica dos processos sociais em curso, que se tornaram bastante complexas. Mesmos os dados estatísticos que se relacionam em compor o que denominam "Caracterização Socioeconômica" se revelam problemáticos, pois se ocupam em verificar estatisticamente a quantidade de moradores empregados, com vínculos formais de trabalho ou a composição da renda familiar.

O fato de não serem identificados, "enquadrados" nas categorias censitárias utilizadas, fazem deles estranhos ao universo que se quer compreender, sendo que o critério do emprego mal compreendido serve para estigmatizar ainda mais a existência dos moradores e suas famílias. Afinal, como podem querer morar numa cidade se não tem o hábito saudável de trabalhar?

Nesse sentido, ignoram por completo a história de vida dos moradores que a despeito de tudo, foram capazes de reorganizar cotidianamente as suas vidas para poderem se reproduzir física e socialmente.

Da mesma forma, verifica-se a necessidade de se refletir acerca dos instrumentos de análise utilizados, que se encontram situados em um determinado período. Em outras palavras, os instrumentos de análise utilizados se encontram submetidos a um esquema de pensamento, fortemente marcado por uma concepção de mundo, numa concepção de cidade, quando as situações observadas devem se encaixar no modelo de pensamento formado a priori.

Se se quer efetivamente compreender a situação em que se encontram envolvidas as famílias que ocupam áreas tidas como irregulares pelo Poder Público

Municipal, faz-se necessário ultrapassar os mecanismos genéricos e suas formas que se tornam inteligíveis, sobretudo quando ligadas a algumas matrizes históricas de pensamento (WACQUANT, 2001, p.7-8).

O autor vai mais além, quando afirma a necessidade de se desenvolver imagens mais complexas e diferenciadas, se quisermos compreender a existência e o destino dessas famílias (WACQUANT, 2001, p.7-8), que não se encontram mencionadas unicamente à ausência e a necessidade de moradia. O que está em jogo não é somente "arrumar" um local para fixar moradia. No contexto que vivem essas famílias, é praticamente impossível imaginar que a observação das situações localizadas, marcada por uma complexa rede de relações sociais possa se dirigir somente para um plano de ação.

A própria noção de pobreza⁷⁴ utilizada para se referir às famílias que se encontram diretamente submetidas as situações diagnosticadas, deve ser submetida a análise, já que se constitui um elemento importante para a compreensão da proposta de intervenção em curso, onde o Poder Público Municipal se coloca como o único protagonista, a despeito dos dispositivos legais garantirem a participação das pessoas de forma indistinta. O § 3.º, do artigo 4.º, da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, é enfático no sentido de garantir a participação das "comunidades", "movimentos" e "entidades da sociedade civil" nas discussões que se referem aos instrumentos da política urbana.

A noção de pobreza tomada pelo Poder Público indistintamente para explicar a situação das famílias revela, inicialmente, a incapacidade das famílias de garantir a sua reprodução física e social. Ao mesmo tempo, embuti uma outra noção, de que as pessoas que se encontram sujeitas às políticas são incapazes de gerir o seu próprio futuro, portanto, mais que normal a "usurpação" de suas falas, pois são

⁷⁴Vale destacar que somente na última década é que a pobreza veio a ser incorporada como "problema social"; quando passou a ser tratada como objeto de reflexão e de ação do Poder Público. A esse respeito, de como se percebe a reflexão teórica e ação política da pobreza, ver a tese de doutorado de Sprandel (2004).

incapazes de fazê-lo. Aliás, essa discussão se aproxima das descrições já realizadas, que desenham a noção do "cidadão tutelado".

A propósito, a tutela tem sido um instrumento muito eficaz na garantia de efetivação de determinadas políticas públicas, sobretudo quando essas políticas se encontram "sombreadas" dos reais interesses que possam estar em jogo.

A despeito dos termos e dos instrumentos utilizados, inapropriadamente pelo Poder Público Municipal para analisar as situações designadas de "ocupação irregular" no município não serem determinantes quanto a forma e a modalidade de intervenção, são reveladores das posições e das posturas frente a essas realidades, ou melhor, independentemente das análises que podem estar eivadas de problemas, vão realizar.

A postura autoritária tem conseqüências que se expressam num conflito agudo envolvendo as famílias de moradores do Jardim Icarai e o Poder Público Municipal, onde o que está em jogo são as diferentes representações e interpretações do que seja a cidade e, em particular, o meio ambiente.

Os traços peculiares que são utilizados para explicar a situação das famílias do "Bolsão", assim como outras que se assemelham a essa e que também se encontram no bojo das políticas urbanas municipais⁷⁵, é bastante ilustrativo no sentido de tentar atribuir ao local e as famílias determinadas características, que são elementos importantes para a intervenção urbana.

Além do fato de ser um lugar situado na periferia social da cidade que por si só já justificaria qualquer ação, observa-se uma atualização do discurso, na medida em que são incorporados outros elementos, entre os quais, os que designam situações "comportamentais", que servem para atribuir os problemas de "violência urbana" e

⁷⁵De acordo com o Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente apresentado pelo Poder Público Municipal, faz-se necessário a ação e intervenção em seis locais, ou melhor, em seis bacias hidrográficas: Sub-Bacia do Rio Passaúna, Sub-Bacia do Rio Barigui, Sub-Bacia do Rio Belém, Sub-Bacia do Rio Atuba-Bacacheri, Sub-Bacia do Ribeirão dos Padilhas e Sub-Bacia do Rio Iguaçu.

os ecológicos, que se referem a um processo de "deteriorização ambiental", utilizado de forma prevalente para poder explicar as motivações dessa política, do "Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente"⁷⁶.

Ademais, não custa salientar a produção de diversos dispositivos jurídicos relacionados ao meio ambiente, que objetivam de forma casuística "resolver" os problemas dessa natureza. No Jardim Icaraí, a título de exemplo, pode-se enumerar pelo menos quatro⁷⁷ dispositivos jurídicos que dizem respeito à área, sem contar as legislações federais e estaduais que se encontram dispersas compondo uma emaranhado de dispositivos, na maioria das vezes de difícil compreensão.

Pelo visto, a preocupação com esses instrumentos legais é muito grande por parte do poder público fazendo com que todos consigam identificar as noções de legal e ilegal⁷⁸, que acompanham esse modelo de cidade.

A situação dos moradores que importa numa situação compreendida como de ilegalidade por parte do Poder Público, se faz presente em diversos momentos da vida cotidiana e são tratados com certo desconforto, sobretudo pelo fato de que por

⁷⁶Observa-se que há enorme capacidade do Poder Público Municipal em se apropriar e difundir uma prática ambiental, em consonância com a agenda ambiental. No **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente** já é possível ver: "As unidades de conservação são a estratégia mais importante para a **conservação da biodiversidade**, sejam o ecossistema, as espécies, os genes ou a diversidade humana." (p.26 do Plano) [grifo nosso]. A questão da biodiversidade que acabou de "entrar" na agenda ambiental é apropriada pelo discurso ambiental.

⁷⁷Lei n.º 9804, de 03 de janeiro de 2000, "cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação."; Lei n.º 9.805, de 03 de janeiro de 2000, "cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental e dá outras providências."; Decreto n.º 556 (?), "disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos de extração de areia e/ ou argila no Município de Curitiba."; Decreto n.º 192 (?), "regulamenta parcialmente o Art. 5.º, inciso IX, da Lei n.º 9.800/00, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, Parque Municipal do Iguaçu e dá outras providências."

⁷⁸Moura chama atenção que essa dicotomia, assim como tantas outras: "cidade planejada e a cidade não planejada", a "cidade real e a cidade formal" são produtos do processo histórico que se relaciona a produção do espaço urbano (MOURA, 2004, p.152-155).

estarem numa situação de ilegalidade, sofrem constrangimentos constantes, que acabam por implicar na própria negação de existência:

Eu fui primeiro procurar um emprego. Cheguei a procurar emprego, a moça perguntou onde que eu morava. Eu disse que morava no Jardim Icaraí. Daí ela foi procurar no mapa, mas num ta no mapa. Num ta no mapa. Daí eu falei fica no bairro Uberaba. Daí ela disse sim, estou vendo no bairro Uberaba, mas não está no mapa. Aqui tem uma grande área de... não tá no mapa. Eu disse ah, deve ser porque é invasão! Ela disse qual é seu endereço? Você tem talão de água, talão de luz, alguma outra coisa que comprove seu endereço? Falei, não. Ah, então você não pode ser registrada nessa firma, não pode trabalhar. Não pode trabalhar porque não tem endereço. Voltei pra casa muito chateada, muito revoltada (trecho retirado da entrevista da dona Joana, em novembro de 2006).⁷⁹

Embora o poder público possa negar, essa situação de ilegalidade vivenciada pelos moradores do "Bolsão Audi União" é produto de um processo que objetiva organizar a cidade conforme os interesses previamente estabelecidos, que nem sempre se encontram explicitados. A falta de tudo, isto é, a completa ausência do Poder Público se não releva a incapacidade administrativa, releva a falta de interesse, e, situações como a do Jardim Icaraí, são exemplos típicos da atuação do Poder Público sobretudo pela sua própria condição que desmotiva os empreendimentos imobiliários a avançarem sobre a área, que se encontra desnuda.

Nesses locais aparentemente inóspitos, o Poder Público tem se eximido de sua finalidade principal de garantir "boas e seguras" condições, revelando-se como afirma Mendonça "numa estrutura elitista que beneficia somente a uma muito pequena parcela da população" (MENDONÇA, 2004, p.192).

⁷⁹A alusão ao mapa feita pela dona Joana indica um elemento importante a ser considerado, pois o mapa tem o poder de conferir existência aos lugares e as pessoas. Embora existindo, o fato de não estar representado no mapa, significa a negação da sua existência. Quando o Poder Público não representa a área através dos instrumentos de representação cartográfica, é um forte indicador dos seus propósitos. No caso do Jardim Icaraí, o mapa foi elaborado recentemente, a partir do momento que se organizou todo esse processo de ação e intervenção na área. Para além da existência física e social, tem-se a extrema necessidade da representação formal.

A reconstrução desse problema, que importa numa incapacidade do Poder Público refletir sobre a condução de suas políticas urbanas ao longo das últimas décadas, é um elemento importante que merece ser incorporado às análises sobre a produção da cidade e que serve como instrumento para se pensar a configuração dos conflitos ambientais na cidade.

As análises que permeiam os documentos, trata mais de um "libelo acusatório" ao local e as famílias que lá se encontram, pois às famílias que ocupam irregularmente as áreas de proteção ambiental, conforme figura 8, são imputadas todas as responsabilidades, sendo que no caso do Jardim Icarai foram essas famílias que recuperaram a área que se encontrava completamente abandonada após a intensa atividade mineradora ocorrida em período anterior.

Tomando emprestado uma leitura de Wacquant, percebe-se que o discurso relativo à degradação da "natureza", tem reavivado aquela idéia malthusiana segundo a qual a miséria é o resultado da própria incapacidade pessoal dos miseráveis (WACQUANT, 2001, p.104). É como se as famílias, pelo simples fato de serem pobres, fossem totalmente incapazes de qualquer atitude digna de ser considerada, pois revela todo o pré-conceito existente.

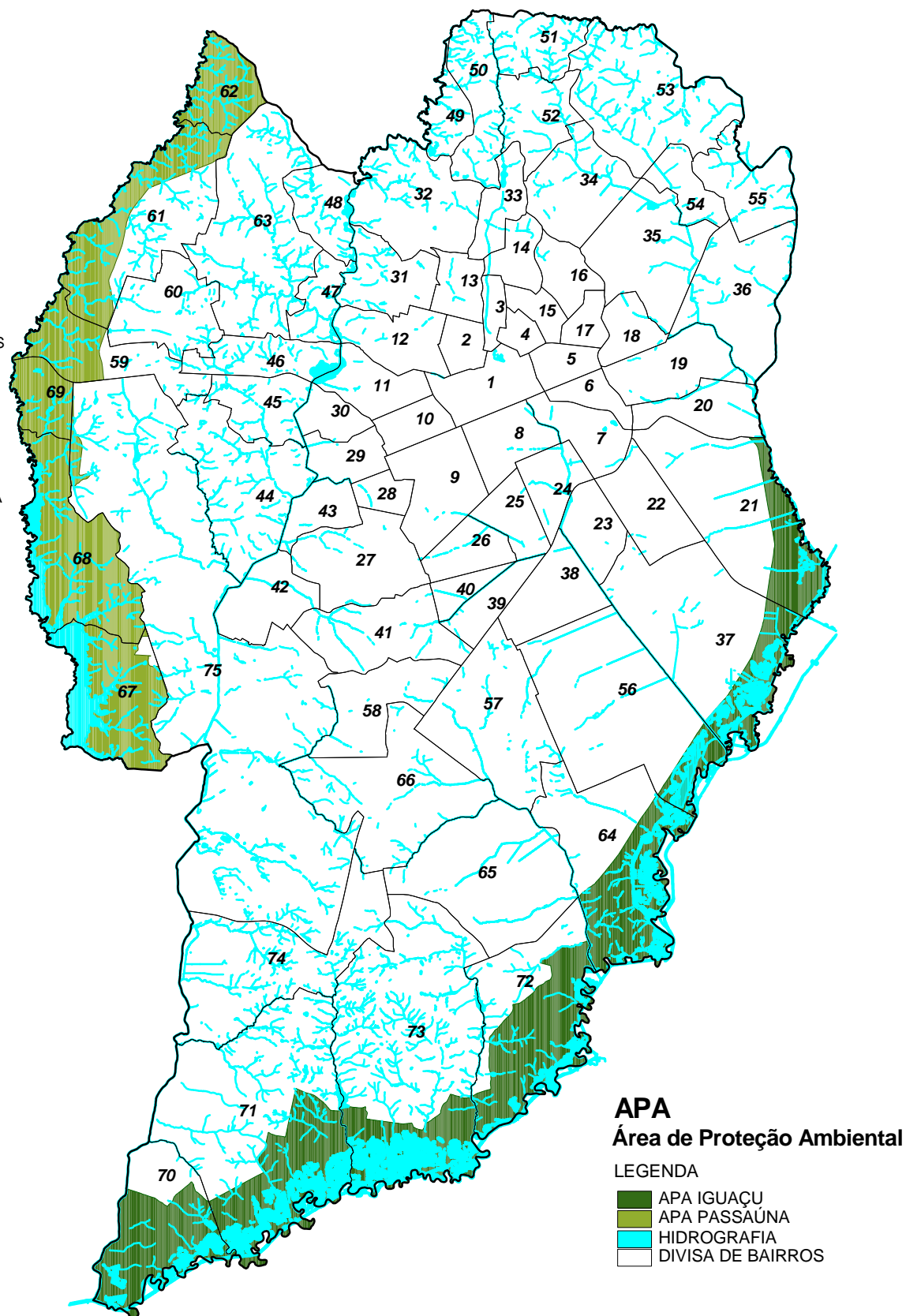
Ao longo das décadas, as políticas urbanas em Curitiba foram as grandes responsáveis pelo processo de segregação de uma parte da população, que foi colocada para "fora" da cidade (OLIVEIRA, 2000; MOURA, 2001; PEREIRA, 2002). O fato de representarem uma "ameaça" ao modelo de cidade que se projetou, fez com que esses cidadãos se transformassem em "objetos" de um conjunto de políticas sociais, que objetivam mantê-los prevalentemente "afastados" da cidade.

Nesse sentido, é importante atentar para o fato de como são pensadas as medidas pelo Poder Público Municipal para justificar as suas ações e intervenções, sobretudo quando essas medidas tomadas partem de determinados pressupostos que são tidos como naturais.

BAIRROS

01-CENTRO
02-SÃO FRANCISCO
03-CENTRO CÍVICO
04-ALTO DA GLÓRIA
05-ALTO DA RUA XV
06-CRISTO REI
07-JARDIM BOTÂNICO
08-REBOUÇAS
09-ÁGUA VERDE
10-BATEL
11-BIGORRILHO
12-MERCÊS
13-BOM RETIRO
14-AHÚ
15-JUVEVÊ
16-CABRAL
17-HUGO LANGE
18-JARDIM SOCIAL
19-TARUMÃ
20-CAPÃO DA IMBUIA
21-CAJURU
22-JARDIM DAS AMÉRICAS
23-GUABIROTUBA
24-PRADO VELHO
25-PAROLIN
26-GUAÍRA
27-PORTÃO
28-VILA IZABEL
29-SEMINÁRIO
30-CAMPINA DO SIQUEIRA
31-VISTA ALEGRE
32-PILARZINHO
33-SÃO LOURENÇO
34-BOA VISTA
35-BACACHERI
36-BAIRRO ALTO
37-UBERABA
38-HAUER
39-FANNY
40-LINDÓIA
41-NOVO MUNDO
42-FAZENDINHA
43-SANTA QUITÉRIA
44-CAMPO COMPRIDO
45-MOSSUNGUÊ
46-SANTO INÁCIO
47-CASCATINHA
48-SÃO JOÃO
49-TABOÃO
50-ABRANCHES
51-CACHOEIRA
52-BARREIRINHA
53-SANTA CÂNDIDA
54-TINGÜÍ
55-ATUBA
56-BOQUEIRÃO
57-XAXIM
58-CAPÃO RASO
59-ORLEANS
60-SÃO BRAZ
61-BUTIATUVINHA
62-LAMENHA PEQUENA
63-SANTA FELICIDADE
64-ALTO BOQUEIRÃO
65-SÍTIO CERCADO
66-PINHEIRINHO
67-SÃO MIGUEL
68-AUGUSTA
69-RIVIERA
70-CAXIMBA
71-CAMPO DE SANTANA
72-GANCHINHO
73-UMBARÁ
74-TATUQUARA
75-CIDADE INDUSTRIAL

Figura 08 - Áreas de Proteção Ambiental de Curitiba - 2005



Observa-se que se tem um esquema de pensamento organizado que procura enaltecer sistematicamente as virtudes das políticas urbanas que vêm sendo efetivadas em Curitiba, reforçando o modelo de cidade que se pensa possível e, para isso, é organizado de forma metódica todo um discurso que procura destituir tudo aquilo que se possa revelar contraditório a essa cidade que se destaca das demais cidades brasileiras e que por isso se atribui moderna. Essa modernidade deve ter um lado só, como de forma acurada percebe os moradores do Jardim Icarai:

Porque diz que é u'a cidade moderna. Que todo mundo vive bem aqui. Tudo mentira. Tudo mentira. Tudo mentira. Isso aí num é cidade de primeiro mundo, no jeito que eu sei que tinha que ser, os direitos tinha que ser tudo igual, daí sim. Daí sim era u'a coisa certa, e não que deixasse o povo a Deus dar sem saber se saí ou fico, se sai ou fico, é. Então se eles chegasse e fizesse u'a reunião, chegasse o prefeito, chegasse o cara e tal, hoje vamo fazer u'a reunião e nois vamos explicar pra vocês, onde vocês vão, se vão sair, Cuma vocês vão ficar. Não deixar o povo indeciso (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006). [grifo nosso]

A preocupação com o planejamento da cidade, que se verificou desde a década de 1940 (Plano Agache) e que segundo o técnicos, foi o primeiro esforço do Poder Público em utilizar a ferramenta do planejamento para disciplinar a ocupação e uso do solo. Os instrumentos posteriores (como o Plano Diretor de 1966, a Lei Municipal de Zoneamento e Uso do Solo de 1975 e o Decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale de 1976) são ressaltados enquanto instrumentos pioneiros no Brasil que buscavam pensar a cidade de forma integrada, levando em consideração diversos aspectos que se relacionam a promoção social, a habitação, o transporte, a circulação e o meio ambiente.

Nesses processos, chama atenção a questão ambiental que vem sendo incorporada e "atualizada" nas práticas do Poder Público Municipal, como se pode perceber nos discursos atuais, onde juntamente com a menção da preservação e proteção, tem enfatizado o papel das unidades de conservação no processo de manutenção da biodiversidade, que é uma noção recente, cunhada a partir do intenso processo de devastação em algumas regiões do Brasil, sobretudo na floresta Amazônica.

Para esse olhar que se revela e que se materializa nas pranchas dos técnicos, "tudo" na cidade é passível de ser organizado e meticulosamente previsto, sendo que, se há desordem, trata-se de uma exceção, como é o caso das famílias que se encontram em local impróprio para moradia.

Os diagnósticos que envolvem os estudos dessas áreas, sequer colocam em questão a eficácia das políticas urbanas, sendo que as causas dos problemas, sempre são atribuídas às questões de ordem econômica que se encontram "fora" de controle dos técnicos.

As situações observadas frente as políticas urbanas que se projetam sobre esses locais e famílias, em especial no Jardim Icaraí, apresentam uma série de antagonismos que se materializam nos conflitos sociais pelo uso e apropriação do lugar.

Na verdade, trata-se de diferentes formas de interpretar e de representar a cidade de Curitiba que se encontram em jogo, evidenciado, sobretudo, pela ação do Poder Público Municipal que se apresenta contrária aos interesses das famílias moradoras do Jardim Icaraí.

No contexto da presente tese, a análise pode ser esquematizada a partir do seguinte dilema: a cidade que se pensa ou que se quer diante da cidade que se constrói; sendo que os termos utilizados para expressar as diferentes representações e interpretações que se tem da cidade de Curitiba vão ser organizados, a fim de que possam ser analisados. Portanto, para cada termo utilizado para explicitar um pensamento, foi deslocado um outro, que rivaliza com esse e que serve para reafirmar esse pensamento, que se encontra em antagonismo ao pensamento de diversas famílias de moradores do Jardim Icaraí.

O quadro 2 foi elaborado com base na análise do Documento Plano de Regularização Fundiária e pelos termos utilizados pelas famílias do Jardim Icaraí, levantados durante a pesquisa de campo, para a elaboração desta tese.

QUADRO 2 - TERMOS UTILIZADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUE SERVEM PARA EXPRESSAR O ANTAGONISMO VIVENCIADO PELAS FAMÍLIAS DE MORADORES DO JARDIM ICARAÍ

Moderno	<i>Atrasado</i>
Ideal (Formal)	<i>Vivido (Conteúdo)</i>
Planejamento	<i>Espontaneidade</i>
Ordem	<i>Desordem</i>
Legal	<i>Illegal (Irregular)</i>
Propriedade	<i>Ocupações (Invasões)</i>
Prosperidade	<i>Pobreza</i>
Meio Ambiente	<i>Degradação</i>
Consumo	<i>Lixo</i>

FONTE: Pesquisa de campo e documental

O conflito que se dá pelas diferentes formas de representação e interpretação da cidade e do meio ambiente, fica evidenciando nas entrevistas dos moradores do Jardim Icaraí, que contrasta com a interpretação do Poder Público Municipal explicitado nos Documentos, analisados no âmbito da problemática em estudo nesta tese, referentes ao processo de ocupação e uso da área de Proteção Ambiental do Iguaçu. Para esses, foram os efeitos da expansão desordenada da cidade que levou a ocupação irregular das Áreas de Proteção Ambiental (APPs), refletindo na qualidade das águas dos rios e de suas respectivas bacias hidrográficas. Os discursos expressos nos documentos oficiais, apesar de conter toda a caracterização da área e das famílias envolvidas, não leva em consideração a dinâmica dos processos sociais em curso, que determinam de certa forma a apropriação e o uso da área.

Apesar de desconhecerem os diversos dispositivos legais que se referem a questão ambiental, as famílias vêm utilizando a área de forma cuidadosa, sobretudo porque vivenciaram ali os efeitos da degradação ao meio ambiente, causado pela exploração da atividade de mineração, que se deu por longas décadas.

A área que era considerada imprópria para qualquer tipo de uso, não despertando interesse dos empreendimentos imobiliários, foi sendo ocupada e reinventada por essas famílias, que foram aterrando as diversas cavas ao seu modo e de certa maneira recuperando a área que se encontrava abandonada. Embora continue sendo uma área sem interesse para o mercado imobiliário, o argumento utilizado pelo Poder Público

para a retirada das famílias, é o de que, além de ocuparem uma Área de Proteção Ambiental, contribuindo para a degradação, se encontram em área de risco.

Diferentemente do que impigem aos moradores do Jardim Icaraí, sobretudo por um olhar mais descuidado que associa o lixo à degradação da área, as famílias têm noção da importância de cuidar do meio ambiente, que se revela no cotidiano.

Por isso, a afirmação de que as famílias do Jardim Icaraí degradam o meio ambiente deve ser expressa com mais cautela para não incorrer no risco de atribuir a culpa aos sujeitos menos favorecidos. Não se pode ignorar que estes sujeitos são produtos de um sistema altamente predatório, que incentiva o consumo e que tem como consequência uma enorme produção de resíduos. Na verdade, as famílias do Jardim Icaraí contribuem com a preservação e conservação do meio ambiente, na medida em que recolhem o lixo que é produzido e colocado nas ruas da cidade.

Isso demonstra que as famílias têm um certo grau de responsabilidade, de consciência a respeito da questão ambiental, que se origina da própria experiência cotidiana com o trabalho de reciclagem. É importante ressaltar que a razão primeira que leva essas famílias ao trabalho com material reciclável, está relacionado diretamente à necessidade de transformar o lixo em recurso financeiro. Contudo observou-se que a imersão constante no universo da coleta do material reciclável. Em relação aos argumentos utilizados de que estariam em área imprópria para a ocupação humana ou mesmo aqueles relativos a degradação do rio, também há preocupação por parte dessas famílias, que ainda se utilizam do rio e das lagoas para a pesca, principalmente no verão.

A preocupação com a preservação pode ser observada, como atestado nas entrevistas: *"Tem que manter, né se não acaba com a natureza, né. Você vê o rio secando, né. Você fura um poço cê num acha mais água."* (trecho retirado da entrevista da dona Neuza, em julho de 2006).

Tem, tem bastante cava.xixi, aí eu acredito que não deve ser fechada. Setenta por cento dessas cavas não podia ser fechada porque acumula muita água e daí a água num tem onde armazenar água e acaba dando enchente. Isso aqui eu acredito, mais. Tem que preversar o lado a costa do rio, Só que num tá preversando, A costa do rio que num deveria ser mexido. Os próprios governo nosso, fica se preocupando lá fora, aqui pra trás, e tão esquecendo da beirada do rio. E tão esquecendo da berada do rio... Tem que deixar do jeito tá e dragar o rio e dragar o rio. Daqui pra lá deve dá uns 800 metros ou mais... Só que eles num tão dragando o rio, suficiente. É dragar o rio, dragar o rio (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006). [grifo nosso]

A experiência dos moradores em se relacionar com o meio ambiente lhes permite afirmar como devem ser tratadas as questões ambientais, que são bastante complexas em função da situação em que se encontra a área devido aos processos de degradação que vem sofrendo.

A forma de resolução dos problemas apontados pelo Poder Público, bem como a própria legislação citada para orientar a ação e a intervenção, vem sendo objeto de contestação por parte dos moradores, que também manifestam preocupação com os problemas relativos ao meio ambiente, pois qualquer ação pode rebater negativamente sobre suas vidas, que são muito vulneráveis.

Eles diz que isso aqui é uma área de manancial. Mas área de manancial que eu conheço é 200 a 300metros do rio pra cima aí eu considero como área manancial, mas aqui, isso aqui dá quase 1000 metro. Dá quase mil metro do rio. Então eles acha que ta na beirada do rio, num tem nada a ver (trecho retirado da entrevista do Sr. Antônio, em julho de 2006) [grifo nosso]

Nesse sentido, contrariam os argumentos dos técnicos que afirmam que o conjunto de dispositivos legais criados⁸⁰ tem servido para minimizar os efeitos das ocupações, que são lesivos ao meio ambiente. O leque desses dispositivos legais, que acabam conferindo uma situação particular a essa ocupação, é representativo

⁸⁰Entre os dispositivos, temos: a Lei n.º 9.804, de 03 de janeiro de 2000, que cria o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, e o Decreto n.º 192, de 03 de abril de 2000, que regulamenta o artigo que diz respeito a Área de Proteção do Iguaçu. Por se tratar de uma área de manancial há os dispositivos federais, como: a Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "Instituiu o Novo Código Florestal".

de uma forma de compreensão da natureza, onde os elementos da preservação e da conservação parecem ser evidentes.

A legislação ambiental brasileira importou um certo "ideal de natureza", que se encontra enraizado numa matriz ideológica fortemente preservacionista e conservacionista, expressa na noção do "mito moderno da natureza intocada".

Há que se lembrar que a legislação ambiental e o próprio direito devem ser percebidos a partir das relações que se estabelecem no campo jurídico, quando as questões se referem a direitos igualmente fundamentais que se colocam de forma antagônica entre si: o direito de moradia das famílias que já ocupam a área, *versus* o direito ao meio ambiente, sendo que as discussões devem convergir no sentido de resolver o problema em pauta. Para tanto, se faz necessário que se explicita de forma clara os interesses que se encontram em jogo, sobretudo quando "sombreados" por um discurso que se quer verdadeiro e universal.

Como pode ser observado até aqui, o conflito desenhado tem como elementos constitutivos diferentes formas de compreensão e posicionamentos relativos ao uso e apropriação da área em que se encontra o Jardim Icaraí.

Os discursos utilizados para a resolução desses problemas se colocam, inicialmente, no plano ambiental, que tem comportado os diferentes posicionamentos. Enquanto o Poder Público encontra a referencia para sua atuação nos dispositivos legais, as famílias do Jardim Icaraí ancoram o seu discurso ambiental na experiência prática do cotidiano. Para além do conflito sócio-ambiental, o que se encontra na base dessa disputa é o direito à cidade, que se expressa na possibilidade das famílias poderem escolher e definir aonde querem viver.

Assim a intervenção do Poder Público na Vila Audi/União, mais especificamente às ações projetadas para o Jardim Icaraí, consiste na Regularização de parte da área, correspondente a 457 domicílios, sendo que outros 295 serão relocados (figura 6) e que, segundo a COHAB, serão assentadas em terreno em processo de aterramento na Vila Audi União. A tensão gerada em função dessa proposta reside

no fato de não haver consenso sobre a retida de uma parte das famílias, sendo que as justificativas apontadas pelo Poder Público não as convenceram.

Independentemente da aceitação ou não por parte das famílias, o processo está sendo levando adiante, pois como já mencionado ao longo deste trabalho, as famílias não tiveram oportunidade de participação nas decisões e nos rumos do seu futuro.

A ação do poder público tem como objetivo a urbanização da Vila Audi União, de acordo com os parâmetros urbanísticos preestabelecidos, ou seja, tem como base uma concepção de cidade, que entra em confronto com a idéia de cidade dos moradores. A ausência de participação dos moradores nas decisões sobre as mudanças no lugar que construíram e no qual vivem, pode revelar como alerta Harvey, o receio das “utopias da forma espacial de verem pervertidos seus nobres objetivos, se tiverem que firmar compromissos com os processos sociais que pretendem controlar” (HARVEY, 2004, p.236), Quando as utopias da forma espacial subjagam os processos sociais, têm a negação do direito à cidade, no sentido da apropriação e do uso.

CONCLUSÃO

A tese central para onde confluem todas as análises é a reflexão a respeito dos conflitos sócio-ambientais urbanos, como decorrência de diferentes "práticas espaciais", sendo que o lugar enquanto categoria de análise permite compreender os processos que se colocam na formação da cidade. Em outras palavras, torna-se possível compreender a cidade a partir do lugar, pois é no lugar que as práticas se evidenciam, rivalizando com a cidade que se constrói, tendo como base políticas urbanas abstraídas do real, do cotidiano.

Ao se tomar o lugar como categoria de análise dos conflitos sócio-ambientais urbanos, é possível perceber uma série de questões que se apresentam "aparentes" ou não, e que podem se constituir em objeto de análise. Por conseguinte, é importante tentar distinguir dentre essas questões, quais são as mais relevantes para a compreensão dos aspectos do problema que se está a formular.

Na presente pesquisa houve uma tentativa de cercar o objeto de estudo a partir de questões que se apresentaram no período da pesquisa de campo e que não se revelaram inicialmente quando do primeiro esboço que se fez para pensar o Jardim Icaraí. O trabalho de campo permitiu observar uma série de questões significativas, relacionadas à produção do espaço do Jardim Icaraí, como um lugar da cidade de Curitiba.

Tais questões estão relacionadas aos processos de constituição do lugar enquanto conceito explicativo dos conflitos sócio-ambientais ali presentes. Assim, conflitos sócio-ambientais e lugar encontram-se intrinsecamente relacionados e, por isso, apresentam-se como expressão espacial que configura a cidade.

Se o lugar pode ser compreendido como uma porção do espaço apropriado para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, o Jardim Icaraí, enquanto um fragmento do espaço urbano de Curitiba, é um lugar. Nesse sentido, os aspectos relevantes para efeitos de análise colocam-se no nível teórico e metodológico.

No nível metodológico, considerou-se como relevantes para a apreensão dos processos de construção do Jardim Icarai, a forma de assentamento humano que se deu via a ocupação da área, considerada pelo poder público como "irregular"; o trabalho representado pela coleta de material reciclável, por ser a principal atividade desenvolvida pela maioria das famílias; a violência, por se constituir num elemento que permeia o cotidiano das famílias do Jardim Icarai e o conflito dito sócio-ambiental, já que se trata de uma ocupação sobre uma área de proteção ambiental, a APA do Iguaçu.

Os aspectos metodológicos e teóricos acima mencionados serviram como orientadores das pesquisa empírica e como tais, foram considerados importantes definidores da construção do Jardim Icarai. Nesse sentido, também possibilitaram a articulação com os elementos teóricos constitutivos da noção de lugar, que são a particularidade, a apropriação e uso, e os aspectos simbólicos.

O fato de ser o Jardim Icarai, uma ocupação, conforme descrito nos capítulos precedentes, já denota uma situação particular. Embora as ocupações urbanas tenham se tornado parte da história da expansão das cidades brasileiras, o fenômeno das ocupações em si toma a forma da ilegalidade uma vez que para se viver na cidade é preciso usufruir do poder de compra da terra urbana.

Assim, a cidade é produzida e reproduzida tendo como base a propriedade privada do solo urbano, por isso as ocupações colocam-se frontalmente contra essa lógica. Esta é a razão pela qual são consideradas "irregulares", mesmo considerando a "função social da propriedade", que se encontra disposta na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade. Os assentamentos humanos resultantes do processo de "ocupação", sejam denominados de bairros, vilas, favelas ou "jardins", independentemente do nome, configuram-se por conter na sua formação processos distintos conferindo-lhes certas particularidades.

No processo de construção do Jardim Icarai pôde ser observado algumas dessas particularidades. Dentre estas, destaca-se o próprio processo de "ocupação" da área, contrariando e pondo em questão a forte presença do poder público planejador e disciplinador do uso do solo da cidade de Curitiba. Outro aspecto importante que

deve ser considerado, é que esta ocupação deu-se sobre uma Área de Proteção Ambiental, que se encontrava degradada como analisado no capítulo 4, tanto que exigiu dos primeiros ocupantes um enorme esforço no sentido de reconstruir o solo, pois se tratava de uma imensa cava.

Além disso, organizaram uma infra-estrutura mínima, como a abertura e aterramento das ruas, uma rede de água e energia de forma artesanal, mas que lhes permitiu as condições para permanecer na área. Todas estas estratégias utilizadas na consecução das condições materiais necessárias para se estabelecerem no local representam diferentes momentos e formas de produção do espaço do Jardim Icaraí, e por que não dizer, da cidade de Curitiba, já que não é possível dissociar as "ocupações urbanas" das dinâmicas mais amplas de produção do espaço da cidade. Nesse sentido, o Jardim Icaraí também representa uma forma da produção de Curitiba, ainda que seja um paradoxo face a todos os esforços do Poder Público Municipal em torná-la hermética a esse tipo de problema.

Todavia, o "habitar" não se restringe apenas às condições materiais. O "habitar" envolve outros aspectos igualmente importantes e que abarcam as relações estabelecidas dos moradores entre si e com o entorno; e, também, os significados atribuídos aos objetos, como a casa, as ruas, a ponte, a linha do trem, as lagoas, principalmente as lagoas aterradas, a padaria, os depósitos de material reciclável, entre tantos outros. Estes objetos em sua maioria criados pelos moradores, compõem o universo do seu cotidiano e são referências importantes, pois são testemunhas das histórias individuais e coletivas dos moradores, isto é, da história do Jardim Icaraí.

A produção do espaço do Jardim Icaraí, assim como os significados conferidos às coisas, aos objetos, às relações, cria o sentimento de pertencimento e laços com o lugar. Deste modo, revela as formas de apropriação e uso do espaço, possíveis, em razão das estratégias e das condições estabelecidas para a reprodução física e social das famílias.

Outro aspecto que confere particularidade ao Jardim Icaraí consiste na atividade de coleta de material reciclável, já que o Jardim Icaraí é considerado pelos

próprios moradores como uma comunidade de "carrinheiros e carroceiros". Por toda extensão do Jardim Icaraí, é possível perceber as marcas, os registros dessa atividade, incluindo desde os carrinhos e carroças que percorrem as ruas, aos depósitos que se encontram abarrotados de material reciclável.

A atividade de coleta de material reciclável é um elemento fundador do lugar. Através dessa atividade, tem-se toda a dinâmica do trabalho, que envolve a construção de uma intrincada rede de relações sociais no âmbito do Jardim. Em função de sua amplitude, essa rede envolve uma enorme quantidade de pessoas, deslocamentos diários, locais de coleta, trocas, negociações entre os carrinheiros, carroceiros e donos dos depósitos; enfim, uma infinidade de contatos diários na sua execução. A tessitura de "práticas sociais" resultante da atividade de coleta confere características muito próprias ao Jardim Icaraí e ao mesmo tempo, uma estreita relação de identificação entre os moradores, a atividade e o lugar. O Jardim Icaraí é uma espécie de síntese, onde o trabalho, o habitar – entendido não somente como o *habitat*, mas num sentido mais largo – onde a materialidade e os conteúdos simbólicos fundem-se e por isso pode ser compreendido como um lugar.

Outro elemento analisado e que compõe o lugar do Jardim Icaraí, é a violência, conforme explicitado no capítulo 4. Ela permeia a vida dos moradores do Jardim Icaraí, seja no local de moradia, seja durante a coleta de material reciclável. No local de moradia aparece como inibidor e exerce um certo controle sobre as "práticas espaciais" dos moradores. Vista de "fora", sob a perspectiva de quem não mora no local, o espectro da violência confere a qualidade de lugar perigoso, temido; portanto, excluído de qualquer rota de passagem. Mas, experimentada pelos moradores, a violência é parte do dia-a-dia, e como tal os obriga a um "silêncio" como forma de sobrevivência. Dessa perspectiva, este também é um elemento definidor do Jardim Icaraí porque não é possível compreender o emaranhado das "práticas espaciais" e da construção do Jardim Icaraí abstraído as situações caracterizadas como de violência.

Os elementos constitutivos do lugar que foram apontados acima serviram para verificar onde ocorrem as tensões oriundas da intervenção do poder público municipal no Jardim Icaraí.

Como já esboçado ao longo deste trabalho, a intervenção do Poder público na área justifica-se, sobretudo, por ser esta área uma APA e como tal, possuir restrições de uso. Há aqui um primeiro confronto entre o Poder Público e as famílias do Jardim Icaraí. Para o primeiro, é preciso fazer a relocação dos moradores, pois é preciso cumprir a legislação referente ao local. É preciso proteger o meio ambiente, que no caso específico do Jardim Icaraí, coloca em risco a preservação do rio Iguaçu e de suas várzeas. Para os moradores, o meio ambiente não está em perigo, tampouco degradado, já que o rio fica distante da parte ocupada, portanto, estão rigorosamente dentro da lei.

Para os moradores, não é preciso criar tantos parques, tanta área verde diante de tantas famílias que precisam de moradia. A compreensão do meio ambiente, das famílias, difere da compreensão do Poder Público, expressa nos documentos que foram analisados para efeitos deste trabalho, conforme capítulo 5. As concepções divergentes entre estes agentes, se constitui num dos principais pontos de onde se originam os conflitos sócio-ambientais no Jardim Icaraí

Uma teoria dos conflitos sócio-ambientais que possa vir a contribuir com a apreensão dos fenômenos ditos ambientais ainda se encontra em processo de construção, como exposto anteriormente. Contudo, foi possível extrair de tudo aquilo que foi examinado no percurso desta pesquisa algumas considerações e aspectos relevantes.

A noção de conflito sócio-ambiental apontada por Acselrad tem como pressuposto a idéia de que "a sociedade no seu processo de reprodução confronta diferentes projetos de uso e significação aos seus recursos ambientais" (ACSELRAD, 2004a, p.8). Portanto, os conflitos ambientais aglutinam tanto aspectos materiais, como subjetivos, que se colocam de forma complexa, o que deve ser considerado na análise.

Assim, é preciso fugir do pretense "objetivismo" do conflito sócio-ambiental, comumente expresso na aparente disputa pelo uso e pela apropriação dos recursos, pois não se esgotam nessa fórmula matemática ocupada em contabilizar os ganhos e perdas. É preciso considerar o processo social que carrega em si um conjunto de agentes e projetos distintos, mas, sobretudo, considerar os significados que o meio ambiente tem para os diferentes agentes sociais.

Dessa forma, a "problemática ambiental" comporta além da dimensão material um conteúdo simbólico, por isso mesmo é que contém um caráter conflitivo e político. A noção de conflito sócio-ambiental abarca as tensões geradas não somente pela disputa no uso e apropriação dos recursos, mas também porque entram em confronto os diferentes significados atribuídos ao meio ambiente.

O conflito sócio-ambiental no espaço urbano, além dos elementos já apontados, apresenta a especificidade de se situar no ambiente das cidades e, portanto, não prescindir dos projetos, dos interesses que produzem a cidade. Em outras palavras: os "conflitos sócio-ambientais urbanos" são produtos de uma forma de se pensar e ordenar a cidade, portanto não somente expressam as contradições, como também manifestam os embates pela apropriação e uso dos lugares na cidade.

Na verdade, todos esses aspectos sobre o entendimento dos conflitos sócio-ambientais estão intrinsecamente relacionados ao que aqui se entende por "conflito sócio-ambiental urbano"; que tem sido objeto de debates e vários estudos, tanto no âmbito científico, quanto nos meios políticos. Refere-se à expansão das cidades sobre áreas de preservação ambiental, que é tida como recurso escasso.

O fato per se, é muitas vezes tomado de forma superficial, considerando apenas o aspecto de sobreposição de usos, que já acarretaria certas tensões. No entanto, observa-se que as decisões tomadas para "resolver" esses "problemas", na maioria das vezes crônicos, estruturais – apesar de algumas vezes se apresentarem como se fossem novos – têm prevalentemente se ocupado em "proteger" e "preservar" o meio ambiente. Dito de outra forma, as políticas são orientadas para "proteger" e "preservar" indistintamente o meio ambiente, principalmente quando esses "problemas"

assumem dimensões que parecem ser "contra a cidade", ignorando que é a própria urbanização que leva a esse processo de destruição dos recursos. No entanto, a culpa é atribuída à população dita de "baixa renda" que ocupa as áreas de proteção ambiental. Como as vastas ondas do mar, que vão quebrar na praia, as populações são levadas às últimas franjas do tecido urbano e assim acabam ocupando o que resta dele.

Nesse sentido, o meio ambiente é transformado numa espécie de entidade e tem a sociedade, mais especificamente a população que está diretamente sobre esses "pedaços" da "natureza", como inimiga, que é preciso não somente evitar, mas também combater.

Então, o "conflito sócio-ambiental urbano" acaba sendo identificado com a população, que "fora" dos padrões de consumo na e da cidade tem que se valer de estratégias de apropriação da cidade, pelo seu avesso, ou seja, por formas consideradas ilegais. Em outras palavras, um imenso exército de pessoas, que não têm como arcar com o "preço da cidade", vão sendo colocadas para "fora", como "descartáveis", já que desprovidas de todas as qualidades exigidas para se tornarem sujeitos dessa mesma cidade.

Tem-se aqui um aspecto dessa noção de "conflito sócio-ambiental urbano". Há que se ponderar a respeito desse entendimento, pois como alertado por Acseirad, a sociedade não se produz separadamente de uma base material ou do seu meio ambiente; portanto, é nessa indissociabilidade entre sociedade e meio ambiente que a cidade também se produz.

A cidade não é um ente separado da sociedade que a produz. Ela, a cidade, é resultado também dos diferentes agentes e projetos em curso. É na sua espacialidade que se manifestam as suas contradições e conflitos, sendo que os conflitos sócio-ambientais representam, antes de tudo, conflitos pelo uso, pelo direito à cidade, mas que muitas vezes tomam a aparência de ambientais em razão da incorporação do discurso ambiental. Para além dessa dimensão, o que está em jogo são os usos da

cidade, definidos nos planos de zoneamento urbanos, que a esquadram e determinam os lugares de cada coisa, das pessoas.

Nesta perspectiva, o conflito é antes de tudo urbano, ou seja, tem sua origem na forma como a cidade se produz e reproduz. No momento atual, como apontam vários estudos sobre a cidade, já não é somente a terra urbana que tem preço, mas a própria cidade é transformada em mercadoria e seu acesso se torna cada vez mais distante de uma imensa massa de moradores, dados os altos custos dessa mercadoria.

A cidade comporta hoje uma imensa gama de serviços, que não são acessíveis à maioria da população. Entretanto, cada vez mais é disputada pelos diversos interesses econômicos (diga-se: de serviços) e imobiliários, que vê numa outra população a possibilidade de obtenção de lucros.

A cidade é palco dos mais diferentes projetos; há que se apontar, entretanto, como importante indutor desses processos, as políticas urbanas, aliadas muitas vezes às políticas privadas que, agindo sobre o território das cidades, contribuem de forma anunciada, ou velada para o recrudescimento de conflitos de toda ordem.

Nas últimas décadas, o conflito mais relevante e palpável, presente nas grandes cidades brasileiras, mais visível até mesmo que o de natureza ambiental, tem sido a violência, sob diferentes formas. Seja no trânsito, na ostensividade do consumo, na insegurança, principalmente nos assaltos à mão armada e crimes das mais diversas naturezas.

Dessa perspectiva, o "conflito sócio-ambiental urbano" aparece como uma variável dentro desse imenso universo urbano, cuja lógica tem levado ao que muitos autores denominam de "caos".

Para além desse debate, o que importa aqui, é afirmar que na esteira desse conflitos urbanos, a variável ambiental pode, "mascarar" outras tensões, que se colocam muitas vezes mais contundentes e que são apagadas pela dimensão ambiental. No Jardim Icarai, a força do conflito que ganha os contornos de sócio-ambiental é em primeiro lugar pelo direito à cidade, expresso pelo direito à moradia.

Contudo, é importante ressaltar que, em se tratando de um estudo que toma a cidade de Curitiba como *locus* de investigação, as conclusões nos remetem ao grande investimento que vem sendo realizado para posicionar Curitiba no circuito de desenvolvimento econômico passível de dar a esta cidade as condições de disputar um lugar relevante no contexto da urbanização contemporânea.

As reflexões aqui pontuadas têm como ancoragem o trabalho de pesquisa, incluindo as atividades de campo, realizado para a finalidade desta tese; portanto, os dados explicitados reafirmam as análises mais críticas, que têm relativizado o discurso produzido e difundido sobre a cidade de Curitiba.

Os conflitos urbanos, mesmo aqueles que tomam a forma de conflitos sócio-ambientais, como foi observado ao longo do trabalho de campo realizado no Jardim Icaraí, na cidade de Curitiba, apresentam na sua constituição outros aspectos que antecedem a sua explicitação enquanto ambientais.

Vale ressaltar que o Jardim Icaraí, sendo uma ocupação considerada "irregular", já anuncia um embate pela terra urbana. A necessidade de abrigo, de moradia, é condição primeira de garantia da reprodução física e social do ser humano; portanto, as ocupações urbanas, em função da garantia de moradia revelam um dado fundamental do conflito que tem sua origem na negação de um direito à cidade. Este é, talvez, o dado mais contundente, que pressupõe a origem dos conflitos urbanos.

O fato do Jardim Icaraí se encontrar numa área de proteção ambiental, torna a situação das famílias que lá se encontram muito mais dramática e aguça as tensões, pois a variável ambiental contém um forte apelo social e toda uma legislação que serve de amparo às ações do Poder Público local. Ali é flagrante o confronto, que envolve distintos projetos para a cidade e distintas orientações para a preservação do meio ambiente.

De um lado, tem-se o Poder Público Municipal, cuja força está no fato de representar os interesses da coletividade, expressas na implementação de políticas públicas de proteção do meio ambiente e urbanização da área, materializadas através das intervenções urbanas na área, mais especificamente, na construção de obras de

contenção de enchentes, de pavimentação de ruas, que implica na relocação de parte das famílias. De outro as famílias do Jardim Icaraí, cujos motivos acionados para garantir a permanência no lugar se relacionam a todo o trabalho realizado para a construção das condições de moradia. As condições dizem respeito a uma ampla gama de aspectos materiais e simbólicos que dão sentido ao lugar.

Como se pode perceber, os motivos levantados pelos diferentes agentes divergem e vão em direção contrária, revelando desta forma o que é a cidade para cada um. O conflito aqui manifesto se dá no entendimento e nos projetos de cidade que são antagônicos. Para os moradores do Jardim Icaraí, aquele lugar é perfeitamente viável, basta que o Poder Público cumpra o papel que lhe cabe, qual seja, o de dotar a área dos serviços e equipamentos a que a população tem direito.

Já para o Poder Público, a questão diz respeito à irregularidade da situação, por isso há que se cumprir o que prevê a legislação urbana e ambiental. Por se encontrarem em área de proteção ambiental, as tensões ali vividas tomam a forma de conflito sócio-ambiental. Para as famílias do Jardim Icaraí, o que está em jogo é a sua existência, sua condição e garantia de poderem permanecer no lugar, que construíram com suas próprias mãos. Para elas, o fato de estarem morando nessa área não afeta em nada o meio ambiente, já que o rio se encontra muito longe dali, conforme apontado nos relatos mencionados ao longo do trabalho.

Reafirmando a reflexão feita acima, o confronto entre o Poder Público e as famílias, que aparece revestido da questão ambiental, na verdade evidencia a negação do direito à cidade. Direito ao *habitat* e ao habitar, como lembra Lefebvre. O habitar que não se restringe apenas ao direito à moradia, mas se refere ao direito ao uso e apropriação. A apropriação que está para além da propriedade em si e o uso no sentido de usador, não de usuário.

Assim, o receio e a revolta que as famílias demonstraram relaciona-se com o fato de serem ignoradas no processo que envolve as definições acerca dos seus destinos. Por não participarem dos processos em curso no Jardim Icaraí, ignoradas

nos processos decisórios sobre as intervenções do poder público na área, tem sido um elemento gerador de tensão.

A ameaça de relocação representa para essas famílias a destruição das referências afetivas, simbólicas, sociais e materiais que ali foram fincadas ao longo desses dez anos de estórias e história. A relocação significa apagar a memória e o lugar. O lugar que ali se ergueu como forma de resistência, de capacidade de construção da cidade, de uma outra cidade, de uma outra Curitiba, que não aparece nas vitrines do mercado. Talvez faça sentido para os promotores de venda da cidade a remoção daquelas famílias do Jardim Icarai, já que se encontram num lugar onde jamais poderiam estar, na entrada da cidade de Curitiba, numa via que liga o aeroporto e o centro.

Todos esses aspectos que foram apontados estão intimamente relacionados e aparecem no seu conjunto sob a condição de conflito sócio-ambiental. Contudo, o que fica evidente na constituição do conflito ali manifestado é, sobretudo, os diferentes significados atribuídos às relações, às coisas e, principalmente, ao lugar, que inclui também a noção de meio ambiente.

Nesse sentido a noção de lugar é um recurso tanto teórico, quanto metodológico importante na análise dos conflitos sócio-ambientais urbanos, na medida em que permite confrontar certas particularidades e por meio delas verificar as zonas de tensão que se expressam como conflitos. O lugar permitiu ressaltar e explicitar as contradições entre a postura do Poder Público e a dos moradores do Jardim Icarai. Permitiu compreender, sobretudo, que a cidade se produz sob tensões, a revelarem muitas vezes outras formas de produção do urbano para além dos esquemas da tecnocracia, do planejamento. Que a cidade é um emaranhado de projetos cujo conteúdo material e simbólico estão em permanente confronto.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** - ANPUR, ano 1, n.1, p.79-90, maio 1999.

_____. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.27-55.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. p.13-35.

_____. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri et al. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. p.23-39.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: Lithograf, 2005.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. São Paulo: Vozes, 2000. p.11-74.

ARROYO, Maria Mônica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. Dinâmica territorial, circulação e cidade médias. In: SPOSITO, Eliseu Severio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço urbano regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ASCHER, François. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. 2.ed. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade: um processo de assimilação**. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia. Ltda., 1958.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Lições de aula**. Trad. Egon de Oliveira Rangel. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. **A miséria do mundo**. Trad. Mateus S. Soares Azevedo et al. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. A astúcia da razão imperialista. WACQUANT, Loic (Org.). **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.209-230.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CARLOS, Ana **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço – tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELNOU NETO, Antônio Manoel Nunes. **Ecotopias urbanas**: imagem e consumo dos parques curitibanos. Curitiba, 2005. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**: o estado da arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.7.

DAVANSO, Sônia Maria. **Meio ambiente e gravidez na adolescência**: um estudo de desenvolvimento humano em uma vila de recicladores de lixo em Curitiba, PR. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

DAVIDOVICH, Fani. Regiões metropolitanas no Brasil: referências para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: ANPUR, 2003

DERANI, Cristiane. **Direito econômico ambiental**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; VICENTINI, Iara. Teorias espaciais contemporâneas e conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. In: MENDONÇA, Francisco. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. 328p.

ELIAS, Norbet. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.103, p.79-100, jul./dez. 2002.

FLORIANI, Dimas. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.1, p.21-39, jan./jun. 2000.

_____. **Conhecimento, meio ambiente e globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassallo. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. 7.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debates nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

GLAZER, Nathan. Desagregação da Cultura. HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel (orgs.). **A Cultura Importa**; trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana**: ensaios de uma geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano V, p.109-120, 1985.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Identity Politics and the Left. **New Left Review**, n.217, p.38-47, 1996.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinariedade e patologia do saber**. São Paulo: Imago, 1976.

KANASHIRO, Milena. **Paisagens étnicas em Curitiba**: um olhar histórico-espacial para a busca de entopia. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

LEFEBVRE, Henri. **Le Manifeste Différentialiste**. France: Gallimard, 1970.

_____. El espacio. **Espacio Y Política**. El Derecho a la Ciudad, II. Espanha: Ediciones Península, 1977. p.23-42.

_____. **Le retour de la dialectique**: 12 mots chef pour le monde moderne, Paris, Messidor/Éditions, 1986. p.159 -173.

_____. **A vida quotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.

_____. **The Production of Space**. USA: Blackwell, 1991b.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991c.

_____. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Cristina de Araújo. **A ocupação de áreas de mananciais e os limites dos recursos hídricos na RMC**: do planejamento à gestão ambiental urbana metropolitana. Curitiba, 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

_____. Multiespacialidades metropolitanas e construção social do lugar – rumos para a sustentabilidade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Cidade e Sustentabilidade, Curitiba, n.9, p.39-56, 2004.

LIMA, Myrian Regina Del Vechio de. **Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento**: elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano**: uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite. A “ambientalização” dos conflitos sociais. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.17-38.

_____. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre os dilemas da participação. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 12, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Trad. Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2000. p.121-188.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MATTOS, Carlos. A. de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al. (Orgs.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

MENDONÇA, Francisco. Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC – Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, n.3, p.79-95, 2001.

_____. SAU – Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas sócio-ambientais da cidade. In: **Impactos Sociambientais Urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004. p.185-207.

_____. Curitiba: um exemplo no caos urbano? **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.38, n.227, p.24-38, 2006.

MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. Desordem, direito e ciência. **Revista da Faculdade de Direito da UFF**, v.6, p.09-33, 2002.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis (Orgs.). **Metrópole**: grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

MOURA, Rosa. Os riscos da cidade modelo. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.203-237.

_____. Políticas públicas urbanas: ausências e impactos. In: MENDONÇA, Francisco (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004. p.149-168.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Denílson. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Sustentabilidade e competitividade: agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.177-202.

PEDRAZZINI, Ives. **A violência das cidades**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

PEREIRA, Gislene. **Produção da cidade e degradação do ambiente**: a realidade da urbanização desigual. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REIS, Ana Tereza; RUSZCZYK, João Carlos; FONSECA NETO, José Claro da; MULLER, Jovania Maria; PINHEIRO, Luciana; LIMA, Rosirene Martins. **Um olhar sobre os conflitos sócio-ambientais**: estudo preliminar a partir da ocupação Vila Audi/ União (Curitiba/ PR). Curitiba, 2003. 48p. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/ UFPR (Relatório de Pesquisa).

RODRIGUES, Arlete Moisés. Produção do espaço e ambiente urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente (SP), UNESP, FCT, 2001. p.212.

SACHS, Inagcy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.29-56.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.155-175.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder**: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamoforse do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Lugar: encontrando o futuro. **Revista Ciência Geográfica**, Edição Especial, p.133-135, jul. 1997.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: USP, 2004.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente (SP): UNESP, FCT, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro da. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.150-159.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: perspectiva da experiência; trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2000. p.75-104.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.139-154.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**. Trad. João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ULTRAMARI, Clóvis. **Boas práticas e o fim das utopias**: o 3.º setor e as agências internacionais de financiamento e fomento. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Curitiba (1820)**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Dispositivos Legais

BRASIL. Leis, Decretos... Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000, “Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 02 abr. 2007.

BRASIL. Leis, Decretos... Resolução n. 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res36906.xml>>. Acesso em: 10 maio 2007.

CURITIBA. Leis, Decretos... Lei Complementar n. 23, “Concede incentivo à geração de empregos no Projeto Linhão do Emprego”. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, 16 de setembro de 1998. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/Governo/Legislacao/leicom23.98.doc>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CURITIBA. Leis, Decretos... Lei n. 9.804, de 03 de janeiro de 2000, “cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação.”

CURITIBA. Leis, Decretos... Lei n. 9.805, de 03 de janeiro de 2000, “cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental e dá outras providências.” Curitiba. Leis, Decretos... Decreto n.556 (?), “disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos de extração de areia e/ ou argila no Município de Curitiba.”

CURITIBA. Leis, Decretos... Decreto n. 192 (?), “regulamenta parcialmente o Art. 5.º, inciso IX, da Lei n. 9.800/00, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, Parque Municipal do Iguaçu e dá outras providências.”

CURITIBA. Leis, Decretos... Decreto Municipal n. 889, de 28 de setembro de 2004, que dispõe sobre a “outorga permissão de uso.” **Prefeitura Municipal de Curitiba**, 28 de setembro de 2004.

Relatórios, Textos e Documentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Curitiba, mar. 2007. 193p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB, IPPUC. **Projeto Bolsão Audi/ União**. Curitiba, mar. 2006. 11p. (incluindo 3 mapas).

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004. “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

CONFERÊNCIA DAS CIDADES. “Cidades para Todos”. Texto Base. **Ministério das Cidades**, 2003.

Mapas

Periódicos (por ordem cronológica)

- **Matéria Assinada**

LARA, Emerson Alex de. **Presente para 400 mil curitibanos**. Disponível em: <<http://www.curitiba.org.br/digitando/cidadania/?canal=13¬i=42>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

KONG, M. Concentração de “sem-teto” está na divisa com Pinhais e na zona oeste: invasões cresce 12 vezes na capital. **Gazeta do Povo**, Curitiba, out. 2003, p.16.

- **Não Assinada**

BRASIL ganha 717 favelas em nove anos. **Folha de São Paulo**, 07 jan. 2001, p.C1.

CONVÍVIO de indígenas e brancos em Curitiba tem bons resultados. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 abr. 2006, Paraná, p.3.

CURITIBA. Mais procurada como destino de negócios e eventos, cidade inaugura se 30.º parque e o primeiro hotel de Santa Felicidade, o bairro dos restaurantes italianos. **Folha de São Paulo**, 17 maio 2004. Folha Turismo.

ESTUDO coloca Curitiba no topo da lista de crimes contra a vida. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 2006, Paraná, p.3.

FAVELA é lar de 200 mil em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 maio 2004, Paraná, p.4.

PM desocupa área de proteção ambiental. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 maio 2005, Paraná, p.12.

POBREZA é o maior desafio dos prefeitos da RMC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 dez. 2004, Paraná, p.9.

RMC tem 136 mil famílias morando em favelas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 dez. 2005, Paraná Política, p.10.

SEGURANÇAS, impedem pessoas de entrar no Shopping. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 fev. 2006, p.4.

A CHÁCARA dos moradores de rua. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 abr. 2006, Paraná, p.4.

PARANAGUÁ expulsa moradores de rua. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 abr. 2006, Paraná, p.4.

ENTEDADES vão traçar o perfil dos 10 mil carrinheiros de Curitiba”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 mar. 2007, Paraná, p.3.

SECRETARIA pede providências para caso de expulsão de mendigos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mar. 2007, Paraná, p.5.

PREFEITURA DE CURITIBA, que orienta a atividade de coleta de lixo na cidade. **Agência de Notícias** - Central de Informações e Notícias da Prefeitura de Curitiba, em 28 de abril de 2007. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=83>. Acesso em 18 de abril de 2007.

PREFEITURA reforça fiscalização dos horários de coleta de lixo. **Agência de Notícias** - Central de Informações e Notícias da Prefeitura de Curitiba, em 24 de abril de 2007. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=9089>. Acesso em: 25 abr. 2007.

- Matéria Retirada do Site da Prefeitura Municipal de Curitiba

IMIGRAÇÃO. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Cidade.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

LICEUS DE OFÍCIOS. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/liceus.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

MEIO AMBIENTE. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://curitiba.pr.gov.br/Cidade.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

NOTÍCIA. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/NoticialImprimir.aspx?n=8750>. Acesso em: 02 abr. 2007.

PARQUES E BOSQUES. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/Serviços/MeioAmbiente/áreas_verdes...>. Acesso em: 02 abr. 2007.